Caderno de Resoluções dos Congressos Regionais

Rio Grande

do Sul

Julho de 2016 | Campos dos Goytacazes | RJ | Brasil

VI PLENAFUP

Plenária Nacional da Federação Única dos Petroleiros



Bahia

Direção Colegiada da FUP

Coordenador Geral José Maria Rangel

Secretaria de Comunicação Francisco José de Oliveira | Leopoldino F P Martins

Secretaria de Administração e Finanças José Genivaldo Silva | Aldemir de Carvalho Caetano

Secretaria de Formação Sindical Fernando Maia | Emanuel Antonio Menezes Pereira

Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais Simão Zanardi Filho | Leonardo Urpia

Secretaria de Saúde, Segurança e Meio Ambiente Davidson dos Santos | Gerson Luiz Castellano

Secretaria de Seguridade, Aposentados e Políticas Sociais Paulo Cesar Martin | Daniel Samarate Queiroz

Secretaria de Relações Internacionais e Empresas Privadas João Antonio de Moraes | Ubiraney Porto

> Secretaria Geral Ione Pereira

Secretaria de Administração e Finanças Neusa Barbosa

> Administrativo Andreia Ribeiro | Girlene Monteiro

Jornalistas | Secretaria de Comunicação Alessandra Murteira | Maria João Palma

> DIEESE | Assessoria Cloviomar Pereira

Jurídico | Assessoria Normando Rodrigues

MOVA Brasil | Assessoria Mara Cruz | Juliana Ferreira

Quarta-feira | 06 de julho

PROGRAMAÇÃO VIPLENAFUP

Chegada das delegações e credenciamento

18h | Reuniões das forças políticas

Quinta-feira l 07 de iulho

10h - Painel 1 Conjuntura política e econômica: rearticulação das forças sociais na reconstrução do projeto político, popular e democrático

15h - Eleição da tese guia

17h - Cerimônia de abertura da VI Plenafup

Debatedores:

Gilmar Mauro, pela Frente Brasil Popular, e Guilherme Boulos, pela Frente Povo Sem Medo

14h - Eleicão da Mesa Diretora e aprovação do Regimento Interno

Sexta-feira | 08 de julho

10h - Painel 2 Perspectivas de enfrentamento para resistir ao golpe iurídico e midiático no Brasil

Debatedores: Deputado Federal Wadih Damous, Laura Capriglione, do coletivo Jornalistas Livres, e Paulo Moreira Leite, diretor do portal de notícias Brasil 247 e autor dos livros "A outra história da Lava-Jato: uma investigação necessária que se transformou numa operação contra a democracia" e "A outra história do Mensalão: as contradições de um julgamento político"

14h - Painel 3 O golpe é contra o trabalhador: Como enfrentar os ataques aos direitos e conquistas sociais dos trabalhadores?

Debatedores:

Senador Lindbergh Farias, Deputado **Federal Paulo Pimenta** e Alysson de Sá Alves, do DIAP

Sábado | 09 de julho

09h - Painel 4 A defesa do pré-sal e da Petrobrás como motor do desenvolvimento nacional e de resistência ao projeto neoliberal

Debatedores: representantes da FUP no GT Pauta pelo Brasil, Pedro Celestino, do Clube de Engenharia, integrante da Coordenação Nacional do MAB

12h - Reuniões das forças políticas

15h - Plenária de discussão da pauta da categoria e calendário de lutas

19h - Solenidade de encerramento

Domingo | 10 de julho

> Retorno das delegações

Apresentação

om o país refém de um governo golpista e entreguista, é preciso unidade para construção de uma grande frente de resistência à avalanche de ataques que ameaça a democracia, os direitos da classe trabalhadora, as políticas públicas e sociais e a soberania nacional.

A Petrobrás e o Pré-Sal estão no centro desse desmonte e por isso os petroleiros precisam rearticular a luta nacional da categoria em defesa da estatal e do petróleo brasileiro. Não por acaso, o tema desta VI PLENAFUP é "Manter acesa a chama da resistência", mesmo mote de luta que marcou a categoria em 1995, quando a FUP realizou o seu primeiro congresso nacional, em meio a demissões, punições, intervenções nos sindicatos e tantos outros ataques do governo Fernando Henrique Cardoso.

Naquela época, assim como hoje, os petroleiros tinham acabado de sair de uma greve que entrou para a história da categoria. Vinte e um anos depois, os trabalhadores do Sistema Petrobrás voltam a enfrentar o mesmo projeto ultraliberal de desmontes e de privatizações, que coloca em xeque direitos e conquistas e ameaça entregar ao capital internacional a maior reserva de petróleo da atualidade.

É em meio a esse cenário, que os petroleiros irão deliberar sobre reivindicações, estratégias e calendários de luta. Quatro painéis de debate serão realizados, com participação de lideranças das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, parlamentares, movimentos sociais e jornalistas independentes.

O local escolhido para sediar a VI PLENAFUP foi o Instituto Federal Fluminense, na cidade de Campos, região Norte do estado do Rio de Janeiro, base do Sindipetro-NF, que completa esse ano duas décadas de existência. A celebração será com petroleiros de Norte ao Sul do Brasil, que deixarão sua marca nessa plenária decisiva para os rumos da categoria. Afinal, nunca foi tão necessário "manter acesa a chama da resistência".

Índice

regimento interno da VI r LENAPOP	- 11
Estatuto da Federação Única dos Petroleiros FUP	17
Teses nacionais	31
Tese Nacional da Articulação Petroleira	31
Tese Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil CTB	59
Tese Nacional do Movimento Luta de Classes	73
Resoluções Regionais	81
Sindipetro AM	81
Sindipetro BA	83
Sindipetro Caxias	103
Sindipetro CE PI	105
Sindipetro ES	106
Sindipetro MG	112
Sindipetro PR SC e Sindiquímica PR	118
Sindipetro RN	129
Sindipetro RS	146
Sindipetro Unificado SP	148
Subsídios para Campanha de Renovação do Acordo Coletivo de Trabalho entre a	
Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Petrobrás - 2016	153

Regimento Interno da VI PLENAFUP

CAPÍTULO I - DA CONVOCAÇÃO E REALIZAÇÃO

Art. 1º - A Federação Única dos Petroleiros realiza a VI PLENÁRIA NACIONAL DA FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS - VI PLENAFUP, no Campus do Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, nos dias o6, o7, o8, o9 e 10 de julho de 2016.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 2° - AVI PLENAFUP tem como objetivo:

- a) discutir e deliberar sobre as teses e o temário referido no artigo 3°;
- b) interação entre os delegados no campo político, ideológico e cultural, pautando-se pelo relacionamento na fraternidade e na ética da classe trabalhadora;
- c) a solidariedade aos movimentos sociais e operários, nacional e internacional.

CAPÍTULO III - DO TEMÁRIO

Art. 3° - A VI PLENAFUP, para cumprir os seus objetivos, debaterá e deliberará sobre o seguinte temário, através da discussão em Plenário:

TRABALHOS EM PLENÁRIO

- Análise de Conjuntura Nacional e Internacional;
- Painéis temáticos diversos temas;
- Discussão da pauta prioritária.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4° - A organização da VI PLENAFUP será desenvolvida pela Comissão Organizadora, composta pelos diretores da FUP: José Maria Rangel (coordenador geral), José Genivaldo da Silva e Aldemir Caetano (secretaria de administração e finanças), Fernando Maia e Emanuel Antônio Menezes Pereira (secretaria de formação sindical), Francisco José de Oliveira e Leopoldino Martins (secretaria de comunicação) e pelos diretores do Sindipetro NF, Marcos Frederico Breda e Rafael Crespo Barcellos.

CAPÍTULO V - DA PLENÁRIA

Art. 5° - A mesa diretora da VI PLENAFUP será composta por cinco membros eleitos entre os delegados (as) sendo: um(a) presidente(a), dois(uas) secretários(as) e dois(uas) relatores(as), cabendo:

- a) ao (a) presidente (a), dirigir os trabalhos;
- b) aos (as) secretários (as), fazer as inscrições e controlar o tempo;
- c) aos (as) relatores (as), a elaboração do relatório final da VI PLENAFUP.
- Art. 6° A Plenária é órgão máximo e soberano da VI PLENAFUP e será composta pelos delegados(as) devidamente credenciados e visivelmente identificados(as) pelos crachás.
- Art. 7° A Plenária só poderá modificar, aprovar ou rejeitar, em parte ou totalmente este Regimento, quando da sua apreciação.

CAPÍTULO VI – DOS (AS) DELEGADOS (AS)

Art. 8° - Os (as) delegados (as) à VI PLENAFUP serão eleitos(as) em Assembléias Gerais e/ou Congressos Regionais, especificamente convocados pelos Sindicatos filiados à FUP, segundo os critérios dos artigos 8° e 14° do estatuto da Federação.

Parágrafo 1º - Os sindicatos deverão comunicar à Comissão Organizadora da VI PLENAFUP, com uma semana de antecedência, a data, horário e local da realização das assembléias e/ou Congressos Regionais que elegerão os delegados à VI PLENAFUP.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria Executiva da FUP serão delegados natos à VI PLENAFUP, conforme parágrafo 7º do artigo 14 do Estatuto da Federação.

Art. 9° - O número de delegados (as) será definido pelo seguinte critério, de acordo com o número de sindicalizados de cada sindicato participante, conforme artigo 14 do Estatuto da Federação:

N° DE SINDICALIZADOS	DELEGADOS ELEITOS
0001 a 1000	6
1001 a 2000	8
Acima de 2000	8 + 1 a CADA 720 SINDICALIZADOS

Parágrafo 1º - Os (as) delegados(as) titulares e suplentes eleitos para a VI PLENAFUP deverão estar inscritos junto a Comissão Organizadora, até o dia 13 de junho, via documento.

Parágrafo 2º - Serão inscritos (as) delegados(as) suplentes para substituição à ausentes da chapa em que se elegeram.

Parágrafo 3° - Os (as) delegados (as) suplentes poderão ser credenciados (as), em substituição aos delegados (as) efetivos(as), até uma(1) hora após o encerramento das inscrições. Os (as) mesmos (as) deverão ser inscritos (as) e credenciados(as) obedecendo a ordem decrescente enviada pelos sindicatos.

Parágrafo 4° - Delegados (as) suplentes poderão se inscrever no horário normal de inscrição, caso haja desistência mediante documento assinado dos delegados(as) efetivos(as).

CAPÍTULO VII - DOS OBSERVADORES

Art. 10° - A Comissão Organizadora poderá credenciar observadores(as) com direito a voz, até 3 por sindicato, e sem direito a voto, previamente apresentados(as) pelos sindicatos ou pela FUP.

Parágrafo 1º - Também poderão ser credenciados(as), a critério da Comissão Organizadora, os(as) assessores(as), com direito somente a voz, quando solicitados pela mesa de trabalho, ligados as entidades do movimento sindical e sindicatos dos petroleiros tais como DIEESE, DIESAT etc., previamente apresentados(as) pelos sindicatos ou pela FUP.

Parágrafo 2º - Também poderão ser credenciados(as), a critério da Comissão Organizadora, convidados da FUP.

CAPÍTULO VIII - DAS TESES E MOÇÕES

Art. 11° - As teses nacionais das concepções políticas, elaboradas pelos Congressos e Assembleias regionais, assim como pelas Forças Políticas, deverão tratar do temário previsto no artigo 3º e deverão ser inscritas junto à Comissão Organizadora, na FUP, até o dia 13 de junho.

Parágrafo Único - As teses, emendas e moções, tratadas acima, deverão ser gravadas no sistema "word", fonte "times new roman", tamanho "12" (digitadas em preto e branco) e enviadas via email, no prazo estabelecido, para compor o caderno de teses. (Não serão aceitos documentos gravados em pdf).

CAPÍTULO IX - DO FUNCIONAMENTO E CREDENCIAMENTO

Art. 12° - O funcionamento da VI Plenafup obedecerá a seguinte programação:

Dia o6 de julho (quarta-feira)

Chegada das delegações e credenciamento

18h – reunião das Forças Políticas

Dia 07 de julho (quinta-feira)

9 às 14h - Credenciamento

10h - Painel 1 - Conjuntura política e econômica: rearticulação das forças sociais na reconstrução do projeto político, popular e democrático.

12:30 às 14h - almoço

14h – Eleição da mesa: leitura e aprovação do Regimento Interno e aprovação das teses

17h - Abertura

20h – Festa de aniversário do Sindipetro NF

Dia 08 de julho (sexta-feira)

10h – Painel 2 – Perspectivas de enfrentamento para resistir ao golpe jurídico e midiático no Brasil

12:30 às 14h - almoço

14h – Painel 3 – O golpe é contra o trabalhador: Como enfrentar os ataques aos direitos e conquistas sociais dos trabalhadores?

20h - Jantar

Dia 09 de julho (sábado)

9h – Painel 4 – A defesa do pré-sal e da Petrobrás como motor do desenvolvimento nacional e de resistência ao projeto neoliberal.

13 às 14:30h-almoço

15h – Plenária – discussão da pauta e calendário de lutas

20h – mesa de encerramento e jantar

Dia 10 de julho (domingo)

Retorno das delegações

CAPÍTULO X - DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art. 13° - Só serão discutidas na Plenária de discussão de pauta as propostas de emendas aditivas, modificativas e/ou supressivas que tiverem sido deliberadas nos Congressos Regionais.

Art. 14° - Cada delegado(a), devidamente credenciado(a), terá direito a um voto.

Art. 15° - As votações na Plenária de discussão de pauta serão feitas levantando-se os crachás de votação.

Parágrafo 1º - A conferência dos resultados das votações será feita por contagem que, em caso de dúvida, a critério da mesa, serão conferidas individualmente por credencial.

Parágrafo 2° - Não serão permitidos votos por procuração.

Parágrafo 3° - Serão convidados pela mesa diretora, quando necessário, 4 (quatro) delegados(as) para contarem os votos dos participantes da Plenária.

Art. 16° - Na Plenária de discussão da pauta somente serão permitidas as matérias constante da pauta e com intervenções de, no máximo, 3(três) minutos.

Art. 17° - Todo(a) delegado(a) que desejar intervir na Plenária de discussão da pauta, deverá se inscrever previamente junto a mesa com a entrega do crachá, e o fará seguindo a ordem de inscrição.

Parágrafo 1º - As inscrições se encerrarão ao final da palavra do terceiro orador (a).

Parágrafo 2º - Apenas poderão intervir os delegados inscritos nos mesmos.

Art. 18° - O sistema de votação nas sessões plenárias será o de maioria simples.

Art. 19° - Qualquer delegado(a) poderá solicitar a mesa "Questão de Ordem", "Questão de Esclarecimento" ou "Questão de Encaminhamento", limitado a o1(um) minuto.

Parágrafo 1º - Qualquer delegado(a) poderá apresentar à mesa, por escrito, "Declaração de Voto" após ter se abstido na votação, sendo limitado a no máximo 03(três) delegados(as).

CAPÍTULO XI - DAS DESPESAS

Art. 20° - As despesas da VI PLENAFUP serão de responsabilidade dos sindicatos e rateadas proporcionalmente entre estes, tendo como base o número de delegados(as) eleitos(as) nas assembleias, independente do número de delegados(as) efetivamente credenciados(as). As despesas rateadas são as que envolvem transporte e despesas da infraestrutura da VI PLENAFUP, tais como, alimentação, papel e hospedagem.

Parágrafo Único - Não estão contempladas no rateio as despesas efetuadas pelos sindicatos sem autorização da Comissão Organizadora.

Art. 21° - Todas as delegações participantes da VI PLENAFUP deverão estar em dia com suas obrigações financeiras junto a FUP.

Parágrafo 1º - Até 07 de junho deverá ser pago o pré-rateio correspondente a 50% (cinquenta por cento) da estimativa do custo do Congresso.

Parágrafo 2 - Até 28 de junho deverá ser feito o pagamento restante do rateio (50% cinquenta por cento) através de ordem de pagamento ou cheque e estar em dia com o pagamento de suas dívidas negociadas, à partir desse prazo o pagamento só será aceito em espécie.

Parágrafo 3° - Não serão aceitos pagamentos individuais por delegados(as).

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22° - Os horários e prazos definidos neste Regimento Interno serão rigorosamente observados pela Comissão Organizadora.

Art. 23° - Caberá à Comissão Organizadora, a centralização do recebimento das informações dos sindicatos e manter os respectivos controles documentais e financeiros.

Art. 24° - Os casos omissos neste regimento serão apreciados pela Comissão Organizadora do Congresso.

Parágrafo Único – Os casos omissos tratados pela comissão organizadora serão apresentados na Plenária de encerramento, sendo divulgado o caso e a tratativa dada para a questão.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

Estatuto da Federação Única dos Petroleiros | FUP

Versão atualizada no IV CONFUP | Agosto de 2008

CAPÍTULO I - Da Federação e Seus Fins

Artigo 1º - A Federação Única dos Petroleiros - FUP, associação criada em 29/06/1993, constitui-se em pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada.

Artigo 2º - A FUP tem sua sede jurídica na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Rio Branco, 133, 21º andar, Centro, e sua jurisdição nos estados e cidades nos quais existem ou venham a existir bases territoriais dos sindicatos filiados.

Artigo 3º - A FUP é o órgão representativo dos sindicatos dos trabalhadores nos ramos mineral, químico e de energia, nas atividades relacionadas à produção, refino, distribuição e comercialização dos setores petroquímico, de petróleo, gás, xisto e biocombustíveis, a ela filiados. A FUP se apresenta em evolução da organização nacional da categoria profissional, sucedendo às seguintes entidades:

I - Comando Nacional dos Petroleiros;

II - Instituto Nacional de Formação Sindical dos Trabalhadores Petroleiros;

III – Federação Única Cutista - Petroleiros;

IV - MDSP - Movimento de Defesa do Sistema Petrobrás;

V – Federação Nacional dos Petroleiros - FENAPE.

Parágrafo Primeiro - Às entidades acima arroladas a FUP sucede nas relações

obrigacionais, legais ou convencionais, incorporando patrimônio, representação associativa e sindical, e responsabilidades.

Parágrafo Segundo - Consideram-se membros fundadores da FUP as entidades

participantes de seu Congresso de Fundação, Plenário Estatuinte, ou ainda as já filiadas à antiga FENAPE.

Parágrafo Terceiro - Consideram-se entidades filiadas à FUP, além das já abrangidas pelo Parágrafo anterior, as que assim deliberarem em assembléias especificamente convocadas para tal fim, após amplo processo de discussão na respectiva base sindical.

Artigo 4° - A FUP desde sua fundação, sob o nome de Federação Única Cutista -

Petroleiros, decidiu pela filiação à CUT - Central Única dos Trabalhadores, sendo que em 27/07/1993 foi admitida como entidade filiada a esta central, fazendo parte da estrutura vertical, estando ligada à Confederação Nacional dos Ramo Químico (CNQ).

Artigo 5° - A FUP é uma entidade democrática, sem caráter religioso, nem político

partidário e independente em relação ao Estado e aos patrões, sem discriminação de etnia, credo, gênero e sexualidade, que tem por finalidade a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Artigo 6° - FUP tem como objetivos precípuos:

- I. Lutar pela construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores, onde o ser humano se realize plenamente, sem opressão e sem o papel opressor do Estado Burocrático;
- II. Lutar contra as formas de opressão e exploração existentes e prestar irrestrita solidariedade aos trabalhadores (ativos, aposentados, demitidos, pensinistas, afastados, etc) do mundo inteiro;
- III. Lutar Contra os planos dos organismos do capitalismo imperialista (FMI, BIRD, BANCO MUNDIAL e outros), que visam destruir as economias dos demais países do globo;
- IV. Lutar em Defesa das Empresas Estatais e contra a política de privatizações, envidando esforços no sentido de democratizar os meios de produção na perspectiva do controle dos trabalhadores;
- V. Defender a Soberania Nacional e o Monopólio Estatal do Petróleo.

Artigo 7° - A FUP tem como objetivos específicos:

- I. Expressar as reivindicações e lutas dos trabalhadores através de suas entidades representativas, do ponto de vista econômico, social, cultural e político;
- II. Fortalecer os sindicatos filiados e as oposições reconhecidas, organizadas e acompanhadas nas bases dos sindicatos não filiados;"
- III. Buscar a integração com Entidades estaduais, nacionais e internacionais que lutem por princípios que expressem a defesa dos interesses dos trabalhadores;
- IV. Celebrar e zelar pelo cumprimento de acordos, convenções coletivas e contratos coletivos de trabalho assegurando direitos à categoria;
- V. Estimular a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho;
- VI.Discutir, incentivar e fomentar nas entidades filiadas o debate, intensificando a integração com outros setores da sociedade, inclusive as instituições de controle social.

Propor políticas públicas que usem garantir a auto-sustentação da biodiversidade e os recursos naturais integrando o ser humano à natureza, buscando a cidadania plena.

VII. Considerado o ordenamento jurídico vigente, e em especial a Constituição da República e a Lei da Ação Civil Pública, é objetivo da FUP buscar o resgate da memória e a defesa do patrimônio artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, cultural, social e material dos trabalhadores, assim como a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, e à livre concorrência.

Parágrafo Único - Para cumprir o disposto neste artigo a FUP poderá criar e manter setores especializados, notadamente os de imprensa e comunicação, formação sindical, segurança, saúde e meio ambiente, jurídico e econômico.

CAPÍTULO II - Dos Direitos e Deveres dos Filiados

Artigo 8º - Observadas as disposições estatutárias e regulamentares da FUP são direitos dos sócios dos sindicatos filiados.

- I. Concorrer a qualquer cargo eletivo da FUP;
- II. Participar de todas as atividades da FUP;
- III. Apresentar a Diretoria, à Plenária Nacional e/ou ao Congresso Nacional, propostas, sugestões ou representações de qualquer natureza, que demandem providências daqueles órgãos deliberativos;
- IV. Recorrer das decisões da Diretoria à Plenária Nacional, da Plenária Nacional ao Congresso Nacional ime-diatamente subsequente a estas decisões.

Artigo 9° - São direitos dos sindicatos filiados:

- a) Na forma das hipóteses previstas nos Capítulos IV e V, enviar delegados para representalos nas instâncias deliberativas da FUP;
- b) Solicitar o apoio da FUP em suas respectivas gestões;
- c) Participar das coordenações promovidas pela Federação visando o encaminhamento dos problemas de interesse da categoria;
- d) Representar a Federação, por designação da Diretoria da FUP;
- e) Participar das Plenárias Nacionais e dos Congressos Nacionais;
- f) Representar, por escrito, a Diretoria da FUP, contra qualquer atividade que repute lesiva aos seus direitos ou contrária ao presente estatuto ou aos interesses sociais;
- g) Recorrer das penalidades que lhe sejam impostas.

Artigo 10 - São deveres dos Sindicatos filiados:

- a) Ter como objetivo permanente aumentar sua representatividade em relação aos trabalhadores que congregam, buscando aumentar o número de sindicalizados e a participação dos mesmos nos seus trabalhos e a democratização de atividades e decisões;
- b) Participar dos Congressos Nacionais e das Plenárias Nacionais;
- c) Contribuir para o orçamento da FUP, pagando pontualmente as mensalidades no valor de 5% da arrecadação total do sindicato, através de desconto automático junto as empresas e contribuições excepcionais aprovadas pela Federação em seus fóruns específicos. Entende-se como arrecadação total do sindicato as mensalidades instituídas pelo seu estatuto e as taxas e contribuições instituídas em plenárias ou congressos nacionais da categoria;
- d) Manter a FUP informada das atividades locais, visando incentivar a troca de experiência entre os sindicatos filiados;
- e) Discutir junto à Diretoria, quanto ao encaminhamento de questões que transcendam o âmbito de sua base territorial, visando a coerência da ação conjunta entre os sindicatos;
- f) Pautar sua atuação de acordo com as disposições do presente estatuto, regimento interno, normas e demais regulamentos da Federação, bem como as disposições da Diretoria, das Plenárias Nacionais e dos Congressos Nacionais;
- g) Desempenhar funções ou participar das coordenações para os quais forem eleitos de forma compatível com as responsabilidades e deveres implícitos desde que os tenham previamente aceito;
- h) Obter prévio consentimento formal, da Diretoria da Federação para se pronunciar em nome da FUP;
- i) Zelar pelo conceito da Federação e pela sua atuação em favor dos interesses do conjunto da categoria, propagando o espírito cooperativo.

Artigo 11 - São excluídas automaticamente:

- a) As entidades filiadas que solicitem por escrito a sua exclusão por decisão de sua Assembléia de base, convocada especificamente para este fim;
- b) As entidades filiadas que atrasarem 03 (três) meses o envio de sua contribuição financeira estabelecida neste estatuto sem motivo justificado;
- c) As entidades filiadas que cancelarem o desconto automático dos 5%.

Parágrafo Único - A reintegração das entidades excluídas como filiadas deverá acontecer depois de revertidos os itens a, b e c.

CAPÍTULO III - Da Estruturação e Administração

Artigo 12 - São instâncias da FUP: a) Congresso Nacional; b) Plenária Nacional; c)

Conselho Deliberativo; d) Diretoria; e) Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV - Do Congresso Nacional

Artigo 13 - O Congresso Nacional é o órgão soberano da categoria, com poderes para deliberar sobre assuntos constitutivos e decidir sobre todos os demais atos da Federação em última instância.

Parágrafo Único – Qualquer alteração do Estatuto, só poderá acontecer em Congresso Nacional, cujas emendas (inclusão, substituição, exclusão) terão que ter a aceitação de 2/3 dos delegados presentes no momento da votação.

Artigo 14 - O Congresso Nacional é formado por todos os sindicatos filiados e oposições sindicais reconhecidas pela FUP e, é realizado ordinariamente a cada 3 (três) anos, ou extraordinariamente a qualquer tempo."

Parágrafo 1º - Os sindicatos filiados, e as oposições reconhecidas, participam do Congresso através de delegações de associados, representativos da categoria, sendo o número de delegados por sindicato definido segundo a seguinte tabela:

N° de sindicalizados Delegados a serem eleitos

1 a 1000: 12 delegados

16 delegados 1001 a 2000:

Acima de 2000: 16 + Mais 1 a cada 360 sindicalizados.

Parágrafo 2° - Só serão homologados os delegados das assembléias ou congressos que obtiverem um quorum mínimo igual a 5 (cinco) vezes o número de delegados a que a entidade tem direito. Quando eleitos em congressos estaduais ou regionais será considerado para efeito de quorum o número de presentes nos fóruns de base que elegeram delegados aos referidos congressos.

Parágrafo 3º - Na hipótese de não ser obtido o quorum acima, a assembléia ou o congresso regional/estadual poderá eleger delegados proporcionalmente aos trabalhadores presentes, respeitando o núme-ro estabelecido no parágrafo terceiro, ou seja, 1 (hum) delegado para cada 5 (cinco) trabalhadores presentes, este mesmo critério servirá para as oposições sindicais.

Parágrafo 4° - As oposições sindicais serão credenciadas segundo os critérios do estatuto da CUT, ou seja, apenas onde o sindicato não for filiado à FUP e, desde que previamente reconhecidas e acompanhadas pela diretoria da FUP, observado o conceito de categoria a que se refere o Artigo 3º do presente Estatuto.

Parágrafo 5° - Os delegados efetivos, em caso de sua ausência, só poderão ser substituídos por suplentes da respectiva chapa em que se elegeram.

Parágrafo 6º - Os membros da Diretoria da FUP serão delegados natos ao Congresso Nacional.

Parágrafo 7° - O Congresso Nacional só se instalará quando nele estiverem representados pelo menos 50% + 1(cinqüenta por cento mais hum) dos delegados inscritos.

Parágrafo 8º - Para participar dos Congressos Nacionais como delegado, é obrigatória a apresentação da convocatória, ata e lista de presença da assembléia, devendo constar na ata o nome dos delegados eleitos e respectivos suplentes, discriminando as chapas concorrentes.

Artigo 15 - O Congresso Nacional será realizado mediante divulgação prévia de pelo menos 4 (quatro) meses com data estabelecida pela Diretoria.

Parágrafo Único - O prazo de divulgação prévia do Congresso Nacional Extraordinário será de no mínimo 1 (hum) mês.

CAPÍTULO V - Da Plenária Nacional e do Conselho Deliberativo

Artigo 16 - A Plenária Nacional é um órgão intermediário entre o Congresso e o Conselho Deliberativo, devendo ser convocada ordinariamente uma vez a cada ano, à exceção dos anos de Congresso Nacional da FUP, e tem como atribuições básicas:

- I. Deliberar sobre quaisquer matérias que por determinação do Congresso lhe forem atribuídas;
- II. Implementar as deliberações do Congresso;
- III. Regulamentar, quando necessário, as deliberações do Congresso;
- IV. Discutir e aprovar encaminhamentos para as Campanhas Salariais da categoria, no que diz respeito a táticas de lutas e demais assuntos pertinentes.

Parágrafo Único - A Plenária Nacional poderá ser convocada extraordinariamente pela Direção Executiva da FUP ou por 1/3 dos sindicatos filiados desde que tenham deliberado em Assembléias.

Artigo 17 – Os sindicatos filiados, e as oposições reconhecidas, participam da Plenária através de delegações de associados, representativos da categoria, sendo o número de delegados por sindicato definido segundo a seguinte tabela:

N° de sindicalizados Delegados a serem eleitos

1 a 1000: 6 delegados 1001 a 2000: 8 delegados

Acima de 2000: 8 + Mais 1 a cada 720 sindicalizados.

Parágrafo 1º - Todos os delegados efetivos e suplentes deverão ser eleitos por chapa em assembléia, respeitando o princípio da proporcionalidade, para composição da delegação do sindicato.

Parágrafo 2° - Só serão homologados os delegados das assembléias que obtiverem um quorum mínimo igual a 5 (cinco) vezes o número de delegados a que a entidade tem direito.

Parágrafo 3° - Na hipótese de não ser obtido o quorum acima, a assembléia poderá eleger delegados proporcionalmente aos trabalhadores presentes, respeitando o número estabelecido no parágrafo terceiro, ou seja, 1 (hum) delegado para cada 5 (cinco) trabalhadores presentes, este mesmo critério servirá para as oposições sindicais.

Parágrafo 4° - As oposições sindicais serão credenciadas segundo os critérios do estatuto da CUT, ou seja, apenas onde o sindicato não for filiado à FUP e, desde que previamente reconhecidas e acompanhadas pela diretoria da FUP, observado o conceito de categoria a que se refere o Artigo 3º do presente Estatuto.

Parágrafo 5° - Os delegados efetivos, em caso de sua ausência, só poderão ser substituídos por suplentes da respectiva chapa em que se elegeram.

Parágrafo 6º - Para participar das Plenárias Nacionais como delegado, é obrigatória a apresentação da convocatória, ata e lista de presença da assembléia, devendo constar na ata o nome dos delegados eleitos e respectivos suplentes, discriminando as chapas oncorrentes.

Parágrafo 7° - Os membros da Diretoria da FUP serão delegados natos à Plenária Nacional.

Artigo 18 - O Conselho Deliberativo será formado pelos integrantes da Diretoria, e ainda por um representante indicado por cada sindicato filiado.

Parágrafo único - O Conselho Deliberativo é o órgão de formulação das políticas a serem implementadas cotidianamente pela Diretoria, a partir das diretrizes elaboradas pelo Congresso e pela Plenária da FUP, e se reunirá ordinariamente com periodicidade semestral, ou extraordinariamente conforme convocação realizada pela Diretoria.

CAPÍTULO VI - Da Diretoria e de seus Suplentes

Artigo 19 - A Direção Executiva da FUP será exercida por um colegiado, composto de 15 (quinze) membros titulares. A estes corresponderá igual número de diretores suplentes, os quais atuarão na medida e eventualidade dos impedimentos e/ou afastamentos dos titulares.

Parágrafo Único: A Direção se reunirá ordinariamente a cada 3 (três) meses, ou extraordinariamente quando devidamente convocada.

Artigo 20 - À Diretoria compete:

- a) Administrar a Federação e seu patrimônio social;
- b) Garantir os direitos dos sindicatos filiados;
- c) Organizar o quadro de pessoal, distribuindo as respectiva atri-buições;
- d) Representar a Federação no estabelecimento de negociações coletivas, bem como junto às autoridades administrativas e judiciárias, entidades sindicais e órgãos públicos e privados;
- e) Viabilizar as determinações do Congresso e Plenária Nacionais, e do Conselho Deliberativo;
- f) Elaborar, apresentar e submeter ao Conselho Fiscal o balanço financeiro do exercício anterior;
- g) Submeter à Plenária Nacional a previsão orçamentária do exercício seguinte;
- h) Apresentar aos sindicatos filiados até 30 dias antes do Congresso, ou da Plenária Nacional, conforme o caso, o balanço financeiro e o relatório de atividade no período anterior e o plano de trabalho para o exercício seguinte;
- i) Convocar o Congresso e Plenária Nacionais e o Conselho Deliberativo;

Artigo 21 - A Direção Executiva da FUP será composta das seguintes secretarias:

- a) Secretaria de Coordenação Geral um membro;
- b) Secretaria de Administração e Finanças dois membros;
- c) Secretaria de Imprensa e Comunicação dois membros;
- d) Secretaria de Política Sindical e Formação dois membros;
- e) Secretaria de Seguridade, Aposentados e Políticas Sociais um membro;
- f) Secretaria de Saúde, Segurança, Tecnologia e Meio Ambiente dois membros;
- g) Secretaria de Assuntos Jurídicos, Institucionais e Terceirizados- dois membros;
- h) Secretaria de Relações Internacionais e do Setor Privado dois membros.

Parágrafo Único – A Secretaria de Seguridade, Aposentados e Políticas Sociais terá, obrigatoriamente, entre seus membros, o1(um) petroleiro aposentado.

Artigo 22 - Ao Secretário de Coordenação Geral compete:

- I. Coordenar as atividades gerais da FUP e acompanhar as atividades de cada setor de trabalho;
- II. Representar a FUP perante a atividades administrativas e judiciárias, podendo delegar poderes;

- III. Assinar atas e Orçamento anual e todos os papéis que dependem de sua assinatura, bem como rubricar os livros da secretaria e da administração;
- VI. Elaborar atas e relatórios das reuniões da Secretaria Executiva.
- Artigo 23 Aos Secretários de Administração e Finanças compete:
- I. Assinar os cheques e efetuar pagamentos e recebimentos autorizados;
- II. Dirigir os trabalhos da tesouraria;
- III. Elaborar e apresentar ao Conselho Fiscal os balancetes mensais e propor o balanço anual:
- IV. Supervisionar a arrecadação das contribuições dos sindicatos filiados;
- V. Cobrar os débitos dos sindicatos filiados;
- VI. Fazer gestões junto à tesouraria da CUT nacional e da CNQ;
- VII. Implementar medidas que visem a melhoria da situação financeira da FUP.
- VIII. Administrar o patrimônio imobiliário;
- IX. Supervisionar a administração do pessoal;
- X . Supervisionar o almoxarifado e a emissão de correspondência;
- Artigo 24 Ao Secretário de Imprensa e Comunicação compete:
- I. Coordenar a promoção e circulação de órgãos de divulgação da FUP;
- II. Supervisionar o encaminhamento, junto a órgãos de divulgação externos de material de informação e promoção, das atividades da FUP e dos sindicatos filiados;
- III. Coordenar a malha de informações da Federação, incluindo a utilização de um banco de dados, envolvendo a mesma e todos os sindicatos filiados;
- IV. Recolher e divulgar as informações entre sindicatos, categoria e o conjunto da sociedade;
- V. Desenvolver campanhas publicitárias definidas pela Diretoria, Plenárias ou Congressos Nacionais;
- VI. Compor o conselho editorial dos veículos de comunicação da FUP, juntamente com a assessoria especializada.
- Artigo 25 Aos Secretários de Política Sindical e Formação compete:
- I. Organizar e promover junto aos sindicatos filiados a realização de Encontros, Seminários, para debates e aprofundamentos das discussões de problemas de interesse da categoria, bem como de Formação Sindical;

- II. Aprofundar o relacionamento da categoria com o movimento sindical e popular buscando uma efetiva unidade que garanta o interesse político e econômico da categoria;
- III. Formular políticas de acompanhamento das entidades filiadas e oposições reconhecidas:
- IV. Formular políticas que visem a obtenção de práticas unitárias dos sindicatos filiados em relação aos diversos problemas da categoria.
- V. Implementar uma política de OLT (Organização por Local de Trabalho), em conjunto com os sindicatos filiados.
- VI. Promover intercâmbio de informações e integração com outras entidades sindicais e populares.
- VII. Implementar uma política de Formação para a Federação, em discussão com os sindicatos filiados.
- VIII. Celebrar convênios sobre Formação Sindical com entidades e institutos afins.
- Artigo 26 Aos Secretários de Seguridade, Aposentados e Políticas Sociais compete:
- I. Formular políticas de acompanhamento e incentivo ao funcionamento dos departamentos de aposentados dos sindicatos filiados;
- II. Acompanhar e formular políticas para a Federação e sindicatos filiados no tocante à área de Seguridade Social, incluindo além da Previdência Social a PETROS;
- III. Recolher e divulgar assuntos de natureza cultural, estimulando, através dos sindicatos filiados, as atividades culturais da categoria, tendo em vistas o valor da liberdade de expressão como instrumento da herança de uma sociedade pluralista, sem preconceitos;
- IV. Organizar e firmar convênios culturais e sociais;
- V. Formular políticas e discussão para com os sindicatos filiados no tocante à área dos problemas sociais: discriminação das minorias, opressão aos povos e nacionalidades, discriminação racial, e outras formas de opressão;
- VI. Implementar junto aos sindicatos filiados uma política sobre a questão da mulher petroleira;
- Artigo 27 Aos Secretários de Saúde, Segurança, Tecnologia e Meio Ambiente compete:
- I. Formular políticas globais e específicas para o setor e encaminhar junto aos sindicatos filiados orientações para atuação nas CIPAS e comissões de Segurança e Saúde;
- II. Desenvolver atividades visando acompanhar as políticas governamentais e das empresas, com o objetivo de elaborar uma proposta alternativa de Política de Segurança e Saúde para a categoria;

- III. Desenvolver e participar das atividades inter-sindicais no campo de segurança e saúde do trabalhador:
- IV. Promover Seminários, cursos e palestras com os sindicatos filiados, a fim de implementar as deliberações dos fóruns da categoria sobre o tema.
- Artigo 28 Aos Secretários de Assuntos Jurídicos, Institucionais e Terceirizados compete:
- I. Coordenar a formulação de políticas de defesa do sistema PETROBRÁS, incluindo política para as subsidiárias e empresas que foram privatizadas;
- II. Representar a Federação junto a atividades parlamentares e outros fóruns no tocante à defesa do sistema PETROBRÁS;
- III. Acompanhar a evolução das políticas governamentais para área de terceirização, programas de qualidade e das políticas para o setor, propondo programas de Gestão e Controle Social nas empresas públicas e estatais;
- IV. Atuar junto aos movimentos de defesa das estatais ou em defesa do Sistema Petrobrás existentes em cada um dos estados, visando um intercâmbio de informações e experiências;
- V. Supervisionar e acompanhar as ações de defesa de interesses coletivos da categoria, através da delegação expressa dos sindicatos filiados;
- VI. Acompanhar a elaboração de leis e formação da jurisprudência de interesse da categoria.
- VII. Centralizar o andamento dos trabalhos junto a Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, objetivando subsidiar aos sindicatos filiados com projetos de interesses da categoria, para as quais se façam necessárias intervenções organizadas por trabalhadores, buscando sua aprovação ou rejeição, conforme o caso;
- VIII. Coordenar o acompanhamento e a atuação em Brasília utilizando a infra-estrutura para informar sindicatos dos andamentos dos processos junto aos tribunais superiores;
- IX. Unificar os trabalhos das assessorias jurídicas, promovendo encontro de assessores e secretários dos sindicatos filiados e da Federação.
- X Organizar e manter o cadastro nacional de empresas prestadoras de serviços de pessoal na indústria do petróleo;
- XI Implementar as políticas salariais, reivindicatórias, de condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados;
- XII Estabelecer processo negocial visando à pactuação de Acordos Coletivos de Trabalho

dos trabalhadores terceirizados, orientando as reivindicações no sentido da igualdade de direitos entre os empregados destas e os das empresas de petróleo contratantes;

Artigo 29 - Aos Secretários de Relações Internacionais e do Setor Privado compete:

I- representar a FUP nas atividades e fóruns internacionais;

II - garantir a execução da política internacional da FUP, assegurando que suas relações com o movimento sindical internacional sejam regidas pelos princípios deste Estatuto e pelas definições das instâncias deliberativas da FUP;

III - contribuir nas definições de políticas internacionais da FUP, CNQ e CUT;

IV - estabelecer e coordenar o desenvolvimento das relações com todas as entidades sindicais e organizações congêneres, em âmbito mundial, como interlocutores da Federação:

V - acompanhar o desenvolvimento de relações sindicais entre as Confederações e Federações Nacionais da CUT com entidades congêneres e do mesmo ramo de atividade econômica de outros países;

VI - coordenar e/ou acompanhar o conjunto de ações comuns de solidariedade e

intercâmbio com os trabalhadores do setor petróleo de outros países;

VII - garantir a troca de informações e divulgação dos fatos relativos à condição e à luta dos trabalhadores entre movimento sindical internacional e brasileiro, reciprocamente;

VIII - organizar e/ou acompanhar os convênios estabelecidos entre as instâncias da CUT e da FUP e as centrais sindicais e instituições de outros países.

IX - organizar, coordenar e encaminhar as ações políticas junto aos trabalhadores e empresas privadas do setor petróleo;

X – organizar e coordenar as campanhas reivindicatórias dos trabalhadores das empresas privadas do setor petróleo nacionalmente, junto aos sindicatos filiados.

CAPÍTULO VII - Do Conselho Fiscal

Artigo 30 - A FUP Terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) titulares e respectivos suplentes, eleitos em Congresso, com eleição separada da Secretária Executiva colegiada e com mandato de 3 (três) anos, obedecendo os mesmos critérios e procedimentos da eleição da Diretoria da FUP, e com ela coincidindo no tempo.

Artigo 31 - Ao Conselho Fiscal compete:

- I. Dar parecer sobre a previsão orçamentária, balanços, balancetes e retificações ou suplementação de orçamento;
- II. Examinar as contas e escrituração contábil da FUP;

III. Propor medidas que visem à melhoria da situação financeira da FUP.

Artigo 32 - O Conselho Fiscal se reunirá uma vez a cada semestre, e extraordinariamente quando necessário.

Parágrafo Único - As deliberações das reuniões do Conselho Fiscal serão adotadas por maioria simples de voto, exigindo-se a presença da maioria absoluta dos membros efetivos.

CAPÍTULO VIII - Do Processo Eleitoral da Diretoria

Artigo 33 -A eleição da Diretoria dar-se-á em Congresso, por votação, a cada 3 (três) anos, obedecendo-se à proporcionalidade entre as chapas concorrentes que obtiverem ao menos 10% dos votos."

Parágrafo Único - Estarão aptos para compor as chapas concorrentes às eleições da Diretoria da FUP apenas os delegados presentes no Congresso Nacional.

Artigo 34 - A distribuição dos cargos da Diretoria se fará entre as chapas da seguinte maneira:

- 1) Divide-se o número total de votos obtidos por cada chapa por 1, por 2, e assim
- sucessivamente, até atingir o número de membros que ela conquistou na proporcionalidade;
- 2) O quociente (resultado) de cada cálculo indica a pontuação de cada membro eleito;
- 3) A escolha de cada cargo será feita pela chapa que indicou o membro eleito, de acordocom a pontuação recebida, obedecendo-se a ordem dos nomes quando da inscrição das chapas;
- 4) Em caso de empate, indica primeiro a chapa que obteve o maior número de votos no conjunto da votação.

CAPÍTULO IX - Da Perda do Mandato

Artigo 35 - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal perderão seus mandatos nos seguintes casos:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Violação deste estatuto;
- III. Abandono do cargo, considerando ausência em 3 reuniões consecutivas ou não, sem iustificativa.
- IV. Por negligencia na administração da secretaria, que foi designado, sendo Necessário a avaliação em Congresso Nacional.

Parágrafo Único - A perda do mandato será declarada pela Diretoria, confirmada por Plenária Nacional e efetivada em Congresso Nacional, sendo necessário 2/3 dos votos, em cada instância.

Artigo 36 - No caso de renúncia ou pedido de afastamento de qualquer membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal a mesma deverá ser encaminhada por escrito a Diretoria ou ao Conselho Fiscal.

CAPÍTULO X - Da Comissão de Ética

Artigo 37 - Será constituída para averiguar os casos da perda de mandato ou qualquer caso que atinja valores morais e éticos uma Comissão de Ética formada por pessoas notórias e idôneas, em comum acordo com a composição política do Congresso Nacional; devendo a mesma ser convocada pela Diretoria, pela Plenária Nacional ou pelo Congresso Nacional.

Artigo 38 - A Comissão de Ética apresentará parecer à Diretoria da FUP, à Plenária

Nacional e Congresso Nacional, afim de que estes fóruns apreciem o mesmo. Enquanto isso, o referido parecer não poderá ser divulgado.

CAPÍTULO XI - Do Patrimônio da Federação

Artigo 39 - Constituem patrimônio da FUP as contribuições estabelecidas em seus fóruns específicos, doações e legados, aluguéis de imóveis e juros de títulos e depósitos e outras rendas.

Parágrafo Único - Não constituirá patrimônio da FUP as contribuições compulsórias, tais como o Imposto Sindical ou Contribuição Sindical.

Artigo 40 - A alienação dos títulos de renda e imóveis dependerá de autorização da Plenária, especialmente convocada para este fim.

Artigo 41 - No caso dissolução da FUP, o que só acontecerá por deliberação expressa do Congresso Nacional da categoria, convocado especialmente para este fim, com presença mínima de 3/4 (três quartos) dos delegados, o seu patrimônio será incorporado às instituições congêneres.

Parágrafo Único - A distribuição dos bens patrimoniais e recursos financeiros será feita pelo mesmo Congresso que autorizar a dissolução.

CAPÍTULO XII - Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 42 - A incorporação do patrimônio e a sucessão nas responsabilidades, do Instituto Nacional de Formação Sindical dos Trabalhadores Petroleiros, e da Federação Nacional dos Petroleiros - FENAPE se dará imediatamente após a aprovação deste Estatuto.

Artigo 42 - Os sócios não respondem direta ou subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Teses nacionais

Tese Nacional da Articulação Petroleira

ANÁLISE DE CONJUNTURA INTERNACIONAL

"Os golpes que Honduras, Paraguai e Brasil sofreram não nasceram nesse hemisfério", disse recentemente a ex-presidenta da Argentina, Cristina Kirchner.

Cristina Kirchner não falou o nome do país do hemisfério norte onde teriam sido gestados esses golpes, mas evidentemente que ela estava se referindo aos Estados Unidos.

Desde a queda muro de Berlin, em 1989, acabou a dualidade no mundo, antes dividido em dois grandes blocos: o Comunista e o Capitalista. A partir de 1992, sob Margaret Thatcher (Grã Bretanha) e Ronald Reagan (EUA) foi aplicado o plano conhecido por neoliberalismo, que ressuscitava as teses liberais dos economistas Ricardo e Adam Smith em substituição às políticas keynesianas implantadas nos países capitalistas.

A preocupação com a vitoriosa Revolução Russa é que levou os países capitalistas a criar políticas de bem estar social (welfare state), como bem expressa o ditado popular "dar os anéis para não perder os dedos". A existência de dois projetos distintos no mundo (capitalismo e comunismo) é que possibilitou uma maior participação dos trabalhadores na renda nacional. Segundo o economista francês Thomas Piketty, em seu livro 'O Capital no Século XXI', a primeira metade do século XX, até os anos 1990, foi o período de melhor distribuição de renda, consequentemente, de menor concentração, de toda a história. De 1990 até 2015, observa Piketty, a concentração do capital voltou aos níveis que era em 1910.

A América Latina foi o grande laboratório das idéias neoliberais, via as teses de Milton Friedman da Escola de Chicago. O Chile de Pinochet foi o primeiro deles. A aplicação do neoliberalismo na América Latina recebeu uma denominação especial: 'Consenso de Washington' e suas condicionantes econômicas foram aplicadas via FMI nesses países. Foi assim com a Argentina, de Carlos Ménen; com o Brasil, primeiro Collor e depois FHC; com o Peru, de Alberto Fujimori; com o México, de Carlos Salinas de Gortari.

Em todos esses países o modelo econômico aplicado foi o mesmo: sucateamento e venda de empresas estatais, diminuição do estado, desvalorização do funcionalismo público, sucateamento da saúde e da educação, política de juros elevados, grande endividamento interno e externo, abertura para capital internacional, flexibilização de taxas alfandegárias, forte desemprego gerando enfraquecimento do movimento sindical, concentração de renda, dentre outras.

O século XXI trouxe novos ventos para a América Latina. Depois do temporal neoliberal que varreu conquistas dos trabalhadores e provocou ondas de miséria e desemprego, novos governantes, com plataformas voltadas para o fortalecimento do Estado e do desenvolvimento econômico foram eleitos: foi assim na Venezuela (Chávez e Maduro), no Uruguai (Vásquez e Mujica), na Argentina (Néstor e Cristina Kirchner), na Bolívia (Evo Morales), no Chile (Michelle Bachelet), no Equador (Rafael Correa) e no Brasil (Lula e Dilma).

As políticas aplicadas por esses governantes não seguiam a corrente do pensamento neoliberal e em forte medida desagradava Washington, que sempre considerou a América Latina como seu quintal. As políticas implementadas nesses países tem como eixo central o Estado voltado às camadas mais pobres da população e intensificação das aplicações de políticas sociais de resgate e valorização de negros, indígenas, mulheres e minorias étnicas culturais ou sociais. As empresas estatais passaram a operar como indutoras do crescimento econômico, com valorização do funcionalismo público, com investimentos em saúde e educação. Graças à aplicação dessas políticas, países como Venezuela, Equador e Bolívia foram considerados como países sem analfabetos, de acordo com a ONU. O Brasil, que retirou 40 milhões de pessoas da miséria, saiu do mapa da fome, também dado da ONU.

Evidentemente que, o aumento de países na América latina com governos voltados a uma política de valorização do Estado e das políticas públicas, não interessava a Washington. E mais, esse modelo econômico já era visto como alternativa para vários países, destruídos pela aplicação das políticas neoliberais. Esse era um modelo que poderia colocar em risco o projeto de Washington e, de acordo com a geopolítica, deveria ser eliminado.

Vale ressaltar que todos os países da America latina que tiveram a experiência de **governos Estado-desenvolvimentistas** (apesar do debate que essa nomenclatura gera, vamos manter esse nome), foram eleitos pelo povo mais pobre, pelos trabalhadores organizados em sindicatos e pelos movimentos sociais. Todos esses governos sempre sofreram, e sofrem ainda, forte oposição do capital financeiro, especulativo, industrial, agrário, dos meios de comunicação e do poder judiciário, isso porque, foram modelos eleitos de baixo para cima, contra todo o *status quo* secular que perpetuava até então, de que as mesmas elites brancas é que se rodiziavam no poder através de seus partidos políticos.

A eleição de governantes Estado-desenvolvimentistas possibilitou o fortalecimento do Mercosul (Mercado Comum do Sul), o fim da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), a criação da Unasul (União das Nações Sul Americanas) e da Celac (Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenho). O Brasil participou ativamente na construção do G20 (bloco de países em desenvolvimento), em contraposição ao G7 (sete países mais ricos do mundo). A partir do G20, foi possível a formação do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, South Africa).

O BRICS representa atualmente o maior perigo à hegemonia norte-americana no mundo.

O BRICS representa 21% do PIB mundial e 42% da população mundial, além de 45% da força de trabalho e, ainda, detém o maior poder de consumo do planeta. Em 2013 decidiram pela criação do Banco Internacional do BRICS para atuação não apenas dos países membros, mas abertos à outras nações, o que representa na prática uma concorrência com o FMI e com o Banco Mundial, ambos sob controle político norte-americano. Outra medida que também não agradou aos EUA e Reino Unido foi a criação de um contingente de reserva no valor de 100 bilhões de dólares. Tal medida foi tomada com o objetivo de garantir a estabilidade econômica dos 5 países que fazem parte do grupo. Enfim, o BRICS passou a representar uma alternativa ao modelo hegemônico até então existente desde a gueda do muro do Berlin.

As intervenções militares na América Latina nos anos de 1960 e 1970, sempre sob orientação norte-americana, produziram milhares de mortes e desaparecimentos políticos, sendo denunciado mundo afora. Já nos anos 2000, tornou-se evidente que os golpes militares não faziam mais parte da estratégia norte-americana quando observamos como aconteceram as derrubadas de governos nos países árabes, na chamada @Primavera Árabe@. A partir de um grande ajuntamento de pessoas nos espaços públicos, aumentando a cada dia, com acampamentos, atos diários contra o governo, a princípio pacíficos, em diversos países do chamado @Chifre da África@ (Foi assim na Tunísia, que derrubou um ditador há 23 anos no poder, depois foi a vez do Egito, Líbia, Síria, lêmem, Bahrein, Argélia e Jordânia), os governos foram enfrentados. E, quando os governos foram derrubados, as substituições não atenderam aos interesses da maioria da população, em outros casos, com o fim dos governos, o caos tomou conta do país, com guerras tribais e territórios sem lei. Em todos esses países o script foi o mesmo, terminou a com intervenção do exército, fuzilamentos e prisões das lideranças. Essas manifestações populares, na verdade controladas de dentro e de fora de seus países, é parte da nova estratégia de derrubada de governos não alinhados aos interesses norteamericanos. O documentário 20 negócio da Revolução2 faz um relato de como tais golpes são arquitetados de forma a parecerem democráticos e com participação popular.

Esse mesmo script foi utilizado no Brasil, a partir de junho de 2013. As forças reacionárias se apropriaram de manifestações populares que saíram as ruas, inicialmente, contra o aumento das passagens e pelo direito ao passe livre em São Paulo. As manifestações seguintes tiveram cobertura ao vivo da Rede Globo que inclusive suspendeu a apresentação de sua telenovela para acompanhar os protestos e forjou um caráter de movimento contra o governo. Colunistas da Globo, como Merval Pereira e Arnaldo Jabor, que um dia antes criticavam o Movimento Passe Livre, no dia seguinte mudaram de posição e passaram a defensores radicais dessas manifestações, que extrapolaram o estado de São Paulo e passaram a acontecer pelo país afora, sempre convocada pelas redes sociais, convocada e divulgada pela grande mídia e com caráter de serem manifestações apartidárias, sem bandeiras de partidos ou outras organizações. A apropriação dessas manifestações pela direita, em conjunto com o Ministério Público, grande parte do poder judiciário, mídia tradicional e com o Congresso mais conservador do Brasil desde 1964, resultou em outras manifestações de rua que foram usados como pretexto para a execução do Golpe contra a presidenta Dilma Rousseff.

Não podemos tratar como simples coincidência que a embaixadora norte-americana no Brasil, Liliana Ayalde, tenha assumido o posto em 2013, vindo anteriormente do Paraguai, saindo de lá um mês antes de se consumar o golpe contra o presidente Lugo e ainda, por ter passado anteriormente por Honduras, justamente no período do golpe contra o presidente Zelaya. Agora Ayalde passa seu posto a outro embaixador, Peter Michael McKinley, venezuelano de nascimento e servindo atualmente no Afeganistão. Diplomatas ou agentes da CIA?

ANÁLISE DE CONJUNTURA NACIONAL

O SIGNIFICADO POLÍTICO DO IMPEACHMENT

O fato político mais importante da atual conjuntura foi a aprovação da admissibilidade do impeachment da Presidenta Dilma por 55 votos a 22 no Senado, em sessão que terminou na madrugada do dia 12 de maio de 2016, dando continuidade ao processo que na sua primeira etapa foi conduzido de forma tendenciosa na Câmara dos Deputados, infringindo ao governo expressiva derrota.

A derrota do governo no Senado foi um momento decisivo na trajetória do golpe tramado pelas forças conservadoras contra a democracia brasileira e dificilmente será revertido. Provocou o afastamento da Presidenta Dilma por até 180 dias e sua imediata substituição pelo golpista Michel Temer na condição de Presidente interino.

Foi uma ruptura do Estado de Direito, fato que por si só torna o governo Temer ilegítimo. Os meios empregados por Temer e pelas forças políticas que o apoiaram para usurpar o poder acentuam sua ilegitimidade e desmascaram a fraude do próprio processo de impeachment.

A Presidenta foi condenada sem que tenha cometido crime de responsabilidade. Inúmeros parlamentares que a julgaram, na Câmara dos Deputados e no Senado, são indiciados por crime ou estão sob investigação de terem cometido ato ilícito. A maioria dos congressistas que abandonou o governo e engrossou as fileiras golpistas vendeu seu voto a peso de ouro.

Entidades empresariais usaram recursos próprios e recursos públicos, oriundos do Sistema S, para comprar votos, assim como disponibilizaram sua frota de jatinhos para garantir a presença de deputados na sessão que aprovou a recomendação do impeachment ao Senado. Isso foi uma clara interferência do poder econômico no Parlamento, eleito em sua maioria com o financiamento das próprias empresas.

O Supremo Tribunal Federal curvou-se às forças golpistas, ao limitar seu papel à definição

das regras do impeachment, negando-se a entrar no seu mérito: se as acusações feitas à Presidenta constituem crime de responsabilidade, passível de condenação. Seus membros violaram, assim, os princípios e fundamentos da própria Justiça, pela qual deviam velar.

A demora em afastar Eduardo Cunha da presidência da Câmara, mesmo havendo provas contundentes de seus crimes de corrupção, a decisão de um membro do Supremo de impedir Lula tomar posse como Ministro e a presteza com que este mesmo membro do juiz suspendeu a investigação de Aécio Neves, recomendada pelo Procurador Geral da República, levantam sérias dúvidas sob a imparcialidade da suprema corte brasileira de justiça.

A parcialidade da Operação Lava Jato na escolha de quem investigar e prender, a quem conduzir coercitivamente para depor, o vazamento seletivo de informações sigilosas para a mídia, seu questionável método para induzir delações premiadas, tudo isso revela seu objetivo político: destruir o PT e inviabilizar a candidatura de Lula em 2018.

Ao mesmo tempo, ao conduzir com tamanha desenvoltura sua ação, a Lava Jato acentua a insegurança dos cidadãos em relação a direitos assegurados pela Constituição e que deveriam ser invioláveis.

O papel da mídia oligopolizada de induzir o golpe, falsear a realidade, estimular o ódio e insinuar crimes não cometidos por membros da esquerda mostra, de um lado, seu enorme poder e, de outro, a que ponto grande parte da população brasileira continua refém da narrativa construída a favor do golpe, da propaganda deslavada contra o PT, que aponta seus crimes e ignora os avanços obtidos pelos governos Lula e Dilma.

As forças conservadoras não querem apenas tirar Dilma do poder. Querem, através do golpe, recolocar o país nos trilhos da agenda neoliberal, subordinar os interesses nacionais ao poder das empresas multinacionais e das potencias imperialistas e, fundamentalmente, destruir a esquerda, impedindo qualquer tentativa de ampliar a inclusão e de diminuir as desigualdades sociais existentes no país.

A agenda imposta do governo Temer 2 ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas, reforma da Previdência, arrocho salarial, retirada de direitos da classe trabalhadora, diminuição dos investimentos nas políticas publicas, especialmente na saúde e educação, privatizações e entrega de recursos naturais a empresas estrangeiras - cria também as condições para a oposição sistemática das forças democrático-populares a este governo ilegítimo.

A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA ATUAL CONJUNTURA

O golpe em curso dividiu radicalmente a sociedade brasileira entre os setores conservadores e reacionários que conduziram e apoiam o impeachment e, as forças democrático-populares que resistiram ao golpe, não reconhecem o governo Temer, o denunciam como ilegítimo e a ele farão oposição sistemática.

O caráter ilegítimo do governo Temer é compartilhado por canais significativos da mídia

internacional, por lideres políticos expressivos da América Latina e da Europa que criticam abertamente o impeachment e o nomeiam como golpe e questionam a capacidade do novo governo de manter a coesão social e tirar o Brasil da crise política, econômica e moral que atravessa.

No Congresso, as forças golpistas formam um bloco de direita com uma base de apoio de 80% dos parlamentares, enquanto a oposição, reduzida ao PT, PCdoB e PSOL, tem os 20% restantes. É uma relação muito desigual.

No entanto, até quando o bloco de direita se manterá coeso e disciplinado na aprovação das medidas do governo enviadas ao Congresso? As disputas pela composição do novo ministério e os indícios de que não há unanimidade em relação a medidas anunciadas oficiosamente ② como a elevação da idade mínima para a aposentadoria, a criação de novos impostos para fazer fundos e superar o déficit fiscal ② revelam que a unidade desse bloco não é tão consistente como aparenta. Deve-se ainda levar em conta que nada mudou na política do ②Toma lá, dá cá②, fazendo da relação do governo com o congresso um verdadeiro balcão de negócios. Este jogo minará as chances de dar certo a propalada "Ponte para o Futuro".

A composição do novo ministério é reveladora da pouca credibilidade do governo golpista. Não há nenhuma mulher ou negro como ministro/a. Onze dos membros do primeiro escalão aparecem em investigações do esquema de corrupção da Petrobrás, segundo a FSP: Romero Jucá, PMDB-RR (Planejamento) é investigado em inquérito; Henrique Alves, PMDB-RN (Turismo) é alvo de pedido de inquérito; Geddel Vieira Lima, PMDB-BA (Secretaria de Governo) citado em conversas envolvendo delatores; Moreira Franco, PMDB-RJ (Secretário do Programa de Parcerias e Investimentos) aparece na lista da Odebrecht. Nesta mesma condição (lista da Odebrecht) aparecem: Romero Jucá, Henrique Alves, José Serra, PSDB-SP (Relações Exteriores), Ricardo Barros (Saúde), Mendonça Filho (Educação), Osmar Terra (Desenvolvimento Social e Agrário), Bruno Araújo (Cidades) e Raul Jugmam (Defesa).

Para mostrar serviço ao mercado e recolocar a economia nos trilhos do neoliberalismo, o governo Temer, de um lado, tenta apresentar o mais rápido possível um pacote de medidas impopulares (cortes em políticas públicas, novos impostos, reforma da previdência, reforma trabalhista contendo retirada de direitos, privatizações, arrocho salarial dos servidores públicos, entrega do pré-sal à exploração de petrolíferas estrangeiras) e regressivas em relação à política externa (opção de acordos comerciais bilaterais ou multilaterais em detrimento do Mercosul, enfraquecimento da participação do Brasil no BRICS) e que, certamente, provocarão a reação popular. De outro lado, Temer pode só apresentar no curto prazo medidas exequíveis, que possam ser aprovadas facilmente no Congresso e não despertem a ira popular, (considerando o que não dispõe de legitimidade e sustentação de sustentação política para além do parlamento). Desatar este nó não será fácil.

Embora espúrio e ilegítimo, o governo Temer está tentando, com apoio da mídia, das forças conservadoras e de setores do próprio movimento sindical, construir outra farsa: a imagem de governo de união nacional.

Seu programa ainda não está totalmente definido, embora o documento "Ponte para o Futuro" deixe claro o que pretende fazer: uma regressão ao passado e ao ideário neoliberal.

Medidas impopulares, especialmente aquelas que atendem aos interesses dos empresários nacionais e das empresas multinacionais e penalizam a classe trabalhadora e os setores populares, enfrentarão forte resistência do movimento sindical, dos movimentos sociais e de amplos setores da sociedade, como os estudantes, artistas, intelectuais que resistiram ao golpe e não reconhecem o governo Temer como legítimo.

A estratégia para derrotá-lo passa pela critica à sua legitimidade, pelo não reconhecimento desse governo golpista, pela oposição sistemática a suas medidas impopulares, pela rejeição a suas iniciativas de cooptação, pelas manifestações político-culturais de oposição, pelas ações de massa para contestá-lo no local de trabalho e nas ruas, num arco amplo de aliança das forças democrático-populares.

PAPEL DA CUT

I - FORTALECER AS AÇÕES DAS FORÇAS DEMOCRATICO-POPULARES

A CUT teve um papel fundamental na luta de resistência ao golpe e continuará a desempenhar o mesmo papel no campo das forças democrático-populares articuladas pela FBP e FPSM.

Deverá neste campo de oposição e de resistência continuar contribuindo na formulação e implementação de propostas de luta, como as que já foram anunciadas na Circular 17 da FBP, de 06 de maio de 2016, entre as quais destacamos:

- . manter ações permanentes de agitação;
- . promover atos político-culturais contra o golpe e contra o governo ilegítimo de Temer;
- . intensificar a luta dos trabalhadores contra qualquer medida do governo ilegítimo que ataque os direitos do povo;
- . debater nos estados a possibilidade de realizar uma jornada nacional de lutas no dia 10 de junho;
- . debater a possibilidade de realização no período de uma verdadeira Greve Geral, com a paralisação da produção em todo o país;
- . construir uma intensa agenda de atos políticos pelo país com a presença da presidenta Dilma:

- . articular para que a presidenta Dilma componha um grupo de representantes da sociedade como seus assessores e funcione como governo legítimo;
- . articular internacionalmente eventos que recepcionem a Presidenta Dilma no exterior;
- . promover uma "Mesa de Diálogo" entre os vários setores da sociedade brasileira, que se pronunciaram contra o golpe (entre 23 e 24 de maio).

II - FORTALECER A LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS

- . organizar a luta em defesa dos direitos, participando da Frente Parlamentar Mista Em Defesa dos Direitos, levando para o Congresso a Agenda da CUT dos Direitos da Classe Trabalhadora e organizando mobilizações nacionais contra iniciativas no Congresso de retirar direitos da classe trabalhadora:
- . organizar, de imediato, a resistência dos/as trabalhadores/as do serviço público e das estatais cujos interesses serão afetados pelas iniciativas do governo ilegítimo visando equilibrar as contas públicas;
- . mobilizar o conjunto da classe trabalhadora contra as anunciadas reformas da Previdência e da legislação trabalhista;
- . articular as categorias com data-base no segundo semestre , visando a construção da greve geral.
- III COMBATER A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E RESISTIR ÀS OFENSIVAS CONTRA A ORGANIZAÇÃO SINDICAL
- . Mapear as possibilidades de investidas do governo Temer contra as centrais sindicais que passam a lhe fazer oposição sistemática e adotar medidas preventivas do ponto de vista jurídico-institucional;
- . Manifestar solidariedade aos movimentos sociais atingidos por medidas repressivas ou e intimidação (como a CPI da UNE);
- . Preparar as entidades cutistas para não se tornarem alvo de investigação e de criminalização.
- IV APROFUNDAR A DISCUSSÃO SOBRE O PAPEL DOS SINDICATOS E DA CLASSE TRABALHADORA NA RESISTÊNCIA AO GOVERNO ILEGÍTIMO DE TEMER
- . Convocar as Estaduais da CUT para socializar experiências de luta e aprofundar o diagnóstico sobre o engajamento real dos trabalhadores/as na luta em defesa da democracia e dos direitos.
- . Organizar Plenárias Estaduais e Plenárias Sindicais com o mesmo objetivo.
- . Elaborar material de divulgação ② cartilha, vídeos ② para serem usados pelos Sindicatos

explicarem o golpe, o plano de governo Temer e como organizar a resistência no local de trabalho e na comunidade.

- . Reorientar a política de formação sindical da CUT para este objetivo estratégico.
- . Reorientar o planejamento estratégico da CUT, atualizando-o à atual conjuntura.
- . Detalhar, no planejamento, a estratégia para a participação da CUT nas eleições municipais.

AÇÃO ESTRATÉGICA DA CUT EM 2016

CENÁRIO

Considerando até 180 dias (até 12 de novembro), data estimada de conclusão do processo de impeachment, prazo que pode ser menor)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA CUT

Fortalecer a organização interna da CUT e sua relação com os setores democráticopopulares da sociedade na denúncia do golpe em curso, no não reconhecimento do governo ilegítimo de Temer, no combate sistemático a todas as medidas que firam os interesses da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

Transformar essa agenda no ponto de convergência da luta mais geral visando derrotar o impeachment e restaurar o Estado de Direito (desmascarando a farsa da legitimidade do impeachment e da solidez das instituições democráticas).

PRIORIDADES DE AÇÃO PARA O PERÍODO

Organizar, através de Plenárias Estaduais, assembleias nos sindicatos, reuniões nos locais de trabalho e assembleias em porta de fábricas a discussão das ameaças do governo golpista aos direitos dos trabalhadores (arrocho salarial, demissões precarização das condições de trabalho dos servidores públicos, prevalência do negociado sobre o legislado, terceirização, alteração das políticas destinadas à agricultura familiar, entre outras).

Aprofundar nesses espaços a reflexão sobre a importância de formas mais complexas de luta (paralisações, greve) para enfrentar o governo golpista e sua agenda neoliberal.

Participar massivamente das mobilizações propostas pela FBP e FPSM contra o governo golpista.

RELAÇÃO COM O GOVERNO TEMER/PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS

Oposição sistemática ao governo golpista e ilegítimo.

Não participação em fóruns com o objetivo de legitimar o Governo Temer (eventual Conselho de Desenvolvimento, por exemplo)

Participação nos Conselhos onde são debatidos interesses da classe trabalhadora, entendendo que esses fóruns são conquista das nossas lutas e são espaço de luta contra o retrocesso nas políticas públicas)

RELAÇÃO COM A FBP E A FPSM E IMPLEMENTAÇÃO DE SUA AGENDA

Continuar participando das duas frentes, contribuindo na elaboração das agendas de luta e na construção de sua unidade.

Mobilizar as bases sindicais para as ações de massa, as atividades político-culturais e outras ações que forem definidas na agenda democrático-popular de combate ao governo golpista.

RELAÇÃO COM CENTRAIS SINDICAIS

Fortalecer as relações com a CTB e com os setores das outras Centrais que não apoiam o golpe.

Procurar o diálogo com as Centrais que apoiam o governo Temer buscando unidade na luta para impedir o ataque aos direitos da classe trabalhadora.

Definir oposição firme a qualquer acordo do governo Temer e as Centrais que o apoiam em relação a medidas que venham a ferir os interesses da classe trabalhadora.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Elaborar nova Plataforma da CUT para as eleições municipais, incluindo a abordagem do golpe tramado pelas forças conservadoras e o papel da CUT e dos setores democrático-populares na defesa da democracia, dos direitos da classe trabalhadora e na resistência ao governo golpista.

Aproveitar o momento das eleições para aprofundar a reflexão sobre a crise política e econômica e a importância de combater as políticas neoliberais no município.

Discutir a importância de eleger candidatos comprometidos com a agenda dos setores democrático-populares.

Combater os candidatos que apoiaram o golpe.

TAREFAS DAS ESTADUAIS E RAMOS

Realizar plenárias de âmbito geral para discutir a crise política e econômica, as linhas de combate ao governo golpista, definidas pela CUT e, principalmente, os desafios de mobilização de nossas bases, buscando conscientizá-las da importância da resistência e do enfrentamento ao governo Temer.

Promover assembleias nos sindicatos apontando as ameaças do governo Temer aos direitos dos/as trabalhadores.

Unificar as campanhas salariais do segundo semestre em defesa do emprego, dos salários, de melhores condições de trabalho e de combate ao governo golpista.

A CAMPANHA REIVINDICATÓRIA E A PETROBRÁS (A Pauta pelo Brasil)

A greve de novembro de 2015 foi muito mais do que uma disputa capital x trabalho. Foi um movimento político de defesa da soberania nacional, de contestação ao modelo econômico recessivo e de enfrentamento aos grupos internacionais que tentam se apossar do petróleo brasileiro.

A Petrobrás e as reservas do Pré-Sal estão no centro da crise política e econômica, que se intensificou após o resultado das eleições de 2014, com a ascensão do conservadorismo e as tentativas golpistas de aniquilação do governo popular democrático.

O sistema de partilha passou a ser duramente atacado no Congresso Nacional, com uma série de projetos de Lei do PSDB e do DEM que visam retirar do Estado brasileiro o controle sobre a mais promissora reserva de petróleo da atualidade.

A Petrobrás, cujos investimentos gerados respondiam por 13% do PIB, passou a ser ainda mais atacada, vítima de uma campanha sórdida de desmoralização, após a descoberta do condenável esquema de corrupção, que agia na empresa desde o governo Fernando Henrique Cardoso.

Disputada pelos entreguistas e fragilizada pela crise internacional que derrubou os preços do petróleo, a estatal deixou de cumprir o seu papel de indutora do desenvolvimento nacional e passou a ser gerida para atender ao mercado. O Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 reduziu drasticamente os seus investimentos e colocou à venda ativos estratégicos, penalizando os trabalhadores e o povo brasileiro com medidas inaceitáveis.

A pauta pelo Brasil

A Petrobrás cumpre um papel importantíssimo no desenvolvimento da economia brasileira. É também a empresa que mais investe no Brasil e, sozinha, é responsável por 70% dos investimentos em E&P em todo o país. Seus investimentos totais chegaram a representar 7,5% do total de investimentos no país, em média anual, entre 2010 e 2014. Representa ainda uma importante fonte de receitas fiscais para União, Estados e Municípios, principalmente através da arrecadação de royalties e participações especiais. Além disso, possui uma capacidade de geração de empregos muito grande, seja em contratações diretas, indiretas e/ou provocadas pelo efeito da renda gerada a partir dos seus investimentos.

Em estudo apresentado pela Petrobrás, constatou-se que, para cada R\$1 bilhão de investimentos da Petrobrás feitos no país pode ser gerado cerca de R\$860 milhões de valor adicionado (ou PIB) na economia brasileira, e cerca de 19.300 novos postos de trabalho. Assim, com a previsão atual de investimentos programados no PNG 2015-2019, de cerca de

R\$358,4 bilhões, pode-se gerar um efeito positivo no PIB brasileiro de R\$308,2 bilhões, com cerca de R\$61,6 bilhões por ano. Além disso, esse mesmo volume de investimento pode gerar ainda cerca de 6,9 milhões de empregos, representando 1,38 milhões de empregos ao ano.

A partir de 2014, a Petrobrás passou a reduzir significativamente seus investimentos e, dado a importância relativa no total da formação bruta de capital fixo, os efeitos sobre a economia brasileira logo apareceram. A FUP ressalta que, conforme apresentado em pesquisa realizada pelo Grupo de Economia da Energia (UFRJ), houve redução na arrecadação das receitas governamentais com royalties, de cerca de 25% no primeiro semestre de 2015, redução de 7% no nível de emprego, somente no setor de E&P do país, entre janeiro de 2014 e agosto de 2015. Além disso, em se tratando apenas de trabalhadores terceirizados da própria Petrobrás, entre 2013 e 2015, chegamos a uma redução de 156.600 trabalhadores.

Nesta mesma direção, estudo apresentado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, apontou que os efeitos negativos desta contração dos investimentos da Petrobrás, sentido não só no setor de óleo e gás, mas também em setores como a construção civil e engenharia nacional podem ter ultrapassado 2 p.p. da queda total de quase 4 p.p. no PIB entre 2014 e 2015. O corpo técnico da Petrobrás apresentou uma série de críticas ao método utilizado pelo Ministério da Fazenda. A partir da metodologia utilizada pela companhia para a estimação dos efeitos direto, indireto e renda sobre o PIB brasileiro dos investimentos realizados, a Petrobrás defendeu que os impactos estimados no referido estudo estão superestimados.

Segundo a companhia, entre as principais deficiências do estudo da Fazenda estão: a utilização da queda do valor investido em US\$ (e não em R\$ como deve ser na estimativa de impactos sobre o PIB), a não incorporação dos valores de investimento que correspondem às importações, e a consideração de dados de insumo-produto bastante defasados, os quais não permitem captar o enfraquecimento dos encadeamentos produtivos da economia brasileira ocorrido nos últimos anos. Segundo cálculos da Petrobrás, a redução dos investimentos entre 2014 e 2015 gerou um impacto de aproximadamente - 0,3 p. p. sobre a variação do PIB brasileiro neste período.

Visões estratégicas sobre o papel da Petrobrás para o Brasil

A FUP afirmou em apresentação que, com o passar dos anos, podemos identificar algumas diferenças no papel que a Petrobrás vem desempenhando no setor de petróleo e gás no país. Na visão da FUP, se até 2003 a Petrobrás estava focada apenas na produção de petróleo na Bacia de Campos, a partir desta data, passou a explorar e produzir petróleo expandindo-se para a Bacia do Espírito Santo e Bacia de Santos. Nesse movimento tornou-se possível a descoberta do pré-sal brasileiro. Também houve o fortalecimento do parque de refino da empresa, apoiado na criação de novas refinarias e na modernização das antigas.

Conforme entendimento da FUP, a partir de 2003, como efeito de uma Petrobrás mais fortalecida, identificada a partir de uma visão de empresa integrada, cresceu o volume dos investimentos realizados, bem como o volume de suas reservas e de produção de petróleo e gás natural. Observou-se também o aumento do volume de produção e investimentos na atividade de refino e fornecimento de combustíveis, além de avanços de seu parque tecnológico e investimento em pesquisa e inovação. A companhia também avançou na atuação em outros segmentos, tais como na geração de energia elétrica e produção petroquímica. Em decorrência da diversificação dos segmentos de atuação, o número de trabalhadores da companhia também aumentou de forma significativa.

Conforme apontado pela FUP, em 2008, após o acirramento da crise financeira mundial que se inicia nos EUA e espalha-se pelo mundo, a Petrobrás desempenhou um papel fundamental para a minimização dos efeitos negativos da crise sobre a economia brasileira. Uma das medidas tomadas pelo Governo Federal, via Conselho de Administração da empresa, foi fortalecer seu Plano de Negócios, ampliando seus investimentos no país. Na contramão das grandes empresas privadas nacionais e multinacionais, que passaram a reduzir investimentos e produção, a Petrobrás seguia o caminho inverso, enfrentando a crise e cumprindo seu papel de "mola propulsora" da economia brasileira.

A FUP entende que, recentemente, após o acirramento dos ataques de grupos interessados no enfraquecimento (e até mesmo privatização) da Petrobrás, iniciado em 2014, a empresa passou a viver um momento crítico. Além disso, a FUP enfatiza ainda que a empresa sofreu com a defasagem de preços dos seus derivados, principalmente entre 2011 a 2014, ao mesmo tempo em que registrou declínio da produção dos campos maduros da Bacia de Campos, crise na cadeia de fornecedores, além de dificuldades com a auditoria para publicação de seu balanço após escândalos da Operação Lava-Jato.

Conforme análise da FUP, tudo isso fez com a empresa reduzisse seu papel dinamizador na economia brasileira, enquanto a direção da Petrobrás optou por deixar de perseguir uma empresa integrada de energia (do posto ao poço), concentrando de forma significativa seus investimentos na área de E&P. O Plano de Negócios 2015/2019 representa objetivamente esse momento vivido pela empresa, tendo como foco a desalavancagem e redução do nível de endividamento.

A Petrobrás ressalta que vem concentrando seus investimentos em E&P nos seus últimos Planos de Negócios com foco em rentabilidade, conforme prática adotada por empresas pares de petróleo no mesmo período.

A FUP considera que o recuo da Petrobrás agrava ainda mais a crise econômica e política que estamos vivenciando no país. Entende que somente com uma Petrobrás forte, integrada e cumprindo seu papel de dinamizadora da economia brasileira (principalmente no setor de óleo e gás), é possível iniciarmos um processo de retomada do crescimento econômico e vencermos a crise atual.

Vale destacar que a Petrobrás também concorda com a necessidade de diversificação de seu portfólio do ponto de vista estratégico e como forma de minimização de seus riscos. No âmbito desta discussão, a Petrobrás fez uma apresentação dos seus Cenários Corporativos, na qual foram expostas as visões distintas de futuro utilizadas atualmente para a discussão do novo Plano Estratégico da Companhia. Neste sentido, numa perspectiva de mais longo prazo, distintas alternativas na composição do portfólio são discutidas.

A Petrobrás e a política de Conteúdo Local

Na discussão sobre a participação da Petrobrás na política de Conteúdo Local instituída pelo governo federal após 2003, os números mostram a grande importância da Companhia na atração de investimentos para o país, sendo identificados ganhos importantes tanto para a Petrobrás como para o Brasil.

Para a Petrobrás, o atendimento crescente de sua demanda de máquinas e equipamentos por produção nacional torna-se importante devido a fatores como: acesso à assistência técnica local, maior garantia de fornecimento com maior acompanhamento da fabricação desses bens, redução dos riscos ligados à política externa, aumento da capacidade de inovação dos fornecedores, redução de estoques e, até mesmo, redução dos custos.

Para o país, os ganhos acontecem com a geração de mais empregos e renda, diversificação da economia local, crescimento sustentável da economia, ambiente seguro para atração de investimentos, desenvolvimento da capacidade produtiva local e aumento da arrecadação de impostos.

Como efeitos positivos dessa política, foram destacados os resultados obtidos com o fortalecimento da indústria naval brasileira. Os estaleiros em operação, por exemplo, passaram de 2 em 2003 para 14 em 2014 (sendo 5 em construção). Passamos de 7.465 empregos diretos em 2003, para 82.472 em 2014. A carteira de encomendas passou de 2 construções de módulos e integrações de FPSOs em 2003, para 8 construções de cascos, 4 conversões de cascos, 16 construções de módulos e integrações de FPSOs, 28 sondas de perfuração e 40 navios petroleiros em 2014. Por outro lado, a despeito dos benefícios alcançados com a política de Conteúdo Local mínimo aplicada sobre os projetos de E&P, a Petrobrás identifica alguns elementos presentes na própria operacionalização da política, assim como na situação econômica brasileira, que podem limitar a possibilidade de manutenção e aprofundamentos dos benefícios para o país e para a Petrobrás.

No que se refere à operacionalização da política de Conteúdo Local, destaca-se a necessidade de se rever seu caráter fundamentalmente punitivo. Em outras palavras, não tem sido premiadas as iniciativas que buscam o aumento do nível de nacionalização dos equipamentos. Como exemplo, foi citado o próprio caso da Petrobrás, que mesmo após inúmeras iniciativas para o aumento do Conteúdo Local, (entre ela, as parcerias para atração de novos investimentos, a criação do PROMINP, o resgate da indústria naval) já

teve que efetuar o pagamento de multas milionárias à ANP. Além disso, mesmo com a criação do recurso chamado @waiver@, a partir do qual podem ser apontadas as razões econômicas pelas quais não foi possível o cumprimento do Conteúdo Local mínimo, há o risco de a Petrobrás ainda ser severamente punida caso o julgamento destes recursos pela ANP seja desfavorável à Petrobrás.

Outro aspecto relativo à operacionalização, que poderia ser aprimorado, diz respeito ao formato da lista de bens e serviços utilizada como referência pela ANP para a medição do Conteúdo Local. Dado nível elevado de detalhamento desta lista, e que as medições dos projetos são feitas em diversos níveis (subitem, item, global), é possível a cobrança de repetidas multas em um mesmo ativo, mesmo que de forma não cumulativa, ou seja, a obtenção de "waiver" em um item pode não eximir a Petrobrás de pagar uma multa no global devido ao mesmo fato gerador. Dito isto, o alerta é para que se evite a geração de uma "indústria de multas", sem que essas gerem ganhos efetivos ou resultados positivos para o país.

Com relação à situação econômica, a Petrobrás destacou dois aspectos principais que também vêm dificultando maiores êxitos das políticas de Conteúdo Local. O primeiro, de natureza mais conjuntural, está associado ao amplo envolvimento das empreiteiras, que até então vinham trabalhando em grandes obras nos estaleiros, na Operação Lava-Jato. Neste sentido, reforçou-se a necessidade de se avançar nos chamados acordos de leniência para que estas empreiteiras possam voltar a operar, de modo a permitir o cumprimento das exigências de Conteúdo Local.

O segundo aspecto diz respeito à baixa efetividade das demais ações mais recentes de política industrial no seu propósito principal de impulsionar e diversificar a indústria brasileira. Com o enfraquecimento da indústria e dos encadeamentos produtivos, aumentam-se as dificuldades para o cumprimento das políticas de Conteúdo Local, bem como para ampliar seus efeitos multiplicadores sobre o crescimento da indústria brasileira. Além de desarticuladas com a política macroeconômica (fiscal, monetária e cambial), as últimas medidas de política industrial apresentaram um grau de abrangência muito amplo e difuso, com pouco foco. Dada a escassez de recursos, sem canalização dos esforços para alguns poucos segmentos, os resultados obtidos com tais ações em termos da evolução da indústria brasileira não são satisfatórios.

A Petrobrás e o Contrato da Cessão Onerosa

Em 2010 o governo federal, através da lei nº 12.276, cedeu onerosamente à Petrobrás, dispensada de licitação, o exercício das atividades de pesquisa e exploração de petróleo em áreas ainda não contratadas, localizadas no pré-sal, até o limite de 5 bilhões de barris de petróleo equivalente. Como pagamento desta cessão, a Petrobrás transferiu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 74,8 bilhões (equivalente à época a US\$42,5 bilhões), obtidos através da oferta de ações no mercado acionário em uma operação de capitalização.

Nesta operação, a União adquiriu ações e elevou sua participação no capital total da empresa, de 39,8% para 49% (somando ações de propriedade do Tesouro Nacional, BNDESPar, BNDES, Fundo de Participação e Fundo Soberano), chegando a 64% do capital votante.

No Contrato de Cessão Onerosa, a Petrobrás pagou em média US\$8,51 por barril pelos direitos de E&P, por 40 anos, em relação aos blocos de Sul de Tupi, Florim, Sul de Guará, Entorno de Iara, Nordeste de Tupi e Franco.

Este contrato estabelece que, imediatamente após a declaração de comercialidade de cada área, serão iniciados os procedimentos de revisão, que deverão estar baseados em laudos técnicos independentes, contratados pela Petrobrás e pela ANP. A revisão do contrato foi iniciada em janeiro de 2014, após as duas primeiras declarações de comercialidade, nos blocos de Franco e Sul de Tupi e, após a última declaração de comercialidade, passou a abranger, a partir de janeiro de 2015, todas as áreas. A conclusão da revisão do Contrato de Cessão Onerosa ocorrerá após a revisão de todas as áreas, não estando estabelecida uma data para seu término.

Para a referida revisão, estão sendo considerados os custos já realizados até o momento nas áreas e as previsões de custo e produção estimadas quando da elaboração dos laudos técnicos independentes. Como resultado desta etapa, poderão ser revistos: (I) os compromissos de Conteúdo Local, (II) o volume total de barris alocados a este contrato e (III) o valor pago por este contrato.

Há a possibilidade de que o valor médio que a Petrobrás pagou por cada barril seja maior ou menor que o devido. As negociações entre a Petrobrás, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda e a ANP já estão acontecendo e, na data de conclusão da revisão, caso o valor revisto do contrato seja superior ao valor inicial, a União reembolsará a diferença à Petrobrás, em moeda corrente ou títulos, sujeito às leis orçamentárias. No entanto, caso o valor seja inferior ao valor inicial, a Petrobrás deverá restituir a diferença à União ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris adquiridos nos termos do contrato.

Além do fato de a Petrobrás deter 100% do controle das áreas da cessão onerosa, considerando que a maior parte dos investimentos neste regime contratual ainda se encontra em curso e constituem parte relevante da carteira de investimentos do E&P, com grande importância nas curvas de produção futura, tais projetos mostram-se de grande relevância para a geração de caixa futura da Companhia.

É importante que o processo de revisão seja pautado pela efetiva consideração dos parâmetros técnicos e econômicos previstos para os projetos, incluindo os custos e prazos relacionados às políticas de contratação local executadas pela Petrobrás.

A situação da dívida da Petrobrás

De acordo com a última demonstração contábil apresentada pela Petrobrás, em dezembro de 2015, o fluxo nominal (desembolso) de principal e juros esperado é de US\$ 186,4 bilhões (ou R\$727,8 bilhões). Analisando os prazos de vencimento, perceberemos que 53,8% será desembolsado a partir de 2020.

Por outro lado, a dívida de curto prazo é o maior problema da empresa. Há que se considerar a grande concentração de vencimentos em 2018 e 2019, cerca de 25% do total, período em que, na visão da FUP, os investimentos deverão estar se redefinindo, depois da superação da crise da cadeia de fornecedores, e satisfeitas as necessidades de aceleração do crescimento da curva de produção pós 2020.

Na visão da Petrobrás, as metas físicas de produção a serem apresentadas no novo PNG estarão condicionadas a metas de rentabilidade, gestão de caixa e geração de valor, não sendo possível afirmar que há 2necessidade de acelerar o crescimento da curva da produção pós 20202, conforme afirmado pela FUP.

Figura 1 - Dívida por Maturidade

Dívida por Maturidade Visão Desembolso (US\$ milhão)	2016	2017	2018	2019	2020	2021+	Total
Principal	13.000	11.450	16.166	22.672	15.449	48.617	127.354
Juros	6.621	6.014	5.585	4.624	3.404	32.790	59.038
Total	19.621	17.464	21.751	27.296	18.853	81.407	186.392

Fonte: RMF 4T2015, Petrobrás

O principal motivo para esse volume de dívidas foi o fluxo de caixa livre negativo entre 2007 e 2014, decorrente do elevado volume de investimentos e das perdas decorrentes da defasagem dos preços dos combustíveis, principalmente diesel e gasolina, vivenciados entre 2011 e 2014.

Vale lembrar que a Variação Cambial não afeta o montante em dólar, mas sim a capacidade de gerar receita em dólar para cobrir a dívida.

Como efeitos dessa situação de elevado endividamento, a empresa apresenta em seu atual Plano de Negócios (2015/2019) uma redução do volume de investimentos e possibilidade de venda de ativos (desinvestimentos), a qual passa a ganhar mais força em 2016, ano que a companhia planeja desinvestir US\$14,4 bilhões. Conforme entendimento da FUP, a venda de ativos não seria necessária.

Para a FUP, de acordo com informações publicadas pela própria empresa, a Petrobrás possui os recursos necessários para o pagamento das dívidas com vencimento em 2016 e possivelmente, em 2017. De acordo com o Presidente Bendine, em entrevista concedida a jornalistas no dia 15 de dezembro de 2015, a Petrobrás encerraria o ano de 2016 com caixa suficiente para honrar os compromissos neste ano:

Nós tínhamos um grande desafio que era a questão da financiabilidade. Nós antecipamos todas as captações possíveis para o ano. Hoje o caixa é robusto para 2016, para fazer frente a todos os compromissos da companhia e até para enfrentar cenários ainda mais desafiadores. Petrobrás, Blog Fatos e Dados, 15/12/2015.

Ainda segundo a FUP, considerando o acordo de financiamento assinado com o China Development Bank (CDB), em 26/02/2016, para financiamento de US\$10 bilhões, é provável que a Petrobrás tenha os recursos necessários para quitação das dívidas com vencimento em 2017.

A Petrobrás esclarece que quando o Presidente Bendine afirma que a Companhia tem caixa suficiente, está considerando a premissa de venda dos ativos no valor informado à imprensa. Ressalta também que, em que pese a relevância do referido acordo, as minutas estão em curso e o financiamento ainda não está disponível.

Nestas condições, a FUP entende ser mais importante tomar decisões levando-se em conta o papel estratégico desempenhado pela Petrobrás, avaliando as distintas alternativas de estratégias financeiras. Dada a situação de elevado nível de incerteza no mercado de petróleo no mundo, esta Federação aponta que o momento atual torna as condições de negociação na venda de ativos muito desfavoráveis aos ofertantes, entre eles a Petrobrás. A preocupação recai principalmente sobre aqueles ativos que apresentam elevado potencial de valorização, além de importante papel social.

Vale ressaltar que a situação de incerteza no mercado de petróleo mundial, a perda do investment grade pela Petrobrás e pelo Brasil e o atual cenário macroeconômico no país aumentam os custos de captação da companhia, além de restringirem o volume de recursos disponíveis.

Novas captações, além de mais caras, aumentarão o endividamento da empresa e poderão elevar os já substanciais compromissos com juros e amortizações para os anos de 2018 e 2019. A Figura 2 mostra a evolução dos retornos dos títulos (bonds) de 5 e 10 anos da Petrobrás negociados no mercado secundário, que podem ser vistos como indicação da taxa de referência para uma nova emissão de papéis similares.

Figura 2 - Evolução do Yield to Maturity dos títulos da Petrobrás e do Brasil de 5 e 10 anos

Fonte: Elaboração Petrobrás com dados da Bloomberg

Por fim, a Federação considera que, mesmo quando variáveis fora do controle da Petrobrás (taxa de câmbio e o preço do petróleo), no curto prazo, sigam trajetórias desfavoráveis à situação financeira da Companhia, há possibilidade de recuperação no longo prazo, considerando seu portfólio exploratório, suas descobertas a desenvolver, a dinâmica do mercado brasileiro de derivados e a expectativa cíclica da variação de preços no longo prazo, possibilitando que a Petrobrás enfrente seus problemas de liquidez de curto prazo.

Na visão da Petrobrás, não é possível concluir que as expectativas de melhora no longo prazo, possam resolver problemas de liquidez no curto prazo. A companhia precisa manter as medidas de redução de gastos (operacionais e de capital) e desinvestimentos para garantir sua liquidez no curto prazo e para gerar as condições necessárias para retomada do investment grade.

Saídas propostas pela FUP

Após a apresentação do diagnóstico da situação da Petrobrás destes últimos anos é preciso pensar em alternativas para o enfrentamento desses problemas. Para a FUP, fica muito clara a necessidade de maior intervenção do Governo Federal (acionista majoritário). Esta Federação entende que as saídas não podem ser implementadas apenas pela gestão da Petrobrás, visto que boa parte das dificuldades financeiras por que passa a empresa hoje é resultado da contenção dos preços dos derivados no período entre 2011 e 2014.

Neste sentido, apresentamos abaixo algumas alternativas discutidas no âmbito do GT Pauta pelo Brasil, divididas entre ações que, segundo a FUP, deveriam ser adotadas pela Petrobrás e por seu acionista majoritário, o Governo Federal.

Por parte da Petrobrás

a. Não redução dos investimentos da empresa

Para a FUP é fundamental que a Petrobrás mantenha seus níveis de investimento. Como mostramos acima, para cada R\$1 bilhão de investimento da Petrobrás podem-se gerar outros R\$860 milhões ao PIB e cerca de 20 mil novos empregos.

b. Reduzir o endividamento de curto prazo

De acordo com a FUP, mesmo tendo uma dívida cuja maior parte do vencimento (52,3%) seja de 2020 em diante, é preciso realizar caixa para pagamento de grandes quantidades em 2018 e 2019. Para isso, propomos:

- . Alongar as dívidas A proposta é trocar dívidas de curto prazo por dívidas de longo prazo, valendo a pena até mesmo pagar juros maiores no longo prazo. Quando superarmos o momento de queda do preço do barril de petróleo e houver o retorno do grau de investimento, será possível conseguir empréstimos com juros menores;
- . **Utilizar produtos como financiador** Venda de petróleo ou outros produtos para serem entregues no futuro, em prazos pré-determinados. Há grande interesse de países asiáticos nesse tipo de negociação, que já vem sendo realizada desde 2009 com a China;
- . Manutenção dos preços dos derivados de petróleo Esta proposta afeta positivamente o fluxo de caixa da Petrobrás, pois sua principal fonte de recursos advém da venda de derivados (principalmente, diesel e gasolina) para o mercado interno.

a. Suspender programa de desinvestimentos (venda de ativos)

Na visão da FUP, a estratégia adotada pela Petrobrás após 2003, de tornar-se uma empresa integrada, "do poço ao posto", foi acertada. Principalmente quando são observados os resultados das petroleiras multinacionais que atuam apenas no setor de E&P.

Em momentos de queda dos preços do barril de petróleo, fica cada vez mais clara a importância de se diversificar os setores de atuação. No caso da Petrobrás, os resultados financeiros positivos estão diretamente relacionados a esta diversificação, seja no E&P, no refino, na comercialização e na diversidade de outros produtos.

Para o Brasil também é de fundamental importância que a Petrobrás seja uma empresa integrada de energia, tanto pela importância da estabilidade no abastecimento, quanto na geração de emprego e renda. Entre as diversificações do portfólio da companhia podemos citar as atuações na produção de biodiesel e no setor termelétrico, fundamentais para o fornecimento de energia elétrica em períodos de escassez de chuvas, além da produção de fertilizantes, fundamental para o crescimento da produtividade agrícola nacional.

Por parte do Governo Federal

b. Revisar o Contrato da Cessão Onerosa e rediscutir o bônus de assinatura do excedente

Há a possibilidade de aporte do Governo Federal para a Petrobrás, caso os valores pagos pela empresa estiverem acima dos apresentados nos relatórios elaborados pelas partes (Petrobrás e ANP). O contrário também pode acontecer. Nesse caso a Petrobrás poderá revisar o volume de petróleo comprometido com o Governo.

Outra proposta, que tem relação com as áreas da cessão onerosa, seria rediscutir com a União os termos contratuais previstos na Resolução CNPE 01/2014 para os volumes excedentes aos volumes já contratados, incluindo questões como o valor do bônus a ser pago, a possibilidade de corrigir monetariamente os valores a serem ressarcidos como custo em óleo, os tetos de recuperação e a tabela de referência para o pagamento do excedente em óleo para a União, concebida para valores de petróleo acima de US\$ 100/ barril, cenário bastante distinto do atual.

c. Securitizar a dívida entre a Eletrobrás e a Petrobrás

Em setembro de 2015 a Petrobrás tinha a receber do sistema elétrico R\$15,7 bilhões, sendo R\$13 bilhões devidos por distribuidoras de gás da Amazônia e Rondônia, todas subsidiárias da Eletrobrás; outros R\$1,58 bilhão advêm da distribuidora de gás da Amazônia, a Cigás. Neste caso, é necessário o Governo Federal avalizar os recursos, sendo o fiador da Eletrobrás. Desta forma, a Petrobrás poderia contabilizar em suas demonstrações contábeis esses recursos.

d. Aportes do governo federal:

- . Via utilização das reservas internacionais 🛽 Segundo dados do Banco Central, no dia 23 de fevereiro de 2016, o Brasil detinha US\$ 371,9 bilhões em reservas internacionais, estando, grande parte desses recursos, investidos em títulos americanos, com taxas de juros baixas. Parte desses recursos (cerca de 10%) poderia ser repassada ao Fundo Soberano para serem investidos em títulos da Petrobrás, dentro ou fora do país. Com a compra destes títulos por parte do Tesouro Nacional, o alongamento das dívidas mencionado anteriormente, poderia ser facilitado.
- . Via projeto do Senador Roberto Requião 🛭 a FUP defende o projeto encaminhado pelo Senador Roberto Requião, a partir do qual o Tesouro Nacional faria um empréstimo ao BNDES que repassaria o valor para a Petrobrás, que depois emitiria debêntures para dar como garantia ao BNDES. Essas debêntures poderiam ser convertidas em ações da empresa para o Governo Federal, operação que não impactaria o volume da dívida da Petrobrás.
- . Na forma de instrumento híbrido de capital e dívida 🛭 Esta alternativa já foi utilizada anteriormente pelo Governo para injetar R\$55 bilhões no BNDES, na Caixa e no Banco do

Brasil. Neste caso, o Governo emitiria títulos obtendo recursos no mercado e repassandoos à Petrobrás. Os portadores dos títulos teriam a opção de, no vencimento do mesmo (que pode ser de 20 ou 30 anos), optar por converter os títulos em ações da Petrobrás.

Posicionamento da Petrobrás

As soluções para o enfrentamento da situação atual têm sido apresentadas nos documentos oficiais de planejamento da Companhia: Plano de Negócios e Gestão (PNG), Plano Anual de Negócios (PAN) e Plano Estratégico (PE).

A Companhia vem concentrando seus investimentos na área de E&P de maneira a desenvolver as importantes reservas de seu portfólio, seguindo critérios técnicos de rentabilidade e considerando as limitações financeiras que restringem sua capacidade de investimento.

As ações de desinvestimento e de redução do ritmo de investimentos são importantes para a geração adicional de caixa, em especial para os anos 2016 e 2017, contribuindo para a melhora dos indicadores financeiros, que são fundamentais para a recuperação do grau de investimento da Companhia.

CONJUNTURA DO SETOR PRIVADO DA FUP

Os impactos das atividades petrolíferas no contexto regional e nacional, são ainda pouco estudados e com a quebra do monopólio estatal do petróleo, em 1997, seguindo diretrizes do Consenso de Washington, ocorreram profundas mudanças através das novas formas de regulação que vêm reconfigurando o setor, principalmente nas relações trabalhistas.

O setor de extração e produção de petróleo e gás natural representa hoje, em off-shore, uma das áreas mais dinâmicas da economia nacional. Os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, na Bacia de Santos, e o Espírito Santo, desfruta de uma situação privilegiada, pois os campos da plataforma continental da Bacia de Campos, juntamente com as bacias do pré-sal, concentram cerca de 80% da atual produção brasileira (As Bacias de Santos e Espírito Santo, com o advento do pré-sal, ganharam importância no cenário nacional petrolífero, com produção de 1 milhão de barris diários, números jamais alcançados pelos países produtores em águas profundas em poucos anos).

Por outro lado, na extração e produção de petróleo em terra (on-shore), temos alguma dispersão maior pelo Brasil, principalmente nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Espírito Santo e o Estado do Amazonas (O vale do Jequitinhonha mineiro aponta num cenário futuro com uma nova fronteira de exploração e produção terrestre de gás natural). Nessas regiões/estados, apesar dos impactos da operação lava-jato, da concentração de investimento em águas profundas, entre outros fatores, temos ainda uma forte presença de empresas privadas do setor petróleo, contratadas pela Petrobrás para atuar em diversas atividades, embora amargando um cenário de recrudescimento. Os trabalhadores nestas áreas têm sofrido bastante com essa retração de postos de trabalho.

Os impactos dessa mudança causaram uma redução imediata de 15.500 postos de trabalho e redução de royalties em função da queda de produção. A FUP possui ACT com duas dezenas dessas empresas e tem mobilizado trabalhadores e autoridades no sentido de reverter essa condição, exigindo da Petrobrás e Governo Federal, investimentos para estas regiões, principalmente por entender que existem fronteiras importantíssimas de petróleo a serem exploradas, dando um novo impulso nesses Estados, gerando oportunidades para as trabalhadoras e trabalhadores que ali convivem.

Todos estes estados citados estão ameaçados de perder a presença da Petrobrás como indutora de desenvolvimento na exploração e produção dos campos terrestres por causa da investida de empresários e políticos descompromissados com os interesses do povo brasileiro e tentam incluir modificações em projetos que devolvem estes Campos para a ANP, entregando-os para a iniciativa privada. A Petrobrás, após reunião do seu Conselho de Administração, já anunciou a venda dos referidos Campos.

A FUP e os sindicatos filiados travam também uma intensa batalha na tentativa de reverter o processo da entrega dessas reservas terrestres, promovendo manifestações nas ruas e avenidas, debates nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, Câmara e Senado Federal, campanhas nas TVs, rádios e outdoors entre outras ações e assim impedir mais uma investida dos neoliberais ao patrimônio nacional.

Com o avanço da direita no País, na última eleição, foi alterada a correlação das forças progressistas no Congresso Nacional. A Presidenta Dilma, empossada em janeiro de 2015, foi afastada por 180 dias para que o impeachment, em função de um golpe promovido pela mídia, pelos políticos de direita e ultradireita, entre outros grupos que foram, principalmente financiados pelo capital internacional, visando o nosso pré-sal. É neste cenário que se discute vários projetos que apontam para a modificação do modelo de exploração do gigante campo marítimo. A sociedade tem que se mobilizar para garantir a Soberania Nacional, impedindo que os entreguistas cumpram o seu papel.

Convém ressaltar que a estrutura produtiva na época do monopólio da Petrobrás na exploração e prospecção do petróleo cuja atividade laboral é ainda regida pela Lei nº 5811/72, foi totalmente modificada, uma vez que houve um choque das praticas costumeiras das diversas companhias de petróleo e prestadoras de servicos estrangeiras com as nossas normas constitucionais e infraconstitucionais.

Com o advento da terceirização de diversos serviços nesta atividade, principalmente durante o governo Fernando Henrique, a própria Petrobrás visando cortar seus custos operacionais, impôs uma série de restrições aos contratos firmados com essas empresas restringindo direitos conquistados pelos trabalhadores junto a própria Petrobrás, como é o caso da jornada de 14 dias de trabalho X 21 dias folgas, onde nos atuais contratos firmados com as operadoras e prestadoras tem-se exigido que os seus empregados façam 14 dias de trabalho X 14 dias de folga, gerando um retrocesso perigoso para toda a categoria petroleira, onde além de não pagar uma série de benefícios que foram conquistados a duras penas pelos diversos Sindicatos Petroleiros e pela Federação, cria situações que visam única e exclusivamente restringir e suprimir os frutos de nossas conquistas ao longo dos anos, criando um novo pacto laboral que pode ser a nova realidade para toda a categoria petroleira.

A luta e organização dos trabalhadores

A Federação Única dos Petroleiros e sindicatos filiados tem acumulado lutas e discussões sobre a terceirização na Petrobrás, aonde esse processo vem sendo utilizado nas atividades da empresa inclusive em atividades fins.

Um dos principais reflexos da terceirização é a ausência de representatividade sindical. Os trabalhadores são impedidos de se organizarem em sindicatos e em CIPAs para reivindicarem seus direitos e discutirem sobre seu ambiente de trabalho e segurança. Alguns que se aventuram são ameaçados em demissão. Existem vários ramos de atividade em que empresas contratadas atuam. Aquelas que têm o foco em atividades fins e que são representadas pelos sindicatos filiados a FUP conseguem melhorar sua realidade, pois em função da luta organizada pela Federação Única dos Petroleiros, que com a construção de greves nacionais históricas, como a de 34 dias na Sotep, greve de parada de produção em plataformas marítimas da Perbras, conseguem ganhos reais, pacotes de benefícios diferenciados, além de conquistas como PCAC, PLR, entre outras.

No caso da imensa maioria das empresas terceirizadas para as atividades meio ou ainda os contratos temporários, a FUP e sindicatos estão dialogando com algumas dessas representações, organizando esses setores para buscarem alternativas que revertam a precarização dos salários e das condições de trabalho desses atores anônimos que contribuíram de forma decisiva, ao lado dos trabalhadores primeirizados, para que o pais alcançasse a auto-suficiência energética.

Juntamente com a CUT nacional são organizados nacionalmente, movimentos paredistas que possam chamar a atenção da Petrobrás para a desigualdade social existente nas suas dependências, a exemplo do que ocorreu no Sindipetro PR/SC onde juntamente com a CUT estadual organizaram uma mobilização vitoriosa dos trabalhadores terceirizados durante uma parada geral da Repar.

PL 4330

Para agravar ainda mais a situação dos trabalhadores terceirizados, o PL4330 está sendo objeto de intensos debates no Congresso Nacional, tendo sido postergado sua votação, em função de seu conteúdo bastante agressivo à classe trabalhadora. O mesmo entrou em pauta na Câmara no ano de 2004. Assim sucederam-se vários enfrentamentos em Brasília, conduzidos pela CUT e FUP, cuja pressão fez recuar os setores empresariais, representados pelos neoliberais eleitos, mas apesar de congelado por alguns anos, foi

desarquivado pelo Ex-presidente da Câmara, o dep. Eduardo Cunha, no início do seu mandato. O principal motivo do desarquivamento apontado pelos trabalhadores foi o enfraquecimento da esquerda no cenário político nacional, devido a forte pressão midiática, promovendo um desequilíbrio das forças presentes na Câmara dos Deputados.

Na época, Eduardo Cunha, de forma recordista, fez tramitar o PL, evitando a presença de trabalhadores nas galerias e auditórios, reeditando os tempos da ditadura militar. Dentre os pontos mais conflitantes, destacam-se o conceito da atividade fim, responsabilidade, solidária, representação sindical, igualdade de direitos e pejotização da pessoa humana, uma reedição da emenda 3, que torna o trabalhador numa pessoa jurídica, retirando dele o FGTS, Férias, seguro desemprego, décimo terceiro, entre outros prejuízos.

Atualmente esse projeto tramita no Senado, como o PLC 30, de onde se esperava uma tramitação normal, passando por todas as Comissões. Em meados do mês de maio do ano passado, houve audiência pública convocada pelo Senador Paulo Paim, com auditório lotado, e tratamento diferente do ocorrido na Câmara, onde o ilustre Senador orientou a polícia do Senado a abrir as portas do espaço para as trabalhadoras e trabalhadores.

Após o afastamento da Presidenta Dilma, os representantes dos empresários no Senado, querem queimar etapas e acelerar, aproveitando a fragilidade dos partidos de esquerda e aliados, para aprovarem o projeto que devastará as conquistas históricas das trabalhadoras e trabalhadores. A CUT, CTB, entre outras centrais, a FUP e seus sindicatos filiados, juntamente com diversas entidades classistas, estão atentas para as movimentações no Congresso Nacional, mantendo equipes em Brasília a fim de acompanhar o processo, buscando apoio com parlamentares aliados, além de favorecer condições para respostas imediatas aos ataques neoliberais

Regimes de Trabalho da Lei nº 5811/72.

A lei 5811/72 que dispõe sobre o regimes de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos, conforme os seus dispositivos, são os seguintes:

- a) Regime de Revezamento de Turno: Nas atividades de exploração, perfuração ou transferência de petróleo no mar ou em áreas terrestres de difícil acesso, para garantir a normalidade das operações e atender os imperativos da segurança industrial, não tendo garantida a sua hora de repouso e de alimentação, garantindo a sua disponibilidade no local de trabalho ou nas suas proximidades, o empregado exercerá suas atribuições em regime de turno de revezamento, fazendo jus ao adicional noturno e o pagamento em dobro da hora repouso e alimentação suprimido. Podendo exercer tal atividade em jornada de 8 ou 12 horas.
- b) Regime de Sobreaviso: Consoante o parágrafo único do artigo 5º da lei supramencionada, entende-se por regime de sobreaviso aquele em que o empregado permanece à disposição

do empregador ou tomador de serviços por um período de 24 horas, para prestar assistência aos trabalhos normais ou atender as necessidades ocasionais do serviço.

A prática mostrou que muitas vezes existia previsão de um trabalho a ser desenvolvido sem que pudesse fixar a hora do início ou do fim. Devido às típicas situações sob as quais desenvolvesse o trabalho era necessário que o empregado permanecesse próximo ao local até ser chamado para trabalhar. Mas se garante nesse regime de trabalho a hora repouso e alimentação, pagando 20% de adicional de sobreaviso sobre o salário básico para compensar a eventualidade do trabalho noturno ou a variação de horário para repouso e alimentação.

Infelizmente, a Lei precisa ser revista, uma vez que a mesma dá 20% para compensar o eventual trabalho noturno, mas esquece que muitas vezes os trabalhadores de sobreaviso também não podem descansar ou se alimentar no meio da operação, restringindo o seu repouso alimentação. Tal constatação precisar ser dirimida nas negociações coletivas de trabalho ou revistas na própria lei 5811/72, para buscar um percentual mais digno como o alcançado pela categoria na Petrobrás.

Comportamento das Empresas no Setor Privado frente aos trabalhadores e a representação sindical Fupista na defesa dos interesses da categoria.

Atualmente nos Acordos Coletivos em que a FUP negocia, através de seu coletivo do Setor Privado, com o auxílio de sua assessoria jurídica, com algumas empresas desse setor, vêm se deparando com de uma série de questões:

a. Estabilidades Provisórias:

As empresas vêm criando dificuldades nas negociações e sistematicamente desrespeitam as estabilidades provisórias de seus empregados, previstas em nosso ordenamento jurídico, descumprindo a legislação trabalhista e o ordenamento constitucional vigente no que concerne, principalmente, as estabilidades provisórias dos membros da CIPA e os acidentados.

Outra questão, objeto de discussão junto às empresas do Setor Privado, em negociações coletivas, é a estabilidade do delegado sindical. O delegado sindical seria um desdobramento lógico do artigo 543 § 3º da CLT e artigo 8º, inciso VIII da Constituição Federal.

Várias empresas, por não quererem mais um fiscal, e ainda por cima com estabilidade em suas dependências, rechaçam essa ideia veementemente nas mesas de negociações, embora tenhamos alçando resultados nesse sentido na BJ Services e com excelentes resultados para a categoria do ponto de vista de representação e no acompanhamento junto ao Sindicato dos Acordos Coletivos firmados com essa empresa.

b. Regime Misto

Dada a peculiaridade da atividade, principalmente das prestadoras de serviços, onde nem sempre, na realização de determinados serviços junto às plataformas ou em áreas de difícil acesso, se cumpre o total de horas mensais (THM) as serem laboradas pelos seus empregados.

Ocorre é que de uns tempos para cá, os trabalhadores estão sendo submetidos a uma jornada de trabalho misto, atuando nessas áreas sob o regime de trabalho da lei 5811/72 (que regula a atividade dos petroleiros) e quando estão trabalhando nas dependências das empresas para cumprir o resto da jornada onde o THM é maior (o do regime administrativo celetista), o mesmo é usado como padrão para efeito de pagamento ou compensação das horas extras, prejudicando os trabalhadores que não percebem as horas que ultrapassam o THM da sua atividade preponderante ou contratual, mas sim do outro regime.

c. Folgas Negativas:

A prática realizada pela Petrobrás quanto ao computo de folgas justificadas ou aqueles que ocorreram por culpa do empregador por motivos operacionais ou por questões de caso fortuito ou de força maior que impossibilitaram o embarque do empregado que se encontrava na área operacional, no próprio local de embarque, deixando seu lar e família para estar à disposição da empresa é tido como folga negativa.

Trata-se de um sistema nefasto de compensação de horas trabalhadas que prejudica em muito os trabalhadores. Tal prática está sendo objeto de proposta das empresas do setor privado visando retirar injustamente uma parte significativa da remuneração dos mesmos.

Não podemos compactuar com essa prática, onde há um desrespeito gravíssimo a norma trabalhista que trata destas folgas justificadas, não devendo ser objeto de desconto na remuneração dos trabalhadores sobre os dias em que os empregados se encontram a disposição da empresa.



XXXI CONGRESSO ESTADUAL DOS PETROLEIROS

E PETROLEIRAS DO RIO GRANDE DO NORTE

XXXI CEPETRO-RN

RESOLUCÕES

Reunidos em 11 de junho de 2016, no Parque da Cidade "Dom Nivaldo Monte", em Natal-RN, os delegados e delegadas presentes ao 31º Congresso Estadual dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte (CEPETRO-RN) apreciaram e aprovaram um conjunto de análises e proposições, que deverá ser encaminhado à VI Plenária Nacional da Federação Única dos Petroleiros-Plenafup.

Na esfera política, o Projeto de Resolução busca interpretar a conjuntura nacional e contribuir com o debate sobre a linha política de atuação do movimento sindical petroleiro nos próximos meses. Na área organizativa, as proposições visam alterar os Estatutos da FUP, de forma a aperfeiçoar a atuação da entidade, no que diz respeito à sua capacidade de representar / mobilizar a mulher petroleira. Já, no terreno sindical, as sugestões têm em vista compor as Pautas de Reivindicações relativas à renovação dos Acordos Coletivos de Trabalho.

Por último, as moções aprovadas pelo XXXI CEPETRO-RN visam manifestar o ponto de vista da categoria petroleira norte-rio-grandense sobre fatos considerados relevantes, especialmente quando relacionados à defesa da soberania nacional e às lutas da classe trabalhadora, no Brasil e no mundo.

I Resolução Política

- 1. As primeiras iniciativas do governo interino e ilegítimo presidido por Michel Temer revelam o seu caráter reacionário e confirmam as denúncias do movimento sindical petroleiro de que o golpe, travestido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, visa o retrocesso neoliberal em todas as esferas e constitui séria ameaça à democracia, aos direitos trabalhistas e à soberania nacional;
- 2. Sob a cínica e falsa bandeira da austeridade fiscal os golpistas extinguiram os ministérios do Desenvolvimento Agrário, das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, dos Portos e da Cultura, sendo que este último foi recriado recentemente em função do protesto popular. Claramente, o objetivo dessas medidas é reduzir os espaços e fechar canais de participação dos trabalhadores e movimentos sociais nos processos de elaboração e acompanhamento da execução das políticas sociais;

- 3. Ao mesmo tempo, demonstrando que o discurso sobre a necessidade de equilíbrio das contas públicas não passa de balela, o governo ilegítimo de Michel Temer ampliou significativamente o tamanho da previsão de rombo no orçamento da União para este ano (R\$ 170 bilhões), encaminhando ao Congresso e fazendo aprovar a nova meta fiscal;
- 4. Apoiado pelo Parlamento mais conservador da história do país, o governo interino ampliou a Desvinculação de Receitas da União (DRU) para 30%, reduzindo recursos que, por força da Constituição, deveriam ser destinados à Saúde (SUS), Educação, Previdência e Seguridade Social. Além disso, cortou verbas de programas sociais como "Minha Casa, Minha Vida"; instalou no comando da secretaria de Políticas para as Mulheres uma exdeputada acusada de desvio de recursos públicos, e que é contrária à legalização do aborto, inclusive em casos de estupro; colocou a Previdência Social sob o controle do Ministério da Fazenda e anunciou uma reforma que estabelece idade mínima de 65 anos para aposentadoria, desvinculando o reajuste dos benefícios e pensões do aumento do salário mínimo;
- 5. Comandados por Temer, os golpistas apoiados pela FIESP também querem uma reforma trabalhista fundada no primado da negociação sobre a Lei, o que pode significar o fim da CLT e de direitos como férias, 13° salario, licença-maternidade, descanso semanal remunerado, jornada regulada, entre outros direitos. Almejam, ainda, reeditar a política de privatizações da era FHC, e atacam a educação pública e os segmentos mais esclarecidos do magistério, pretendendo amordaçá-los com a proposta esdrúxula, alienante e antidemocrática da "Escola sem Partido":
- 6. No âmbito das relações internacionais, com o Itamaraty nas mãos do tucano José Serra (um político comprovadamente comprometido com os interesses de multinacionais dos EUA), os usurpadores estão restaurando uma política subalterna ao imperialismo e dando as costas à integração latino-americana e caribenha. Contam com o apoio de Washington, que agiu nos bastidores para derrubar Dilma, inclusive recorrendo à espionagem contra ela e a Petrobrás. As mudanças de regras na exploração do pré-sal, anunciadas como prioridade do governo, vão na contramão da soberania nacional para satisfazer o apetite do capital estrangeiro. A dimensão geopolítica dos acontecimentos em curso no Brasil, apesar de mascarada pela mídia golpista, não deve ser subestimada. Instituições como o Mercosul, Unasul, Celac e o próprio Brics (hoje o maior desafio à hegemonia dos EUA), tendem a ser enfraquecidas;
- 7. Tentando surfar na maré entreguista, o deputado federal Beto Rosado (PP-RN) apresentou, recentemente, o Projeto de Lei nº 4663/16, que obriga a Petrobrás a devolver à União os direitos de exploração sobre campos de petróleo com reserva inferior a 50 milhões de barris e produção inferior a 15 mil barris/dia, que ele diz serem improdutivos. No RN, não sobraria um campo sequer. Buscando aproveitar a "ocasião favorável", o deputado pretende aprovar a proposta de forma conclusiva nas comissões de Meio

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Minas e Energia; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e Cidadania, para que seja sancionada pelo interino golpista de maneira que os campos de petróleo sejam privatizados a toque de caixa, em leilão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

- 8. A hostilidade frente aos interesses populares transparece na própria face da administração golpista, integrada pela burguesia branca, sem a presença de mulheres, negros ou (sequer um) representante da classe trabalhadora no primeiro escalão. O seu perfil de classe é nítido e explica o forte respaldo econômico e social que goza junto ao empresariado. O golpe foi dado para levar a cabo o projeto dos grandes proprietários rurais, dos banqueiros e especuladores, do grosso do patronato e das transnacionais, ou seja, para impor o retrocesso neoliberal reiteradas vezes repudiado pelo povo e derrotado nas urnas e, além disto, delimitar e abafar a Operação Lava-Jato, restringindo-a ao papel sujo de desestabilizar o governo Dilma e desmoralizar Lula;
- 9. Coerentes com os valores democráticos que sempre defenderam, os petroleiros e petroleiras norte-rio-grandenses não reconhecem legitimidade no governo Temer. Por isso, defendem que o movimento sindical petroleiro recuse qualquer negociação com seus prepostos e, inclusive, com a nova direção da Petrobrás, encabeçada pelo ex-chefe da Casa Civil do governo FHC, Pedro Parente. Réu em ações populares que cobram ressarcimento à Petrobrás por prejuízos causados em diversas operações, Parente nem deveria ter sido indicado ao cargo. No entanto, num gesto de escancarada subserviência, ignorando inclusive os Estatutos da Companhia, teve seu nome referendado pelo Conselho de Administração da Petrobrás, contando, inclusive, com o voto favorável da conselheira que ganhou a representação dos trabalhadores com o apoio das gerências;
- 10. Apesar da celeridade com que vem tentando impor a ortodoxia neoliberal, o golpe parlamentar-jurídico-midiático não deve ser dado por consumado. Embora Dilma Rousseff tenha sido afastada provisoriamente, o desfecho ainda depende do julgamento final do processo de impeachment pelo Senado e o resultado ainda não está definido. Apesar do cenário adverso, a pressão popular sobre os senadores indecisos pode frustrar o objetivo dos conspiradores, principalmente porque suas primeiras iniciativas, assim como os escândalos que estouram quase diariamente, despertam ampla indignação nas camadas mais conscientes da sociedade, nos movimentos sociais e na classe trabalhadora;
- 11. É forte também o repúdio ao golpe no exterior, inclusive por parte significativa da mídia internacional, que tem contribuído para desmascará-lo, enquanto a mídia burguesa nativa, golpista por natureza, recorre a toda sorte de manipulações para falsificar a realidade e blindar Temer. O governo tem uma longa ficha suja, com muitos ministros atolados na corrupção e duas quedas (dos ex-ministros Jucá, Planejamento, e Fabiano Silveira, da transparência) nos primeiros 15 dias, por consequência dos escândalos. Por decisão do STF, foi também constrangido a reconduzir o jornalista Ricardo Melo à

presidência da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), da qual fora afastado ilegalmente;

- 12. Sob nenhuma hipótese, a categoria petroleira deve transigir com o golpe e o projeto de retrocesso neoliberal em curso. Nesse sentido, o XXXI CEPETRO-RN entende que as entidades que compõem o movimento sindical petroleiro devem estabelecer uma plataforma de ação comum e empreender uma luta sem tréguas contra o governo ilegítimo, forjando uma aliança com a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo e com outros setores da sociedade;
- 13. A base para a constituição dessa ampla frente de atuação política é a defesa da democracia, da soberania e da valorização do trabalho; das estatais ameaçadas pelo PL 4918; do sistema de partilha na exploração do pré-sal; do funcionalismo, na luta contra o PL 257; do fortalecimento do SUS e da educação pública contra a mercantilização da saúde e da educação; e pela recriação do Ministério da Previdência;
- 14. Com base nessa plataforma, o XXXI CEPETRO-RN conclama os petroleiros e petroleiras norte-rio-grandenses, bem como, os dos demais estados, a não medirmos esforços em torno da construção e concretização de uma agenda unitária dos movimentos sociais contra o golpe, da qual, neste momento, se destacam: a greve nacional dos portuários, no dia 13; o ato em defesa da Petrobrás e do pré-sal, no dia 14, na Câmara dos Deputados, em Brasília; e o ato em defesa da democracia, da Previdência Social e pelo retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no dia 16;
- 15. Por fim, diante do impasse a que a situação do país poderá chegar, os petroleiros e petroleiras reunidos no XXXI CEPETRO-RN defendem, ainda, a convocação de um plebiscito para que a população brasileira delibere livremente sobre a necessidade de antecipação das eleições presidenciais para este ano. O Plebiscito está inscrito na Constituição e a soberania do voto popular é o alicerce no qual está erguida a Carta Magna. A realização de eleições é o caminho para que possamos enterrar o golpe e construirmos uma nova alternativa política no país.

Anexos

NOVAS REGRAS PARA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Cálculo leva em conta a soma da idade e tempo de contribuição da pessoa

A nova regra de cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição foi estabelecida pela Lei 13.183, publicada no Diário Oficial da União. Agora, o cálculo levará em consideração o número de pontos alcançados somando a idade e o tempo de contribuição do segurado - a chamada Regra 85/95 Progressiva. Alcançados os pontos necessários, será possível receber o benefício integral, sem aplicar o fator previdenciário.

Até 30 de dezembro 2018, para se aposentar por tempo de contribuição, sem incidência do fator, o segurado terá de somar 85 pontos, se mulher, e 95 pontos, se homem. A partir

de 31 de dezembro de 2018, para afastar o uso do fator previdenciário, a soma da idade e do tempo de contribuição terá de ser 86, se mulher, e 96, se homem. A lei limita esse escalonamento até 2026, quando a soma para as mulheres deverá ser de 90 pontos e para os homens, 100 2 conforme a tabela abaixo:

Com a nova regra, os trabalhadores vão se aposentar com 85 e 95 anos?

Não! 85 e 95 é o número de PONTOS que eles deverão atingir para se aposentarem integralmente. O número de pontos é igual à idade da pessoa mais o tempo de contribuição com o INSS. (Exemplo: uma mulher de 53 anos que tiver trabalhado por 32 anos já pode receber aposentadoria integral. O mesmo vale para um homem de 59 que tiver trabalhado por 36 anos). Esses números serão gradualmente aumentados até 2026, quando chegarão a 90 pontos para as mulheres e 100 para os homens.

Então agora só se aposenta por tempo de contribuição quem atingir os 85 ou 95 pontos?

Não. Para ter direito à aposentadoria por tempo de contribuição, os segurados da Previdência Social precisam ter 30 anos de contribuição, no caso das mulheres, e 35 anos, no caso dos homens. A nova regra é uma opção de cálculo, que permite afastar a aplicação do Fator Previdenciário. Caso a pessoa deseje se aposentar antes de completar a soma de pontos necessários, ela poderá se aposentar, mas vai haver aplicação do fator previdenciário e, portanto, potencial redução no valor do benefício.

Qual a idade mínima para se aposentar pela Regra 85/95?

Pelas regras de hoje, NÃO existe idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição no INSS. O que é exigido para esse tipo de aposentadoria é o tempo mínimo de contribuição, de 30 anos para mulheres e de 35 para homens. A regra 85/95 não muda em nada o requisito de acesso ao benefício. A nova regra traz uma nova forma de cálculo do valor do benefício, permitindo que não se aplique o Fator Previdenciário para quem atingir os pontos.

	Mulher	Homem
Até 30 de dezembro de 2018	85	95
De 31 de dez/18 a 30 de dez/20	86	96
De 31 de dez/20 a 30 de dez/22	87	97
De 31 de dez/22 a 30 de dez/24	88	98
De 31 de dez/24 a 30 de dez/26	89	99
De 31 de dez/26 em diante	90	100

Esta regra acaba com o Fator Previdenciário?

Não, ele continua em vigor. A nova regra é uma opção. Caso a pessoa deseje se aposentar antes de completar a soma de pontos necessários, ela poderá se aposentar, mas vai haver aplicação do fator previdenciário e, portanto, potencial redução no valor do benefício.

(ANASPS - 18/06/2015)

TCU E DEST: UMA INTERPRETAÇÃO PREOCUPA

Equívoco ao interpretar o art. 202, parágrafo 3°, da Constituição Federal, pode ter graves consequências, conforme o alerta de 4 especialistas ouvidos pelo Diário. O participante tem que ser compreendido como o gênero, sendo o assistido a espécie - em cujo conceito está claramente incluído o pensionista-, enfatiza o advogado Adacir Reis, do escritório Reis, Tôrres, Florêncio, Corrêa e Oliveira Advocacia.

Uma interpretação equivocada, tanto do ponto de vista jurídico quanto atuarial, tem gerado preocupação dos especialistas em assuntos jurídicos dos fundos de pensão, por conta da decisão do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão do Ministério do Planejamento, que determina às empresas estatais federais, patrocinadoras de planos de benefícios, não fazerem aportes de recursos de forma paritária no caso de pensionistas. O entendimento, baseado em posição do Tribunal de Contas da União (TCU), considera apenas os participantes ativos e os assistidos como figuras válidas para fins de aportes paritários. "O posicionamento do TCU, que foi incorporado pelo DEST, é absolutamente equivocado e está fundado em um equívoco conceitual que inspira preocupação pela delicadeza do momento que se vive, podendo ter graves consequências", analisa o advogado Flávio Rodrigues, do escritório Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados.

O equívoco está baseado na interpretação do art. 202, parágrafo 3°, da Constituição Federal, segundo o qual a paridade obedeceria apenas às contribuições dos segurados: § 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998). De acordo com a interpretação que está sendo dada a esse comando legal, explica Rodrigues, o pensionista não seria um segurado porque ele recebe um seguro que alguém pagou por ele, mas, no regime de capitalização da previdência complementar privada, a reserva deve estar totalmente constituída e, portanto, quando ela não está totalmente constituída, cabe ao pensionista continuar fazendo as contribuições". O que tende a gerar uma interpretação restritiva para planos de benefícios que foram contratados da mesma forma há décadas, e que irá certamente produzir questionamentos. O equívoco, acredita Rodrigues, "foi consequência do ambiente criado em torno dos fundos de pensão estatais e ao pressuposto de que haveria má gestão dos recursos desses planos, levando à adoção de uma visão equivocada da lei".

Os planos de benefícios da previdência complementar têm como objetivo estruturar a possibilidade de sustento do contribuinte e dos familiares pelos quais ele tem responsabilidade, uma premissa que integra os contratos feitos entre os participantes e os planos. "Essa garantia de sustento alcança não apenas o participante ativo mas também os aposentados e pensionistas, por meio da cobertura de riscos de longevidade ou de infortúnios de invalidez ou morte", lembra o advogado Roberto Messina. Contrariando essa realidade, a consultoria jurídica do DEST considera que há posições divergentes entre a Previc e o TCU porque a paridade não caberia aos pensionistas, com base no art. 202 da Constituição Federal. A interpretação dada a esse ponto da Constituição é reforçada ainda por outro equívoco, desta vez ligado à Lei Complementar 108.

Literalidade - "O entendimento do TCU e do Planejamento está em desarmonia conceitual com a Lei Complementar 108", reforça o advogado Maurício Tôrres, do escritório Reis, Tôrres, Florêncio, Corrêa e Oliveira Advocacia. "Tal entendimento está preso a uma literalidade de interpretação em relação a um comando específico da legislação, o do parágrafo primeiro do art. 6° da LC 108, relativo ao custeio dos planos de benefícios", afirma Torres. Diz o Art. 6°: O custeio dos planos de benefícios será responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive assistidos. Em seu parágrafo primeiro, entretanto, a lei determina: A contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no art. 50 da Emenda Constitucional no 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador. O problema é que o entendimento do TCU está restrito a esse parágrafo, ignorando o caput do próprio art. 6°, explicam os especialistas.

Dois pesos e duas medidas - O participante tem que ser compreendido como o gênero, sendo o assistido a espécie - em cujo conceito está claramente incluído o pensionista -, enfatiza o advogado Adacir Reis. Conforme, aliás, reforçam não só o caput do art. 6° da LC 108 mas também a LC 109 em seu art. 24°, relativo à divulgação de informações, e a mesma LC 109 em seu art. 8°, ao definir os termos participante e assistido, que inclui o seu beneficiário, observa Reis. Diz a LC 109 em seu art. 8º: Para efeito desta Lei Complementar, considera-se: I - participante, a pessoa física que aderir aos planos de benefícios; e II - assistido, o participante ou seu beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada.

Segundo o art. 24° da mesma lei, "A divulgação aos participantes, inclusive aos assistidos, das informações pertinentes aos planos de benefícios dar-se-á ao menos uma vez ao ano, na forma, nos prazos e pelos meios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador".

"Não pode haver dois pesos e duas medidas, é preciso que haja uma interpretação sistemática das leis complementares 108 e 109 e não que seja pinçado um parágrafo específico de um comando", afirma Reis. Nesse sentido, a interpretação literal dada pelo TCU a esse único comando legal não pode prosperar, entendem Adacir Reis e Maurício Torres.

Além do equívoco jurídico, há uma percepção atuarial equivocada de custo para a patrocinadora, argumenta Reis. "A questão ganha relevância porque leva em conta que o assistido vai continuar a contribuir mesmo em gozo de benefício, mas do ponto de vista da modelagem do plano, conforme foi destacado pela Previc em seu parecer, o custo atuarial seria o mesmo". A paridade nesse caso não adiciona custos para a patrocinadora porque haverá apenas uma subdivisão de custos entre assistidos e pensionistas, que será diluída no tempo, então não há razão para excluir o pensionista.

Relação contratual ignorada - Ao excluir o pensionista, essa interpretação esquece que o sistema é regulado pela LC 109, adverte Roberto Messina. " A LC 108 tem abrangência menor e específica para a realidade das empresas públicas, mas não altera conceitos, apenas traz características adicionais à 109". Não é, portanto, competência material da LC 108 regular o sistema. Messina também sublinha a importância do art. 8° da LC 109, que evidencia claramente a abrangência de cobertura para as três figuras previstas nos planos - participantes, assistidos e beneficiários. "O TCU não está enxergando, com esse posicionamento, qual é o caráter contratual dessa relação previdenciária, que está prevista na Constituição e nos regulamentos dos planos de custeio das Entidades Fechadas de Previdência Complementar", alerta Messina. Para o advogado, não é possível dar uma interpretação nova e sem base, ignorando o caráter contratual e o objetivo de proteção contido nessas relações, que é um direito adquirido. "Isso não pode ocorrer com as contribuições normais nem com as extraordinárias, deve ser observada a paridade contributiva; caso contrário isso significaria romper o contrato de proteção ao participante e seus pensionistas, numa rescisão unilateral", afirma Messina.

Além disso ele lembra que, para fazer frente à diferença dos recursos aportados, uma parcela da população do plano teria que contribuir em dobro. Essas pessoas poderão decidir não aceitar e questionar judicialmente a medida, fazendo com que os demais sejam obrigados a pagar a sua parte. "Isso provocaria um rearranjo não previsto do equilíbrio dessas relações, enquanto a União estaria abandonando os pensionistas finais à sua própria sorte, tudo isso num plano que é mutualista", pondera Messina.

Esforço de esclarecimento - As consequências desse entendimento equivocado, acredita Flávio Rodrigues, poderão ser graves e é preciso, portanto, que o sistema de fundos de pensão faça um esforço de esclarecimento e de informação junto ao TCU e à administração pública federal. Ao diminuir o parâmetro da paridade, essa decisão significa que irá faltar dinheiro para cobrir os compromissos com os pensionistas em contratos que foram celebrados dessa forma há dezenas de anos, até 50 anos atrás. "É

fundamental que o sistema busque esclarecer institucionalmente o DEST e o TCU sobre o equívoco e o impacto que poderá advir disso", avalia Rodrigues.

Ao mesmo tempo que o DEST não autoriza a paridade para os pensionistas, a Previc acertadamente pensa diferente e defende a paridade, observa Messina. Ele lembra que os planos não têm de onde tirar a diferença de recursos para cumprir seus compromissos e destaca que os princípios da especialidade, da legalidade e da segurança jurídica não admitem que a supervisão das patrocinadoras crie ou interprete livremente conceitos de previdência complementar que não são de sua área. Na avaliação de Messina, não é competência do DEST interferir nesse tipo de ação de supervisão e caberá à sociedade civil fazer um esforço para reverter a medida, "até porque isso fere de morte a credibilidade do sistema".

(Martha E. Corazza - Diário dos Fundos de Pensão – 30/05/2016)

FUNDO DE PENSÃO RENDE MAIS EM 2016

Na contramão da crise econômica do País, os fundos de pensão fechados no Brasil estão tendo em 2016 a melhor rentabilidade em mais de cinco anos, refletindo a combinação de juros altos e a disparada recente das ações brasileiras.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), a rentabilidade média do setor estimada no primeiro trimestre foi de 5,24%, o melhor desempenho trimestral desde o quarto trimestre de 2010.

Com patrimônio de cerca de R\$ 730 bilhões no fim de 2015 e com quase sete milhões de associados, as entidades do setor avaliam que, se o resultado não for revertido nos próximos meses, podem ter resultado acima da meta atuarial - valorização mínima necessária para o fundos conseguirem pagar os benefícios dos associados de forma sustentada no longo prazo - o que não acontece desde o exercício de 2013.

Fomos beneficiados com a melhora de expectativas de China e Estados Unidos, que repercutiram nos mercados, em simultâneo com o processo de impeachment [da hoje presidente afastada Dilma Rousseff] no Brasil, disse Jorge Simino, diretor de investimentos e patrimônio do Funcesp.

Maior fundo de pensão patrocinado por empresas privadas do País, com 15 patrocinadoras, o Funcesp teve rentabilidade de 10,7% de janeiro a abril, mais que o dobro da meta atuarial, de 5,2%.

Embora acompanhado com intensidades distintas no setor, o movimento é um alívio especialmente para fundos que nos últimos anos acumularam sucessivos déficits, quando o patrimônio de um plano fica menor do que os compromissos com pagamentos atuais e futuros. É o caso de fundos de funcionários de grandes estatais, como Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal). Postalis (Correios) e Previ (Banco do Brasil).

De janeiro a março, a carteira do Petros teve rentabilidade de 5,09%, acima da meta atuarial de 4,05%. No principal fundo do Funcef, o retorno de ativos que respondem por cerca de 60% do total, ficou ao redor de 4,5%, ante meta de 4,34%. No Previ, a valorização foi de 5,75%, ante meta de 4,19%.

No Funcef, por exemplo, onde papéis da Vale, da Invepar e da Norte Energia representam cerca de um terço do portfólio da carteira principal, a valorização na Bolsa de Valores ajudou nos números. A gente espera superar meta atuarial de cerca de 13%, disse o diretor de investimento da Funcef, Mauricio Marcelini. A pressão nos passivos diminui um pouco, completou.

(Reuters-31/05/2016)

GOVERNO QUER ALTERAR IDADE PARA APOSENTADORIA EM 2016

Mais uma vez vamos enfrentar um gravíssimo problema. Estamos às voltas com uma nova Reforma da Previdência

Desde 1995, na era FHC, esse assunto foi apresentado e feito uma reforma na previdência que retiraram direitos. O Congresso Nacional aprovou em 1998 a emenda Constitucional 20, essa reforma atingiu particularmente, os trabalhadores da iniciativa privada (INSS). FHC, que chamou os aposentados de vagabundos, endureceu as condições de acesso aos benefícios e impôs maiores sacrifícios aos trabalhadores ativos. Dentro do saco de maldades daquela reforma, estava a substituição do tempo de serviço por tempo de contribuição, extinção das aposentadorias proporcionais, exigência de idade mínima (48 anos para mulheres e 53 anos para homens), além de introduzir um complicado fator previdenciário para baixar os valores dos benefícios. E mais, os salários de referência foram defasados em relação ao salário mínimo, reduzindo bruscamente o teto dos benefícios.

No início do governo Lula em 2002, os meios de comunicação alardeiam novamente a quebra da Previdência, mirando, dessa vez, os trabalhadores do setor público, acusados de privilegiados. A proposta enviada ao Congresso pelo governo Lula atingiu direitos dos servidores públicos com corte de benefícios e mudanças de regras. Entre elas, a cobrança dos inativos (acima de R\$ 1.058,00) em 11%, redução das futuras pensões que só poderão atingir até 70% de seu valor, aumento da idade mínima dos atuais servidores para 60 anos se homem e 55 anos se mulher para se aposentar.

É sempre a mesma cantilena, que não há "rombo" ou "déficit", como se repete insistentemente na mídia, nem no Regime Geral de Previdência Social (INSS), muito menos no Regime Próprio dos Servidores Públicos (RPSP). Os gastos com aposentadorias, pensões e outros benefícios dos trabalhadores com carteira assinada, somados a todas as despesas públicas com Saúde e Assistência Social, são cobertos com contribuições recolhidas sobre o faturamento e o lucro das empresas (COFINS, CSLL), a CPMF, loterias e

as contribuições dos trabalhadores e da patronal, formando o orçamento da Seguridade Social, previsto na Constituição Federal. Nessa conta, entre receita e despesas, sobram R\$ 32 bilhões (2002), superávit que vai para o Tesouro Nacional.

Para uma previdência forte e sustentada, têm que ter crescimento econômico no país, atacando o desemprego e a informalidade no trabalho, aumentando a arrecadação da previdência, cobrando as dívidas das empresas e governos, estimadas em R\$153 bilhões à Previdência, precisa acabar com as isenções de entidades "filantrópicas" faculdades particulares, altamente lucrativas, clubes de futebol, por onde escoam R\$ 12 bilhões ao ano, se juntarmos o que o governo fez com a chamada desoneração da folha de pagamento.

Fica claro, assim, pela complexidade do tema, pelo impacto na vida pessoal de milhões de brasileiros e suas famílias e por influir na qualidade dos serviços públicos atingindo toda a população, que uma Reforma da Previdência não pode ser feita com pressa e açodamento. Mais do que isso, nosso governo não pode aceitar as pressões do capital financeiro e das multinacionais, por mais ajuste fiscal cortando direitos dos servidores e pela criação de Fundos de Pensão para os futuros servidores que representarão na prática aumento de transferência de recursos do Estado e dos servidores para o mercado financeiro, sem nenhuma garantia que a especulação financeira não devorará a aposentadoria dos futuros servidores públicos.

Não se pode aceitar, também, pressões que vem dos governadores que querem fazer Reforma Tributária via Reforma da Previdência. Enquanto isso grandes empresários, banqueiros e latifundiários, que exigem sacrifícios dos servidores e batem bumbo pela Reforma da Previdência, sonegam impostos e são beneficiados com isenções e renunciais fiscais. Daí a importância de fazermos primeiro uma Reforma Tributária que taxe as grandes fortunas. A ANAPAR afirma o seu entendimento de que esta Reforma da Previdência não interessa ao povo brasileiro, só vai piorar a qualidade do atendimento. Ela não resolve o problema financeiro da Previdência, atende fundamentalmente aos interesses do capital financeiro que domina os meios de comunicação. A Reforma que interessa ao povo brasileiro não é para jogar pobres contra remediados ou trabalhadores do setor privado contra trabalhadores do setor público. Deve ser para unificar os trabalhadores contra os ganhos fabulosos dos bancos e do setor financeiro que inviabilizam o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a distribuição de renda.

O que é uma contribuição previdenciária? É um seguro que os trabalhadores pagam ao longo da vida pelo 2risco2 de sobreviverem após seu período no mercado de trabalho. O benefício deveria ser calculado levando-se em conta o desenvolvimento econômico do país e o volume de renda gerado durante o período em que o trabalhador esteve na ativa. É um conceito social. Mas, para o pensamento neoliberal, a contribuição previdenciária deve ser um conceito de mercado como se o trabalhador fosse um acionista de uma empresa.

A retomada do desenvolvimento é o ajuste que o Brasil precisa com plano emergencial voltar a crescer contempla a continuidade de investimentos em infraestrutura, a recuperação da nossa capacidade produtiva, geração emprego e renda, o redirecionamento da política econômica e o regime fiscal, a ANAPAR propõe mudança na política econômica conservadora, redução dos juros, retomados dos investimentos públicos e privados, potencializar a produção industrial. E contra a propalada reforma da presidência.

Delegados do Pará

A TERCEIRIZAÇÃO E A PREVIDÊNCIA

O Projeto de Lei da terceirização aprovado pela Câmara dos Deputados, altera as relações trabalhistas e pode afetar cerca de 42 milhões de trabalhadores no Brasil. O polêmico PL 4330/2004, avançou na Câmara dos Deputados. O texto principal da proposta, aprovado quarta-feira, dia 7 de abril de 2014 permite que as empresas terceirizem qualquer atividade. Atualmente, apenas as atividades-meios, como nos casos da limpeza, segurança e transportes, podem ter trabalhadores terceirizados. Com a mudança, a atividade-fim, a exemplo da montagem de veículos, empresa química ou atividade também poderá ser terceirizada.

As consequências para a Previdência, com a aprovação do projeto será imediato, agravamento do chamado déficit das contas da Previdência Social. A terceirização da mão de obra no Brasil passa, a ser em qualquer local, nas empresas, é a definição do status jurídico do trabalhador muda, empregado ou terceirizado? Isso tem impacto direto na forma como será feita a contribuição para a Previdência. No caso de empregado, esse trabalhador será regido pela CLT e, consequentemente, terá condição de segurado obrigatório empregado. No caso do terceirizado prestador de serviços será considerado, para fins previdenciários, como segurado contribuinte individual, o que muda bastante, já que ele passa a ser o único responsável pelo recolhimento de suas próprias contribuições previdenciárias.

Se o contribuinte individual deixar de recolher as contribuições previdenciárias, por qualquer que seja o motivo, ele poderá até mesmo perder o direito aos benefícios. Porém a arrecadação previdenciária deverá diminuir imediatamente em função da inadimplência do contribuinte individual

Outra forma de perda de arrecadação da previdência vai ser a alta rotatividade, todos sabem, que as empresas terceiras pratica a chamada rotatividade de mão-de-obra, isso também é um fator prejudicial à previdência.

Quando existe um intermediário na relação de emprego, o valor do salário é bem menor, já que parte dele fica com o intermediário (empresa prestadora de serviço). Com isso, menores contribuições previdenciárias, incidentes sobre o salário e a folha de pagamento

com redução de valores que são destinados ao custeio da Previdência Social.

O projeto também permite que a prestadora de serviços contrate outra empresa para execução das atividades contratada. Isso se chama quarteirização e apresenta ainda mais riscos aos direitos dos trabalhadores e a previdência, porque vai aumentar os acidentes de trabalho. As condições precárias de trabalho vitimam os trabalhadores e resultam em gastos previdenciários e com saúde, toda a sociedade paga o preço.

O Tribunal Superior do Trabalho, criou súmula que impõe limites aos contratos de terceirização, especificando que apenas atividades-meio das empresas podem ser exercidas por funcionários terceirizados. O projeto de lei da terceirização regulamenta os contratos de trabalho terceirizados no setor privado, nas empresas públicas, de economia mista, suas subsidiárias e controladas na União. De acordo com o texto aprovado na Câmara, não se utilizará os termos atividade-fim ou atividade-meio, permitindo a terceirização em todos os setores de uma empresa.

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB



TESE DO MOVIMENTO LUTA DE CLASSES AO VI PLENAFUP

Enquanto houver exploração do homem pelo homem, e o capitalismo destruir a existência verdadeiramente humana sobre a Terra, haverá luta! Enquanto imperialistas e burgueses oprimirem as nações fracas, os povos indefesos, haverá luta! Enquanto os trabalhadores e os povos do mundo aspirarem a transformar a sociedade atual, mudá-la em seu benefício, haverá luta!

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Nove anos depois da mais grave e longa crise de superprodução depois da Segunda Guerra Mundial, o prolongado processo de recuperação da produção capitalista é ainda lento e parcial com contínuas recaídas.

São muitos os elementos que reforçam a tese de que a situação econômica mundial tende a um agravamento. A diminuição do crescimento dos BRICS e demais países "em desenvolvimento" foram intensificadas frente a debilidade da demanda mundial, a redução do consumo e a queda do preço do petróleo. A incerteza e o crescimento desigual têm afetado países ou blocos como Estados Unidos, Grã- Bretanha, Japão e a Zona do Euro.

A China capitalista padece há muito tempo de um excesso na capacidade de produção em todos os setores. O descontrole no planejamento aliado ao estouro das suas bolhas imobiliária e acionária agravou a decadência do seu crescimento econômico, já afetado pela baixa dos mercados europeus e americanos. Os efeitos negativos da queda da economia chinesa foram sentidos diretamente em toda a Ásia e pelos emergentes, com os quais mantém relação econômica muito próxima.

Na União Europeia a lentidão dos processos de recuperação econômica é evidente. Apesar da queda do barril de petróleo e das medidas adotadas pelo Banco Central Europeu, países como a Alemanha dão sinais de desaceleração no ritmo econômico, ou crescimento insignificante depois de recessão, como aconteceu com a Itália. O índice de desemprego na Europa tem atingido níveis elevados, principalmente na Grécia, Espanha e Portugal.

Na Rússia imperialista a baixa do preço do petróleo, as sanções econômicas e o desmoronamento dos investimentos, acompanhados da desvalorização do rublo e de uma crescente inflação, determinaram em 2014 uma depressão que ainda persiste.

O Japão teve uma redução brusca no PIB em 2014, apesar da desvalorização do iene,

favorável à exportação, e da redução do preço do petróleo. Seu crescimento está abaixo da expectativa para este ano.

Na Índia, que tem o maior crescimento mundial, o ritmo favorável não tem garantias de ser mantido devido à redução dos investimentos estrangeiros e aos obstáculos estruturais internos.

Nos Estados Unidos, epicentro da crise, as oscilações mostram que a recuperação é vacilante. A situação confirma que o imperialismo norte-americano já não tem a força necessária para incidir no conjunto da economia capitalista, mas é capaz com suas políticas financeiras e energéticas, com o predomínio do dólar e como potência militar, de descarregar suas dificuldades e desequilíbrios sobre os outros países, especialmente nos dependentes.

O desenvolvimento desigual do capitalismo nos diferentes países, as crescentes dificuldades econômicas e políticas levaram a uma piora das relações entre as potências imperialistas.

Não se trata só de uma concorrência econômica e financeira mais intensa em todos os continentes, de disputas comerciais e políticas pelos mercados, petróleo, água doce e terras férteis etc., mas sim de uma marcada instabilidade das relações internacionais, uma exacerbação das tensões militares, uma preparação para uma nova partilha do mundo possivelmente mediante a força armada.

As guerras e os conflitos locais na Ucrânia, no Oriente Próximo, na África Setentrional e Central e no Afeganistão; a tensão crescente no Mar da China e no Oceano Pacífico, regiões do Leste Europeu e nos Bálcãs, no Paquistão e na Venezuela; o impulso ao rearmamento, a militarização das economias e a transformação reacionária e fascista dos Estados burgueses, são expressão das contradições internas e externas do capitalismo, da luta pela supremacia que faz crescer o perigo de uma guerra de ampla envergadura.

As potências imperialistas promovem intervenções e golpes militares para se apoderarem das riquezas dos povos e gastam trilhões de dólares em guerras e em operações para salvar bancos e monopólios falidos, enquanto o tráfico de drogas torna-se um dos principais negócios do mundo, ao lado da criminalidade e da prostituição.

Diante das consequências da crise capitalista de 2008, as principais economias como os EUA buscam consolidar um amplo sistema de alianças com países subalternos, prevenindo a antecipação de potências rivais, a fim de garantirem a hegemonia. As medidas adotadas para este fim assumem caráter militar, econômico, energético, político e diplomático. Para garantir o controle dos recursos naturais como o petróleo e gás natural, não hesitam em recorrer a guerras contra nações menos desenvolvidas militarmente, como Líbia, Iraque e Síria.

Atualmente, as guerras de rapina geram número recorde de refugiados, são 52,1 milhões de mulheres, crianças, idosos e homens que foram obrigados pelas guerras a abandonarem

suas casas, seus empregos, seus familiares e seus países. Segundo a Agência de Refugiados da Organização das Nações Unidas este é um número recorde, só alcançando antes no período da segunda guerra mundial. Na Síria já são mais de 2 milhões de pessoas expulsas de suas casas. Países como os EUA têm responsabilidade na guerra fratricida da Síria. Como apoio às suas ações na região do Oriente Próximo e África, contam com ajuda de Israel, Jordânia, Egito, as monarquias do Golfo e Arábia Saudita, além de grupos contrarrevolucionários obscurantistas, como o chamado Estado Islâmico, adestrado e financiado pelos ianques para aplicação da estratégia do "caos construtivo".

Na América Latina o imperialismo norte-americano vem tentando aumentar sua hegemonia intensificando a presença militar através de bases instaladas em países de governos lacaios, como Peru, México, Chile, Colômbia e Argentina. Essa ofensiva é uma ameaça direta aos países da região, principalmente os grandes produtores de petróleo ou detentores de grandes reservas de água como Venezuela e Brasil. É essencial para os EUA a formação de um triângulo de influência entre América Central, Colômbia e Caribe, para barrar a aproximação da China. Isso explica medidas como a renúncia ao criminoso bloqueio econômico e político a Cuba.

As manifestações de apoio aos golpes contra governos progressistas e as saudações aos governos assumidamente neoliberais, revelam a preferência política dos EUA para a América Latina. Há diversos indícios de que o governo norte-americano vem protagonizando articulações de bastidores para viabilizar as condições necessárias à ascensão de governos estrategicamente alinhados com seus interesses.

Apesar dos esforços dos grandes meios de comunicação da burguesia em ocultar a verdade sobre a causa e as consequências da crise, os fatos continuam demonstrando que a situação tende a piorar. De fato mais de 200 milhões de trabalhadores estão desempregados, sendo que mais de 75 milhões são jovens; um bilhão de pessoas vivem com fome no mundo, mais de dois bilhões não têm acesso à água potável e 129 milhões de crianças trabalham para sobreviver.

A China imperialista que foi um fator chave para evitar a recessão mundial nos últimos anos, transforma-se no oposto e se converte em fator de uma nova crise mundial do capitalismo. A próxima crise terá consequências mais profundas em todos os países. O processo de decomposição do capitalismo monopolista se agravará. Não se pode pôr fim à miséria que causa o capitalismo senão acabando com o próprio capitalismo.

Depois da grande crise de 2008, houve uma tímida recuperação, não conseguida pelas forças internas do capitalismo, mas com as ajudas estatais. Culminou em 2010, seguida em 2011, por uma fase de estancamento e logo depois recessão. A debilidade da recuperação do sistema em 2014 e a queda em 2015 assinalam um problema de superprodução persistente e não solucionado.

Portanto, para acabar com as cada vez mais constantes e destruidoras crises econômicas que atiram milhões de pessoas à miséria e com as guerras imperialistas promovidas pelos grandes capitalistas que destroem povos do mundo inteiro é necessário arrancar a terra, as fábricas, as máquinas, os meios de produção das mãos de um punhado de magnatas e entregá-los ao controle da classe operária, o que é possível somente com o Socialismo.

CONJUNTURA NACIONAL

POR UMA PETROBRÁS 100% ESTATAL!

A intensificação dos ataques contra a Petrobrás como parte da dilapidação do patrimônio da Nação e o avanço das medidas de redução dos direitos conquistados, exigem uma resposta firme dos petroleiros e petroleiras, em unidade com os trabalhadores das diversas categorias de todo o Brasil.

Em poucas semanas o governo de Michel Temer, conduzido ao poder através de um golpe orquestrado por diversos partidos (PMDB, PSDB,DEM, PSC, PP,PTB, PSB dentre outros) com o apoio da grande mídia, demonstrou suas verdadeiras intenções em beneficiar os banqueiros e grandes corporações.

A nomeação de ministros envolvidos em denúncias de corrupção contraria totalmente o discurso de "limpeza" ética que supostamente iria atender aos anseios da população. Em poucas semanas o País viu o discurso de moralidade ruir com a destituição de nomes do alto escalão de Temer frente a vazamentos escandalosos que tornavam insustentável a permanência em seus cargos. O único interesse do governo Temer era nomear uma equipe que melhor servisse aos interesses do mercado financeiro. Para administrar todo o recurso arrecadado do povo brasileiro nomeou dois banqueiros: Henrique Meirelles, ex-presidente do "Bank of Boston" e presidente do Banco Central no governo Lula, que assumiu o Ministério da Fazenda, e llan Goldfajn, um dos donos do Itaú. Para conduzir as privatizações Moreira Franco assumiu a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos. José Serra assumiu o tão almejado Ministério das Relações Exteriores, dando finalmente status diplomático aos seus crimes de lesa-pátria em conchavos com os Estados Unidos e as petrolíferas estrangeiras.

O plano econômico de Temer foi imediatamente saudado pelos donos dos grandes bancos. O governo ilegítimo assumiu o compromisso com o religioso pagamento dos juros da dívida. As medidas tomadas não deixam dúvidas: fixação do teto da dívida pública; a suspensão dos investimentos em programas sociais; o pagamento por parte do BNDES de R\$ 100 Bi ao Governo. O fim do Fundo Soberano desviará recursos do Pré-Sal, que deveriam ir para a Saúde e Educação. Tudo isso para garantir a economia necessária a destinar todo esse dinheiro ao bolso dos banqueiros. Os grandes empresários do país também estão atentos à fatia que podem levar com a continuidade das privatizações, agora ainda mais certas de serem concretizadas. Na mira continuam Petrobrás, Caixa Econômica e Eletrobrás, por exemplo.

A grande burguesia nacional e a oligarquia financeira conseguem com o Governo Temer uma garantia maior de que a conta da crise será paga pelos trabalhadores e a parcela mais pobre da população. O aumento da idade para aposentadoria, a redução do SUS, a redução do Bolsa Família e o corte dos investimentos em moradia popular são algumas das medidas que asseguram os anseios das classes dominantes.

É importante ressaltar que o interesse dessa aristocracia nunca esteve realmente ameaçado por nenhum governo desde a redemocratização em 1985. Nem mesmo nos governos do PT as necessárias reformas estruturais foram garantidas. Nos governos de Lula e Dilma, os meios de comunicação permaneceram sob o controle das elites. As privatizações, embora em ritmo mais lento, nunca deixaram de existir. A Petrobrás, apesar do aumento dos investimentos, teve seu crescimento aliado ao esquema das grandes empreiteiras. Os antigos campos de petróleo e o Pré-Sal, apesar do modelo de Partilha, continuaram sendo leiloados. As subsidiárias não foram incorporadas. Com a garantia do pagamento dos juros da dívida, o lucro líquido dos bancos alcançou valores exorbitantes. Em vez da reforma agrária, houve o fortalecimento do agronegócio por Dilma Roussef. Os financiamentos ofertados a juros baixos pelo BNDES foram compromisso assumido com as multinacionais.

As pequenas reformas que facilitaram o acesso da população aos bens pessoais, quando o principal deveria ser o acesso à saúde, educação, moradia, segurança, etc, nunca puseram em xeque os interesses da burguesia. Ao priorizar a governabilidade através das alianças com partidos que não representam os interesses dos trabalhadores, cederam ao capital financeiro. Infelizmente, Dilma implementou um ajuste fiscal que intensificou a retirada de direitos da classe trabalhadora.

Apesar disso, as classes dominantes que se beneficiaram durante anos de Governo não hesitaram em participar do golpe ao terem a certeza de que poderiam conquistar muito mais com alguém como Temer no poder. É assim que os grandes capitalistas reagem quando a crise bate à porta. Recorrem a todos os meios para garantirem a manutenção de sua condição de classe dominante.

Com Temer e sua equipe no poder a submissão ao capital financeiro internacional ocorre em ritmo acelerado. José Serra finalmente consegue chegar ao posto que possibilitará a concretização de suas promessas às empresas estrangeiras, que incansavelmente tentam assumir o controle da riqueza do Pré – Sal. Com Pedro Parente retirando todos os entraves e acelerando o plano estratégico de Bendine, indicado por Dilma, a farra da entrega dos ativos às grandes empresas promete realizar o sonho antigo das elites de terem finalmente efetivada a privatização de um dos maiores patrimônios do povo brasileiro.

O avanço de ideias de extrema direita no seio da sociedade brasileira cresce. Exemplo disso são as recentes pesquisas de intenção de voto apontando que o fascista deputado

federal Jair Bolsonaro (PSC) atingiu os 11% a presidente. Diante dessa conjuntura, colocase para nós trabalhadores a necessidade de nos unirmos às lutas com os movimentos sociais para que a saída dessa crise política e econômica que vivemos, seja pela esquerda. Os conchavos e as conciliações com a burguesia internacional e nacional não irão transformar a vida da classe trabalhadora e do povo sofrido.

UNIR LUTAS POLÍTICAS E ESPECÍFICAS DA CATEGORIA! GREVE, JÁ!

A Petrobrás enfrenta uma intensificação de medidas de privatização, atenuada pela expressão "desinvestimento", que seria a única alternativa diante de uma fantasiosa falência. Essas medidas criminosas vem sendo defendidas pelos representantes do mercado que hoje ocupam as vagas no Conselho de Administração da Petrobrás, juntamente com a mídia tradicional que omite dos seus meios de comunicação o panorama internacional do setor petróleo, em favor da multinacionais que querem roubar o patrimônio nacional.

Os defensores desses "desinvestimentos" argumentam que a Petrobrás precisa se desfazer desses ativos, pois supostamente não possuiria condições financeiras de bancar uma operação tão vasta devido às perdas com a corrupção, o endividamento da companhia, a alta do dólar e a queda do preço do barril. Entretanto, todos os estudos indicam que até o final desta década a Petrobrás será uma das maiores exportadoras de petróleo do mundo, devido principalmente à exploração do Pré-Sal.

Exemplo dessa política de privatizações foi a tentativa da venda da Gaspetro. Além da Gaspetro, outras empresas de propriedade da Petrobrás, como a Transportadora Associada de Gás (TAG), a BR Distribuidora, as Fábricas de Fertilizantes e Nitrogenados (FAFENs), a Braskem e a Transpetro, também estão na lista de ativos à venda. As Usinas de Biocombustível começam a sofrer redução drástica redução da força de trabalho. Mais recentemente os Campos Maduros, as Termelétricas, os Terminais de GNL e a Liquigás foram anunciados como os próximos da lista. Ao todo 28 projetos de venda de ativos estratégicos estão previstos no chamado "Plano de Negócios e Gestão" da Petrobrás. É a forma encontrada administração da Petrobrás para "aliviar" a Companhia entregando de bandeja partes valiosas aos empresários locais e às multinacionais.

No caso da Transpetro, sua venda será um flagrante atentado à soberania nacional, já que a empresa é a maior processadora brasileira de gás natural e líder em transporte e logística de combustível no país. Todos os dutos que levam o petróleo ou derivados aos terminais e refinarias para distribuição final estão sob responsabilidade da Transpetro. Sem ela, a Petrobrás ficaria refém de uma empresa privada para fazer algo que hoje está sob seu comando e não teria mais o controle sobre o preço da operação.

No dia 02 de maio, o tucano Pedro Parente, assumiu a Presidência da Petrobrás e deixou claro para que veio: retomar a agenda de privatização que iniciou no governo FHC, quando

aprovou no Conselho de Administração mudar o nome da empresa para Petrobrax e entregar 30% da Refap à Repsol.Pedro Parente chegou avisando que "a Petrobrás apoia a revisão da lei do Pré-Sal", reforçando o que Temer já havia anunciado: o apoio ao PL 4567/2016, que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Em 2015, petroleiros de todo o país garantiram a manutenção dos seus direitos e demonstraram grande disposição na luta para barrar a venda da Petrobrás. No Ceará e em Caxias foram 16 dias de luta. Nas bases do Norte Fluminense foram 20 dias e no Espírito Santo, 23 dias de greve. Esse ano os trabalhadores deverão intensificar as lutas para cobrar da Petrobrás o fim do desmonte e exigir que sejam aplicadas as alternativas conforme o GT elaborado pela FUP.

Convocamos todos os petroleiros e petroleiras a retomarem a jornada de lutas em defesa da Petrobrás, rumo à greve por tempo indeterminado. Teremos que impedir esse crime contra a nação, sob o risco de perdermos a garantia da soberania do nosso país. Devemos lutar em defesa dos nossos empregos. Não podemos aceitar que uma pequena elite destrua as garantias do desenvolvimento do Brasil. Nosso povo não pode ser refém do interesse de parlamentares tão corruptos quanto os do tempo da Ditadura Militar, cuja única missão é garantir que os interesses dos empresários e banqueiros sejam atendidos. Vamos à luta!

MULHERES PETROLEIRAS UNIDAS POR MAIS DIREITOS!

O ano de 2015 foi marcado pelo protagonismo das mulheres, com a realização, nas principais capitais do Brasil, de atos em defesa dos seus direitos e contra o Projeto de Lei 5.069/2013, proposto pelo corrupto presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB -RJ), projeto esse que dificultará o atendimento às mulheres que sofrem violência sexual.

Essas manifestações tiveram grande participação das mulheres de diversas idades, profissões, classes sociais e raças, inclusive com ampla repercussão internacional. Esses atos foram muito importantes para a cassação de Eduardo Cunha.

O protagonismo das mulheres na atual conjuntura política de nosso país demonstra que o discurso da grande mídia "bela, recatada e do lar" não reflete a vida de milhares de guerreiras que lutam pelos seus direitos, da sua família, da sua comunidade, da sua categoria, por uma sociedade sem machismo, violência e por igualdade de direitos.

A criação em 2012, do Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras foi muito importante para nós mulheres da categoria, pois os encontros estimulam, formam e coletivizam as ações de luta, garantindo uma maior participação feminina nas lutas sindicais.

Recentemente, foi realizado o 4º Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP e teve como principal temática ®A Mulher como Protagonista na vida, nos espaços de poder, no sindicalismo e na sociedade®. O Encontro aconteceu nos dias 20, 21 e 22 de maio de

2016, no Sindipetro NF, em Macaé/RJ e reuniu petroleiras de diversas bases da FUP para discutirem a agenda nacional das trabalhadoras do Sistema Petrobrás e as condições das mulheres em nossa sociedade.

A participação de lideranças de organizações populares juntamente com as petroleiras dos diversos Estados mostra a necessidade de unidade de todos os movimentos de mulheres na luta contra o golpe instaurado no País, que agravará ainda mais a situação de opressão das trabalhadoras do Brasil.

Diante do cenário atual é indispensável um aumento da participação da mulher petroleira nos espaços políticos. As deliberações aprovadas ao final do Encontro apontam os encaminhamentos necessários e a linha de debate para o desenvolvimento da luta feminina. Por isso, nós do movimento Luta de Classes nos somamos essas deliberações:

- Criação da Secretaria da Mulher Petroleira na FUP.
- Moções de Repúdio ao Governo Golpista, Repúdio a Violência Contra a Mulher e de Apoio ao Movimento Estudantil.

Moção de apoio aos trabalhadores Franceses

A Lutas dos Trabalhadores é Internacional

A crise do capitalismo levou milhões de trabalhadores à demissão ou ao subemprego em vários países do mundo. Porém, está situação não foi tão tranquila. A classe operária de diversos países foi às ruas, decretaram centenas de greves, piquetes, manifestações e ocupações contra a política de precarização do trabalho e medidas de austeridade.

Recentemente, a Confederação Geral do Trabalho na França indicou que a paralisação atingiu as 19 centrais nucleares do país – que geram mais de 75% da eletricidade no País. O acesso a muitos depósitos petrolíferos foram fechados por piquetes de greve. A luta convocada pelos sindicatos, desde março, fechou seis das oito refinarias do país, segundo a União Francesa de Indústrias Petrolíferas.

Também os controladores aéreos franceses estão em greve, tendo levado ao cancelamento de vários voos. O objetivo das greves é exigir a retirada do projeto de lei da reforma trabalhista no parlamento francês, que visa de destruir direitos laborais.

Solidariedade a todos os trabalhadores franceses que estão radicalizando a luta. Somente com essa disposição a classe trabalhadora conquistará seus diretos. No Brasil não será diferente. A luta da classe trabalhadora é uma só! Como já dizia, Karl Marx: Trabalhadores do Mundo, Uni-vos!

Resoluções aprovadas nos congressos regionais para a VI PlenaFUP

Sindipetro AM

RESOLUÇÕES DO CONGRESSO PARA PROPOSTA DE PAUTA

- . Auxilio Almoço Cláusula 289: Encaminhar : estender este auxilio a todos empregados de turno ou não, independente do regime um ticket vale refeição com valor equivalente a refeição servida em local de trabalho.
- . Reajuste salarial ICV DIEESE
- . Ganho real 5%
- . Aplicar o índice de reajuste ICV em todas as demais clausula econômicas.
- . Ajustar os acordos coletivos da Petrobras e da Transpetro nas cláusulas de dia do desembarque (Transpetro para Petrobras) regime de sobreaviso (Petrobras para Transpetro)
- . Dia de desembarque calculado em base da saída de casa até o retorno para casa. Sugestão: mínimo de 6 H.E. por dia de desembarque.
- . De um dia para 2 dias para executar os exames.
- . Incorporar a RMNR no salário base.

MOÇÃO DE APOIO

Apesar dos avanços dO governo de acabar com o déficit habitacional, como projeto minha casa e minha vida, ainda existe a necessidade de vários movimentos por moradia, se organizarem para garantir o beneficio pela casa própria. Diante disso o SINDIPETRO AM vem se solidarizar com a ocupação Lanceiros Negros organizado pelo MLB no Rio grande de Sul.

Demostrando que vai ser através da organização popular que o povo irá garantir a moradia digna e enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito.

> Atenciosamente, A //-- /---

Acácio Viana Carneiro - Coordenador Geral

Diretoria Colegiada do SINDIPETRO/AM

MOCÃO DE REPÚDIO À PETROBRAS PELO PREENCHIMENTO INCORRETO DO LTCAT E PPP, PREJUDICANDO OS SEUS COLABORADORES

Os Participantes do XXXII Congresso Regional dos Petroleiros, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo e Derivados do estado do Amazonas (SINDIPETRO-AM), reunidos na cidade de Manaus no dia vinte e um de maio de 2016, manifestam, de forma veemente, a forma como a Petrobras vem realizando o preenchimento dos Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e, consequentemente, dos Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPP), de forma a causar prejuízos para os empregados, que passaram a encontrar dificuldades na obtenção do direito à Aposentadoria Especial. Os empregados da Petrobras, que trabalham em locais onde existe a exposição ocupacional ao Benzeno, têm direito a se aposentarem de forma especial pelo simples reconhecimento deste agente químico no ambiente de trabalho. Tal direito é corroborado pela legislação Previdenciária, conforme artigo especifico existente no Decreto 3048/1999 e na Instrução Normativa nº 77, de 2015 do Ministério da Previdência Social.

Neste sentido, os trabalhadores utilizam-se de um direito constitucional para manifestar suas discordâncias em relação a estas medidas.

Dado o exposto, exigimos:

a. O imediato cumprimento da legislação Previdenciária que leve à correta elaboração do LTCAT e ao correto preenchimento do PPP;

b. Que sejam refeitos os LTCATs e PPPs elaborados de forma incorretos e já entregues a alguns empregados.

Ao mesmo tempo, enfatizamos que a direção do SINDIPETRO-AM poderá acionar o Ministério Público do Trabalho no Estado do Amazonas, bem como outros órgãos que irão contribuir para a solução deste problema, como: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas (CREA-AM); Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas (SRTE-AM); e Comissão Nacional Permanente de Benzeno (CNPBz). A garantia da saúde dos trabalhadores é um dever da empresa e este Sindicato não deixará de contribuir para que isso seja plenamente alcancado. É de nosso desejo que os problemas apresentados sejam superados, pois, assim sendo, menos injustiças existirão na Relação Capital x Trabalho que temos com nossa empregadora.

Atenciosamente.

Acácio Viana Carneiro - Coordenador Geral

Assis // - las

Diretoria Colegiada do SINDIPETRO/AM

Sindipetro BA

RESOLUÇÕES DO CONGRESSO PARA PROPOSTA DE PAUTA

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SISTEMA **PETROBRÁS**

Nos dias 07 e 08 de abril de 2016, foi realizada a reunião ordinária semestral do CNAP -Conselho Nacional d@sAposentado@s e Pensionistas da FUP, no Hotel Park, na cidade de Recife-PE, organizado pela Secretaria de Seguridade e Políticas Sociais da Federação Única dos Petroleiros – FUP e com o apoio e participação dos seus 12 Sindicatosfiliados e oposições sindicais estatutariamente reconhecidas.

Estiveram presentes 43 companheir@saposentad@s e pensionistas, a assessora jurídica da FUP, Francine Brandão, o Consultor Atuarial da FUP, João Rodarte, os convidados Senhor Henrique Jager, presidente da Petros, o seu assessor, o Senhor Hélio Libório e o Conselheiro Deliberativo da Petros e diretor da FUP, Paulo Cesar C. Martin e os diretores da Secretaria de Seguridade e Políticas Sociais da FUP, Francisco Ramos Rocha e Daniel Samarate Queiróz, que compuseram a mesa que dirigiu a presente reunião.

Ato contínuo, os membros do CNAP presentes se inscreveram para debater o assunto. Após a conclusão do debate, foi aprovada, pela unanimidade dos presentes, a Pauta de Reivindicações indicativa do CNAP ao Aditivo 2016 do ACT 2017/2019, que deverá ser discutida e deliberada pelas direções dos Sindicatos filiados e as oposições sindicais, estatutariamente reconhecidas, pelos Congressos Regionais/Estaduais dos sindicatos filiados à FUP e a VI PLENAFUP, conforme segue:

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES A SER DELIBERADA:

- 1. Reajuste salarial
- 1.1 Se houver a cisão do PP1:
- a. reposição salarial de acordo com o IPCA, para os assistidos repactuados do PP1 e os assistidos do PP2;
- b. reposição salarial de acordo com o índice do DIEESE e aumento real de 5,0% para os assistidos não repactuados do PP1.

ESTA CLAÚSULA JÁ ESTÁ CONTEMPLADA NA PAUTA DE REINVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DA ATIVA DO SISTEMA PETROBRÁS.

- 1.2 Se não houver a cisão do PP1:
- a. reposição salarial de acordo com o IPCA, para todos os assistidos do PP1 e do PP2.

ESTA CLAÚSULA JÁ ESTÁ CONTEMPLADA NA PAUTA DE REINVINDICAÇÕES DOS TRABAI HADORES DA ATIVA DO SISTEMA PETROBRÁS.

- 2- Reajuste das Tabelas do Programa da AMS:
- 2.1- Tabela do Grande Risco: o percentual de reajuste deverá ser, no máximo, o mesmo índice do IPCA:
- 2.2- Tabela do Beneficio Farmácia: o percentual de reajuste deverá ser, no máximo, o mesmo índice do IPCA.

ESTA CLAÚSULA JÁ ESTÁ CONTEMPLADA NA PAUTA DE REINVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DA ATIVA DO SISTEMA PETROBRÁS.

- 3- Equacionamento do déficit do PP-1:
- 3.1- Alteração da contribuição normal para custear alterações estruturais do plano referente impacto atuarial decorrente a introdução da hipótese da Família Real e da retirada do teto operacional de 90%
- 3.2- Introdução de uma contribuição extraordinária, para custear o déficit apurado, após o aumento da contribuição normal.
- 4- Pendências do ACT 2015/2017 que deverão ser discutidas nas Comissões do ACT e na próxima negociação do Aditivo 2016 do atual ACT.
- 4.1- Equacionamento do custeio do Benefício Farmácia;
- 4.2- Retorno do Convênio PETROBRAS X INSS;
- 4.3- Pagamento dos níveis de 2004, 2005 e 2006, aos assistidos que perderam suas respectivas ações judiciais, até a Cisão do PP1.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO DO SISTEMA PETROBRÁS 2016/2017

O Aditivo ao atual Acordo Coletivo de Trabalho - ACT do Sistema Petrobrás vigente (2015/2017), previsto no próprio ACT, será, exclusivamente, nas cláusulas econômicas.

Devido ao momento político e econômico vivido pelo país e seus trabalhadores, com reflexos diretos para os trabalhadores do Sistema Petrobrás, a FUP deverá protocolar a pauta de reivindicações aprovada neste IV Congresso e na VI Plenafup, exigir o seu cumprimento, afirmar que, em relação a essa pauta, não caberá negociação e sim, apenas, a sua implementação e, ao final deverá estabelecer prazo para a resposta da empresa e suas subsidiárias.

Desta forma, seguindo orientação da Direção da FUP, estamos propondo, para aprovação deste Congresso a seguinte Pauta de Reivindicações:

Cláusula 1ª - REAJUSTE SALARIAL

As tabelas salariais vigente no atual ACT 2015/2017 serão reajustadas pelas Companhias de acordo com a inflação apurada pelo Índice do Custo de Vida – ICV do DIEESE.

Parágrafo único: Se a cisão do Plano Petros - PP1 não for aprovada pelo órgão fiscalizador da previdência complementar, as tabelas salariais praticadas pelas Companhias serão reajustadas de acordo com a inflação apurada pelo IPCA do IBGE.

Cláusula 2ª – AUMENTO REAL

As tabelas salariais vigentes no atual ACT 2015/2017, após a correção prevista na cláusula anterior, serão reajustadas pelas Companhias em 5,0%.

Parágrafo único - Se a cisão do Plano Petros - PP1 não for aprovada pelo órgão fiscalizador da previdência complementar, as tabelas salariais praticadas pelas companhias não terão o reajuste previsto no caput.

Cláusula 3ª – PISO SALARIAL

Reajuste no valor do piso praticado pelas Companhias, de acordo com as correções previstas nas cláusulas primeira e segunda desta pauta.

Parágrafo único: Se a cisão do Plano Petros - PP1 não for aprovada pelo órgão fiscalizador da previdência complementar, o piso salarial praticado pelas companhias serão reajustadas, somente, de acordo com a inflação apurada pelo IPCA do IBGE.

Cláusula 4ª – AUXÍLIO ALMOÇO

Reajuste do atual valor praticado pelas Companhias, de acordo com a inflação apurada pelo índice Alimentação Fora de Casa, medido pelo DIEESE.

Cláusula 5ª – GRATIFICAÇÃO DE CAMPO TERRESTRE DE PRODUÇÃO

Reajuste no valor da gratificação praticado pelas Companhias, de acordo com as correções previstas nas cláusulas primeira e segunda desta pauta.

Cláusula 6ª – ADICIONAL DE PERMANÊNCIA NO ESTADO DO AMAZONAS.

Reajuste no valor do adicional praticado pelas Companhias, de acordo com as correções previstas nas cláusulas primeira e segunda desta pauta.

Cláusula 7ª – BENEFÍCIOS EDUCACIONAIS E PROGRAMA JOVEM UNIVERSITÁRIO

Reajuste no valor dos benefícios reembolsados pelas Companhias, de acordo com as correções previstas nas cláusulas primeira e segunda desta pauta.

Cláusula 8ª – CONTRIBUIÇÃO GRANDE RISCO DA AMS E BENEFÍCIO FARMÁCIA.

Reajuste deverá ser limitado ao índice de inflação apurado pelo IPCA do IBGE

Somos todos petroleiros - direitos iguais

Observando a complexidade que envolve o setor Petróleo, a necessidade de intervenção das mais diversas áreas de atuação profissional, desde técnicos a profissionais liberais, de auxiliares a consultores, dos diversos níveis educacionais, das mais diversas empresas contratadas pelo Sistema Petrobrás, percebemos uma grande diferença e defasagem nas remunerações entre os trabalhadores próprios e trabalhadores prestadores de serviços, com mesmas funções, mesmas atividades, mesmas especialidades, muitas vezes no mesmo local de trabalho, entre diversas outras similaridades com os primeiros. Desta forma propomos:

- a. Remuneração igual a todos os trabalhadores próprios e terceirizados por profissão, função;
- b. Benefícios sociais iguais entre trabalhadores próprios e terceirizados;
- Atendimento das cláusulas do ACT Sistema Petrobrás por todas as empresas contratadas pela Petrobrás;
- d. Apresentação da mesma proposta de ACT a todas as empresas do Sistema Petrobrás, objetivando equalizar as remunerações e direitos a todos os petroleiros;
- e. Apresentação as proponentes a realização de contratos com a Petrobrás das condições salariais e benefícios (ACT PETROBRÁS) realizados aos trabalhadores para que todas possam compor seus preços tendo como base as garantias previstas no ACT Petrobrás;
- f. CCT Setor Petróleo, onde iríamos negociar, unificadamente, mesma data base, com todas as empresas do Sistema Petrobrás e Contratadas as condições para os trabalhadores do setor.

Conjuntura no Setor Privado

Os impactos das atividades petrolíferas no contexto regional e nacional, são ainda pouco estudados e com a quebra do monopólio estatal do petróleo, em 1997, seguindo diretrizes do Consenso de Washington, ocorreram profundas mudanças através das novas formas de regulação que vêm reconfigurando o setor, principalmente nas relações trabalhistas.

O setor de extração e produção de petróleo e gás natural representa hoje, em off-shore, uma das áreas mais dinâmicas da economia nacional. Os Estados do Rio de , Janeiro, São Paulo, na Bacia de Santos, e o Espírito Santo, desfruta de uma situação privilegiada, pois os campos da plataforma continental da Bacia de Campos, juntamente com as bacias do pre-sal, concentram cerca de 80% da atual produção brasileira (As Bacias de Santos e Espírito Santo, com o advento do pré-sal, ganharam importância no cenário nacional petrolífero, com produção de 1 milhão de barris diários, números jamais alcançados pelos países produtores em águas profundas em poucos anos.

Por outro lado, na extração e produção de petróleo em terra (on-shore), temos alguma dispersão maior pelo Brasil, principalmente nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Espírito Santo e o Estado do Amazonas (O vale do Jequitinhonha mineiro aponta num cenário futuro com uma nova fronteira de exploração e produção terrestre de gás natural).

Nessas regiões/Estados, apesar dos impactos da operação lava-jato, concentração de investimento em águas profundas, entre outros fatores, temos ainda uma forte presença de empresas privadas do setor petróleo, contratadas pela Petrobras para atuar em diversas atividades, embora amargando um cenário de recrudecimento. Os trabalhadores nestas áreas tem sofrido bastante com essa retração de postos de trabalho.

Os impactos dessa mudança causaram uma redução imediata de 15.500 postos de trabalho e redução de royaltyes em função da queda de produção. A FUP possui ACT com duas dezenas dessas empresas e tem mobilizado trabalhadores e autoridades no sentido de reverter essa condição, exigindo da Petrobrás e Governo Federal, investimentos para estas regiões, principalmente por entender que existem fronteiras importantíssimas de petróleo a serem exploradas, dando um novo impulso nesses Estados, gerando oportunidades para os trabalhadoras e trabalhadores que alí convivem.

Todos estes Estados citados estão ameaçados de perder a presença da Petrobrás como indutora de desenvolvimento na exploração e produção dos campos terrestres por causa da investida de empresários e políticos descompromissados com os interesses do povo brasileiro e tentam incluir modificações em projetos que devolvem estes Campos para a ANP, entregando-os para a iniciativa privada. A Petrobrás, apóes reunião do seu Conselho de Administração, já anunciou a venda dos referidos Campos.

A FUP e os sindicatos filiados travam também uma intensa batalha na tentativa de reverter o processo da entrega dessas reservas terrestres, promovendo manifestações nas ruas e avenidas, debates nas Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, Câmara e Senado Federal, campanhas nas TVs, rádios e outdoors entre outras ações e assim impedir mais uma investida dos neoliberais ao patrimônio nacional

Com o avanço da direita no País, na última eleção, foi alterada a correlação das forças progressistas no Congresso Nacional. A Presidenta Dilma, empossada em janeiro de 2015, foi afastada por 180 dias para que o ipeacheament, em função de um golpe promovido pela mídia, pelos políticos de direita e ultra-direita, entre outros grupos que foram, principalmente financiados pelo capital internacional, visando o nosso pre-sal, estimado em 300 bilhões de barris de petróleo. É neste cenário que se discute vários projetos que apontam para a modificação do modelo de exploração do gigante campo marítimo, que vai da costa de Santa Catarina até a costa do Espírito Santo. A sociedade tem que se mobilizar para garantir a Soberania Nacional, impedindo que os entreguistas cumpram o seu papel.

Convém ressaltar que a estrutura produtiva na época do monopólio da Petrobrás na exploração e prospecção do petróleo cuja atividade laboral é ainda regida pela Lei nº 5811/72, foi totalmente modificada, uma vez que houve um choque das praticas costumeiras das diversas companhias de petróleo e prestadoras de serviços estrangeiras com as nossas normas constitucionais e infra-constitucionais.

Com o advento da terceirização de diversos serviços nesta atividade, principalmente durante o governo Fernando Henrique, a própria Petrobrás visando cortar seus custos operacionais, impôs uma série de restrições aos contratos firmados com essas empresas restringindo direitos conquistados pelos trabalhadores junto a própria Petrobrás, como é o caso da jornada de 14 dias de trabalhoX21 dias folgas, onde nos atuais contratos firmados com as operadoras e prestadoras tem-se exigido que os seus empregados façam 14 dias de trabalho X 14 dias de folga, gerando um retrocesso perigoso para toda a categoria petroleira, onde além de não pagar uma série de benefícios que foram conquistados a duras penas pelos diversos Sindicatos Petroleiros e pela Federação, cria situações que visam única e exclusivamente restringir e suprimir os frutos de nossas conquistas ao longo dos anos, criando um novo pacto laboral que pode ser a nova realidade para toda a categoria petroleira.

A luta e organização dos trabalhadores.

A Federação Única dos Petroleiros e sindicatos filiados tem acumulado lutas e discussões sobre a terceirização na Petrobras, onde esse processo vem sendo utilizado nas atividades da empresa inclusive em atividades fins.

Um dos principais reflexos da terceirização é a ausência de representatividade sindical. Os trabalhadores são impedidos de se organizarem em sindicatos e em CIPAs para reivindicarem seus direitos e discutirem sobre seu ambiente de trabalho e segurança. Alguns que se aventuram são ameaçados em demissão. Existem vários ramos de atividade em que empresas contratadas atuam. Aquelas que têm o foco em atividades fins e que são representadas pelos sindicatos filiados a FUP conseguem melhorar sua realidade, pois em função da luta organizada pela Federação Única dos Petroleiros, que com a construção de greves nacionais históricas, como a de 34 dias na Sotep, greve de parada de produção em plataformas marítimas da Perbras, conseguem ganhos reais, pacotes de benefícios diferenciados, além de conquistas como PCAC, PLR, entre outras.

No caso da imensa maioria das empresas terceirizadas para as atividades meios ou ainda os contratos temporários, a FUP e sindicatos estão dialogando com algumas dessas representações, organizando esses setores para buscarem alternativas que revertam a precarização dos salários e das condições de trabalho desses atores anônimos que contribuíram de forma decisiva, ao lado dos trabalhadores primeirizados, para que o pais alcançasse a auto-suficiência energética.

Juntamente com a CUT nacional SÃO organizado nacionalmente, movimentos paredistas que possam chamar a atenção da Petrobrás para a desigualdade social existente nas suas dependências, a exemplo do que ocorreu no Sindipeptro PR/SC onde juntamente com a CUT estadual organizaram uma mobilização vitoriosa dos trabalhadores terceirizados durante uma parada geral da Repar.

Para agravar ainda mais a situação dos trabalhadores terceirizados, o PL4330 está sendo objeto de intensos debates no Congresso Nacional, tendo sido postergado sua votação, em função de seu conteúdo bastante agressivo à classe trabalhadora. O mesmo entrou em pauta na CÂMARA NO ANO DE 2004.

Assim Sucederam-se vários enfrentamentos em Brasília, conduzidos pela CUT e FUP, cuja pressão fez recuar os setores empresariais, representados pelos neoliberais eleitos, mas apesar de congelado por alguns anos, foi desarquivado pelo Ex-presidente da Câmara, o DEP. Eduardo Cunha, no início do seu mandato O principal motivo apontado pelos trabalhadores foi o enfraquecimento da esquerda no no cenário político nacional, devido a forte pressão midiática, promovendo um desequilíbrio das forças presentes na Câmara dos Deputados.

Na época, Eduardo Cunha, de forma recordista, fez tramitar o PL, evitando a presença de trabalhadores nas galerias e auditórios, reeditando os tempos da ditadura militar. Dentre os pontos mais conflitantes, destacam-se o conceito da atividade fim, responsabilidade, solidária, representação sindical, igualdade de direitos e pejotização da pessoa humana, uma reedição da emenda 3, que torna o trabalhador numa pessoa jurídica, retirando dele o FGTS, Férias, seguro desemprego,, décimo terceiro, entre outros prejuizos.

Atualmente esse projeto tramita no Senado, como o PLC 30, de onde se esperava uma tramitação normal, passando por todas as Comissões. Em meados do mês de maio do ano passado, houve audiência pública convocada pelo Senador Paulo Paim, com auditório lotado, e tratameto diferente do ocorrido na Câmara, onde o ilustre Senador orientou a polícia do Senado a abrir as portas do espaço para as trabalhadoras e trabalhadores.

Recentemente, após o afastamento da Presidenta Dilma, os representantes dos empresários no Senado, querem queimar etapas e acelerar, aproveitando a fragilidade dos partidos de esquerda e aliados, para aprovarem o projeto que devastará as conquistas históricas das trabalhadoras e trabalhadores. A CUT, CTB, entre outras centrais, FUPe seus sindicatos filiados, juntamente com diversas entidades classistas, estão atentas para as movimentações no Congresso Nacional, mantendo equipes em Brasília afim de acompanhar o processo, buscando apoio com parlamentaresaliados, além de favorecer condições para respostas imediatas aos ataques neoliberais

3.1. Regimes de Trabalho da Lei nº 5811/72.

A lei 5811/72 que dispõe sobre o regimes de trabalho dos empregados nas atividades de 7: exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos, conforme os seus dispositivos, são os seguintes:

3.1.1- Regime de Revezamento de Turno: Nas atividades de exploração, perfuração ou transferência de petróleo no mar ou em áreas terrestres de difícil acesso, para garantir a normalidade das operações e atender os imperativos da segurança industrial, não tendo garantida a sua hora de repouso e de alimentação, garantindo a sua disponibilidade no local de trabalho ou nas suas proximidades, o empregado exercerá suas atribuições em regime de turno de revezamento, fazendo jus ao adicional noturno e o pagamento em dobro da hora repouso e alimentação suprimido. Podendo exercer tal atividade em jornada de 8 ou 12 horas.

3.1.2-Regime de Sobreaviso: Consoante o parágrafo único do artigo 5° da lei supramencionada, entende-se por regime de sobreaviso aquele em que o empregado permanece à disposição do empregador ou tomador de serviços por um período de 24 horas, para prestar assistência aos trabalhos normais ou atender as necessidades ocasionais do serviço.

A prática mostrou que muitas vezes existia previsão de um trabalho a ser desenvolvido sem que pudesse fixar a hora do início ou do fim. Devido às típicas situações sob as quais desenvolvesse o trabalho era necessário que o empregado permanecesse próximo ao local até ser chamado para trabalhar. Mas se garante nesse regime de trabalho a hora repouso e alimentação, pagando 20% de adicional de sobreaviso sobre o salário básico para compensar a eventualidade do trabalho noturno ou a variação de horário para repouso e alimentação.

Infelizmente, a Lei precisa ser revista , uma vez que a mesma da 20% para compensar o eventual trabalho noturno, mas esquece que muitas vezes os trabalhadores de sobreaviso também não podem descansar ou se alimentar no meio da operação, restringindo o seu repouso alimentação. Tal constatação precisar ser dirimida nas negociações coletivas de trabalho ou revistas na própria lei 5811/72, para buscar um percentual mais digno como o alcançado pela categoria na Petrobrás.

3.2.Comportamento das Empresas no Setor Privado frente aos trabalhadores e a representação sindical Fupista na defesa dos interesses da categoria.

Atualmente nos Acordos Coletivos em que a FUP negocia, através de seu coletivo do Setor Privado, com o auxílio de sua assessoria jurídica com algumas empresas desse setor", vêm se deparando com de uma série de questões:

3.3. Estabilidades Provisórias:

As empresas vêm criando dificuldades nas negociações e sistematicamente desrespeitam as estabilidades provisórias de seus empregados, previstas em nosso ordenamento jurídico, descumprindo a legislação trabalhista e o ordenamento constitucional vigente no que concerne, principalmente, as estabilidades provisórias dos membros da CIPA e os acidentados.

Outra questão, objeto de discussão junto às empresas do Setor Privado, em negociações coletivas, é a estabilidade do delegado sindical. O delegado sindical seria um desdobramento lógico do artigo 543 § 3° da CLT e artigo 8°, inciso VIII da Constituição Federal.

Várias empresas, por não querem mais um fiscal, e ainda por cima com estabilidade em suas dependência rechaçam essa idéia veementemente nas mesas de negociações, embora tenhamos alçando resultados nesse sentido na BJ Services e com excelentes resultados para a categoria do ponto de vista de representação e no acompanhamento junto ao Sindicato dos Acordos Coletivos firmados com essa empresa.

3.4.Regime Misto

Dada a peculiaridade da atividade, principalmente das prestadoras de serviços, onde nem sempre, na realização de determinados serviços junto às plataformas ou em áreas de difícil acesso, se cumpre o total de horas mensais (THM) as serem laboradas pelos seus empregados.

Ocorre é que de uns tempos para cá, os trabalhadores estão sendo submetidos a uma jornada de trabalho misto, atuando nessas áreas sob o regimes de trabalho da lei 5811/72 (que regula a atividade dos petroleiros) e quando estão trabalhando nas dependências das empresas para cumprir o resto da jornada onde o THM é maior(o do regime administrativo celetista), o mesmo é usado como padrão para efeito de pagamento ou compensação das horas extras, prejudicando os trabalhadores que não percebem as horas que ultrapassam o THM da sua atividade preponderante ou contratual, mas sim do outro regime.

3.5. Folgas Negativas:

A prática realizada pela Petrobrás quanto ao computo de folgas justificadas ou aqueles que ocorreram por culpa do empregador por motivos operacionais ou por questões de caso fortuito ou de força maior que impossibilitaram o embarque do empregado que se encontrava na área operacional, no próprio local de embarque, deixando seu lar e família para estar à disposição da empresa é tido como folga negativa.

Trata-se de um sistema nefasto de compensação de horas trabalhadas que prejudica em muito os trabalhadores. Tal prática está sendo objeto de proposta das empresas do setor privado visando retirar injustamente uma parte significativa da remuneração dos mesmos.

Não podemos compactuar com essa prática, onde há um desrespeito gravíssimo a norma trabalhista que trata desta folgas justificadas, não devendo ser objeto de desconto na remuneração dos trabalhadores sobre os dias em que os empregados se encontram a disposição da empresa.

SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM

CONJUNTURA NACIONAL

- 1. Tempos difíceis para a classe trabalhadora brasileira, uma crise política e econômica no país faz a população se sentir desnorteada e temerosa do que está por vir. O modelo de governabilidade aplicado pelo PT por meio de alianças com a burguesia, empresários e setores mais conservadores da sociedade acaba de ruir e os estilhaços caem sobre nós com a articulação destes setores para retomar o poder de frente, por meio de um processo de impeachment conduzido por um congresso corrupto e conservador. O governo Dilma, por mais que tentasse nos últimos tempos, já não conseguia aplicar a política que contemplasse estes setores, que então, iniciaram uma disputa dentro da estrutura burguesa; esta disputa se deu com o auxílio da grande mídia e com a conivência do poder judiciário. Com um discurso de combate a corrupção, baseado em escândalos que membros do PT se envolveram, as bancadas BBB (Boi, Bala e Bíblia) e os partidos de direita conseguiram afastar Dilma do governo por 180 dias. Nota-se que estes políticos que encabeçaram toda a conspiração, estão sendo acusados dos mesmos crimes que alegam ser argumentos para a saída do PT.
- 2. Não se pode negar que o governo Dilma principalmente nos últimos tempos implementou diversos ataques a classe trabalhadora: ajuste fiscal, restrição ao seguro-desemprego, abono/PIS, aprofundou às privatizações, aprovou a lei antiterrorismo que criminaliza os movimentos sociais, iniciou o processo de desmonte da Petrobras, abriu espaço para o avanço do conservadorismo na sociedade recuando em diversas pautas para atender os interesses da bancada BBB, o aumento da inflação e do desemprego. Aliado aos escândalos essa situação levou ao governo perder popularidade.
- 3. Ao longo dos 13 anos de mandato do PT lideranças sindicais e de movimentos sociais ligadas ao governo, atuaram para conter suas respectivas bases em nome da "governabilidade", na prática estas estruturas burocratizadas dos sindicatos e dos movimentos serviram para conter a classe trabalhadora e desarmá-la politicamente. Isso fez muito falta agora. O processo de impeachment teve resistência da militância de esquerda, de parte da classe artística, intelectuais, estudantes, Sem-terras, Sem-tetos e outras organizações de esquerda, mas isso não foi suficiente para barrar o processo, demonstrando o grande erro que foi essa politica de blindar o governo e desmobilizar a classe trabalhadora.
- 4. Com a instalação do governo Temer os ataques a classe trabalhadora em geral serão intensificados e em particular as conquistas de direitos das mulheres, de negrxs, das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, pequenos agricultores etc). Os apoiadores de Temer tentam avançar na influência da igreja no Estado, aumentando a intolerância e o ódio as religiões de matriz africana e a diversidade sexual.

SINDICALISMO

- Durante a crise do governo Dilma, o sindicalismo Cutista, optou por fazer a 1. disputa por cima se limitando praticamente em marcar reuniões com políticos em Brasília, pouco se discutiu com a base as causas desta crise e a importância e o protagonismo do conjunto dos trabalhadores no enfrentamento aos ataques. Mesmo em uma situação extrema como essa as ferramentas históricas de luta não foram colocadas em prática para mobilizar o conjunto dos trabalhadores. Continuamos a perceber o mesmo cenário de derrota da base para a burocratização do sindicalismo, sem nenhuma autoavaliação ou avaliação de um governo que contribuiu decisivamente para o cenário econômico e político que está posto.
- Mais do que nunca, o movimento sindical, combativo e de esquerda tem a grande tarefa de despertar o interesse coletivo da categoria de discutir as políticas do sindicato, essa discussão precisa sair da sede do sindicato e ganhar as ruas e o chão de fábrica. Para combater a burocratização devemos implantar o rodízio de liberações sindicais. Não podemos ter o mesmo dirigente sindical como principal figura do sindicato por anos precisamos renovar nossos dirigentes sindicais. Precisamos defender e pôr em prática a real autonomia dos sindicatos em relação aos partidos, governos, patrões e forças políticas. As decisões não podem ser tomadas em reuniões do partido ou órgãos de goerno, mas sim nos espaços legítimos da categoria. Está na hora de gritarmos "Por uma nova cultura no Movimento Sindical": esse é nosso papel. Para a implantação desta nova cultura no movimento sindical além da desburocratização, é preciso urgentemente que o movimento sindical priorize o combate do machismo, racismo e homofobia no seu meio. Discussões acerca destes temas devem ser centrais e não colocado na periferia para ser tratado apenas pela secretaria de gênero e combate ao racismo. O conjunto da direção sindical deve tomar para si essa pauta e reconhecer que sem a interiorização dela não é possível qualquer avanço real nos direitos dos trabalhadores.
- As direções sindicais passaram recentemente a realizar encontro de mulheres 3. o que deve tornar-se uma prática constante nos movimentos sindicais, mas o debate sobre o LGBT, continua sendo tratado como um tabu pelos sindicalistas. Devemos realizar debates sobre o tema LGBT e levar a prática de implantar creches também nas reuniões de direção, viabilizando a participação das companheiras.
- Existe uma burocratização nas direções sindicais, dificuldade (ou falta de vontade) em levar para as bases as discussões do movimento sindical e as direções carecem de autonomia frente aos partidos, governos e patrões. O modo como a FUP e a atual direção do SINDIPETRO-BA conduziu a última greve foi um claro exemplo disso, radicalizar na democracia operária é central nesse momento para mobilizarmos as trabalhadoras e trabalhadores. Isso significa convidar as trabalhadoras e trabalhadores a fazer os piquetes e constituir as Organizações por Local de Trabalho (OLT's) escolhidas e formadas pela base.

PETROBRAS

- O projeto de privatização da Petrobras está posto e avançando diariamente, junto com ele, vemos a precarização nas relações de trabalho, demissões em massa de terceirizados, sucateamento e desvalorização de temas ligados a saúde, meio ambiente, segurança e responsabilidade social. Com os PIDV's implantados, vemos a superexploração de empregados próprios e terceirizados que devido a saída de colegas, são obrigados a acumular atividades de duas ou mais pessoas.
- A ideia de a Petrobras ser uma empresa de energia entrando na vanguarda 2. das petrolíferas e investindo em outras fontes renováveis está sendo abandonada. O que vemos hoje é o foco no pré-sal para um lucro imediato sem qualquer preocupação estratégica ou ambiental. A venda da Petrobras para corporações internacionais não só é um erro grave como coloca o Brasil em situação vulnerável diante do mundo.
- Defender a Petrobras significa a defesa de uma empresa integrada de energia 3. que seja ferramenta para o avanço social e tecnológico do país. E essa defesa deve ser feita pelo conjunto da sociedade, mas para que a sociedade assuma essa tarefa a categoria petroleira precisa dá uma sinalização que estamos dispostos a ir pra essa batalha. A sinalização dada na última greve foi um péssimo sinal, a atual direção sindical ignorou a vontade de luta da categoria e encerrou a greve sem nenhum compromisso referente a paralisação do desmonte da PETROBRAS.
- Diante dos ataques que virão do governo Temer é fundamental armar a classe 4. trabalhadora, em nosso caso isso é para ontem, pois o desmonte da empresa está seguindo em estágio avançado. A direção da Petrobras já declarou guerra a categoria quando continuou os desinvestimentos, quando anunciou a venda de poços terrestres, quando extingue setores inteiros. Precisamos urgentemente retomar as mobilizações e irmos a guerra, somente assim impediremos o desmonte da Petrobras, isso nos exige audácia e coragem. Por isso dizemos: SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM

Luta contra a venda dos ativos do Sistema Petrobrás- Defesa dos campos terrestres

Vendas dos ativos - O plano dedesinvestimento da Petrobrás previsto para 2016 é de US\$ 14 bilhões. Sendo que destes prevê a venda de diversos Campos de produção terrestres na Bahia, Espírito Santo, Sergipe, Rio Grande do Norte e com expectativa de contabilizar US\$ 200 milhões!

O Sindipetro-Ba deverá implementar campanha de luta contra a venda dos Campos Terrestres.

Sindicato é pra lutar! Principalmente em defesa da democracia no Brasil!

Estamos vivendo um momento muito grave e histórico em nosso país. Mais uma vez, a elite econômica brasileira, a exemplo dos Governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e João Goulart, inconformada com os avanços sociais e econômicos da população mais pobre do nosso país e com uma parcial, mas importante, redistribuição de renda em favor desse segmento, conspira, organiza e aplica um golpe na democracia do nosso país.

Da mesma forma que nos golpes anteriores, bem sucedido, no Governo João Goulart, adiado no Governo Getúlio Vargas, devido ao seu sacrifício pessoal, que o levou ao suicídio e fracassado, no Governo JK, após várias tentativas de atentados frustrados, no Governo JK, essas mesmas elites utilizaram o mesmo receituário, ou seja, denúncias contra corrupção e contaram com os mesmos apoios, na sua elaboração e execução: o governo americano, a grande mídia, e os segmentos conservadores das igrejas, das forças armadas e da sociedade, principalmente da classe média alta.

No atual golpe que afastou, temporariamente e, provavelmente, em definitivo, a presidente Dilma, apenas as forças armadas, pelo menos temporariamente, tem mantido o seu institucional e não tem participado ou apoiado esse atentado contra a democracia do nosso país.

Outra característica importante desse golpe, a exemplo do que ocorreu em Honduras e no Paraguai, o golpe foi dado através das próprias instituições do país, principalmente, pela ação e ou omissão do poder Judiciário, e de outros órgãos do Estado, a exemplo do Ministério Público e a Polícia Federal.

Em todas essas instituições, seus membros, na sua grande maioria, tem uma visão ideológica conservadora, decorrente de várias décadas de uma educação elitizada que propiciou, que essa mesma elite, que se sente ameaçada pelos avanços sociais e econômicos da maioria pobre do nosso país, ocupasse esses espaços. Até mesmo a minoria, cuja origem é mais humilde, acaba sendo influenciada por essa maioria, fazendo com que pensem da mesma forma ou, se omitam a fazer qualquer tipo de enfrentamento, para não serem retaliados dentro dessas mesmas instituições.

Outra similaridade que constatamos na arquitetura desse golpe, foi a falsa mobilização social, impulsionada pelas mídias sociais, que fizeram e fomentaram mobilizações de rua, a exemplo do que ocorreu na primavera árabe, em Hong Kong e no Brasil, no movimento contra a realização da Copa do Mundo, onde alguns analistas, inclusive da esquerda brasileira e mundial, chegaram a acreditar que seriam manifestações espontâneas da sociedade civil organizada, mas hoje, percebem que, na realidade, esses movimentos foram oriundos, principalmente, através da ação, bem articulada, do governo americano, que utilizou seus órgãos de inteligência (CIA, NSA, etc), para fomentar, assessorar, instrumentalizar e financiar esses movimentos, com o apoio e parceria de partidos conservadores (PSDB, DEM, PPS e outros), das elites locais, principalmente, empresariais (FIESP), de cada um desses países.

Outro equivoco da esquerda no Brasil, principalmente do Partido dos Trabalhadores – PT, além da sua histórica falta de unidade, foi não ter priorizado a disputa institucional no parlamento e no Executivo não ter implementado, a mais importante de todas as reformas: a reforma política, além da democratização dos meios de comunicação.

Esse grave erro político, levou a eleição do mais conservador de todos os Congressos da nossa recente democracia. Esse Congresso, composto por mais de 30 partidos políticos, é uma ameaça as conquistas históricas dos trabalhadores e da sociedade brasileira, Aliado ao governo golpista de Michel Temer, esse Congresso poderá promover um retrocesso histórico anterior a introdução da CLT no Brasil.

Além disso, mesmo com o afastamento temporário da presidente Dilma, o governo golpista de Temer, em poucas semanas, vem desmontando toda a estrutura do governo legitimamente eleito pelo povo brasileiro, promovendo retrocessos em todas as áreas e anunciando medidas altamente impopulares, demonstrando que os golpistas e seus apoiadores tem pressa para executar seus planos e cumprir seus compromissos com aqueles segmentos que apoiaram e financiaram o golpe.

Após essa breve análise, nossa conclusão é que só restou ao movimento sindical e social uma saída e um espaço para se contrapor ao golpe e resistir a todas essas medidas e ao esse retrocesso nos direitos das trabalhadores e da sociedade brasileira: a mobilização nas ruas.

Desta forma, nosso Sindicato, um dos maiores do estado da Bahia e dos Sindicatos de petroleiros do país, não pode se omitir, de forma alguma, nesse grave momento da história do nosso país e, por isso, tem que se protagonista nessa luta em defesa da democracia. Sindicato é pra lutar! Principalmente em defesa da democracia no Brasil!

Para isso, propomos:

- A direção do Sindipetro-BA deve formar um Comitê em defesa da democracia
- O Comitê deverá ser aberto para toda a sociedade civil organizada e os movimentos sociais e será supra partidário.
- O lançamento desse Comitê deverá ser um grande evento, com ampla divulgação para toda a sociedade baiana.
- O Comitê deverá ter orçamento próprio aprovado pela direção do Sindipetro-BA
- Os membros do Comitê serão definidos pela direção do Sindipetro-BA, levando em consideração e proporcionando a participação das forças políticas que se organizam na categoria e demais membros da categoria petroleira .
- A sua composição poderá ser ampliada, com a participação da CUT, CTB, Sindicatos filiados e organizações sociais

- As atividades do Comitê serão definidas em suas reuniões e com seus membros
- O Comitê deverá priorizar as atividades programadas e indicadas conjuntamente pela Frente Brasil Popular e Povo Sem medo
- A direção do Sindipetro-BA deverá priorizar a sua participação nas atividades programadas pelo Comitê

Se não nos organizarmos para barrar mais esse golpe das elites brasileiras, apoiado pelo império estadudinense, iremos amargar imensos prejuízos e retrocessos nos direitos e conquistas da classe trabalhadora e do povo brasileiro. A história e as novas gerações do nosso país não perdoarão a nossa omissão.

- Implementar um desconto extraordinário de 0,5% para todos os trabalhadores da ativa representados pelo Sindipetro-BA, incluindo os aposentados e pensionistas associados para custear as atividades do Comitê e do Sindipetro-BA contra o golpe e em defesa da democracia no Brasil.
- -O recurso advindo do desconto acima descrito será alocado em conta bancária exclusiva para esse fim.
- Implementar novos descontos extraordinários de 0,5%, somente após a prestação de contas periódica do Comitê e do Sindipetro-BA, relativa ao desconto anterior realizado, para toda a categoria, através dos seus informativos
- Referendar a decisão congressual de descontos extraordinários em Assembléias Gerais Extraordinárias – AGE's, com varias seções, em todas as empresas, unidades, imóveis e cidades dos três segmentos da categoria petroleira na Bahia (ativos do Sistema Petrobrás e das empresas privadas, aposentados e pensionistas).

TESE SINDICALISMO

Não negociaremos com governo golpista. Não iremos reconhecer um governo ilegítimo e ilegal

Após o afastamento da presidente Dilma, o governo golpista de Michel Temer em poucas semanas, vem desmontando toda a estrutura do governo legitimamente eleito pelo povo brasileiro, promovendo retrocessos em todas as áreas e anunciando medidas altamente impopulares, demonstrando que os golpistas e seus apoiadores têm pressa para executar seus planos e cumprir seus compromissos com aqueles segmentos que apoiaram e financiaram o golpe.

Nesse sentido, o governo Temer já anunciou a sua intenção de modificar, através do Congresso mais conservador da história da nova república, a atual legislação que determina a forma de exploração das bilionárias reservas do Pré-Sal e da aplicação dos recursos oriundos da produção dessas trilionárias reservas, em dólar.

Dessa forma, com a continuidade desse governo golpista, estão seriamente ameaçados o regime de partilha, as garantias da Petrobrás como única empresa operadora e de participação acionária mínima, de 30%, nos Consórcios para a exploração de qualquer bloco da camada do Pré-Sal, assim como, a implantação, a formação e a existência de um Fundo, com os recursos oriundos dos royaltes dessa mesma exploração e a destinação exclusiva desse Fundo para custear a educação e a saúde do Brasil,

Para atingir esses objetivos, é fundamental para o governo golpista de Michel Temer, ter na Petrobrás um presidente neoliberal que colabore com a entrega desses blocos exploratórios às empresas estrangeiras, que tem recursos sobrando para investir nessas reservas, auferindo altos lucros, para seus acionistas e se apoderando dessa que é a maior reserva petrolífera descoberta no mundo, nos últimos 30 anos. Para isso, basta que a Petrobrás não participe dos futuros leilões, seja na camada do Pré-Sal, seja nas demais áreas, alegando problemas financeiros e ou, participando de maneira tímida, seja qual for o regime vigente de exploração (partilha ou concessão).

Além disso, o novo presidente teria a missão de preparar a Petrobrás para a privatização, aproveitando o atual momento político e econômico, financeiro e institucional que a empresa atravessa: alto endividamento, baixa autoestima dos seus empregados, a paralisação de obras importantes e o desgaste da imagem junto a opinião pública, devido à operação Lava Jato, as investigações do Ministério Público e Polícia Federal, o vazamento seletivo e antecipado de suas informações e ações, para a grande imprensa que forma o PIG – Partido da Imprensa Golpista e uma campanha midiática constante e difamatória contra a Petrobrás e suas Subsidiárias.

Importante registrar, que a atual direção da Petrobrás e seu Conselho de Administração - CA, equivocadamente ou conscientemente, já "pavimentaram o caminho" e facilitaram a tarefa do futuro presidente entreguista da empresa, ao anunciar a necessidade da venda de seus ativos (privatização) para resolver o problema de endividamento da empresa e aprovar a venda dos campos terrestres de produção, ou seja, venda dos direitos de exploração desses campos, a venda da Gaspetro, de parte do controle acionário da BR Distribuidora, das Fábricas de Fertilizantes, das Termelétricas, da Transpetro, entre outros ativos, mantendo, concentrando e priorizando, apenas, suas atividades na exploração marítima, principalmente no Pré-Sal

Para realizar essa tarefa, facilitada pela atual direção da Petrobrás e o seu CA, o governo golpista de Michel Temer indicou Pedro Parente para a presidência da Petrobrás. Além de neoliberal convicto, Parente é economista ortodoxo, da mesma escola de Pedro Malan, fez parte da sua equipe econômica, foi ministro da casa Civil do governo FHC e Secretário Especial para gerenciamento da crise energética, mais conhecido como ministro do Apagão. Tucano de carteirinha, a frente dessa Secretaria, utilizou a Petrobrás para repassar recursos para as Termoelétricas e seus acionistas privados, causando um

prejuízo de mais de um R\$ 1,0 bilhão de reais à Petrobrás. Essa sangria, só não foi maior, porque a nova direção da Petrobrás, durante o primeiro mandato do governo Lula, reviu os contratos assinados por Pedro Parente com essas Termoelétricas, negociou e adquiriu essas empresas, por um valor inferior ao que a Petrobrás repassaria para essas empresas, de acordo com esses mesmos contratos.

Após a sua posse na presidência da empresa, Pedro Parente irá definir a composição da nova direção da Petrobrás e da Petros, já que todos os diretores da nossa fundação são indicados pela direção da Petrobrás, patrocinadora e instituidora da Petros. Em seguida, o novo diretor Corporativo da Petrobrás, indicado ou reconduzido. Esse diretor irá nomear ou reconduzir o novo gerente executivo do RH Corporativo que irá implementar uma nova política de RH, para a empresa e suas Subsidiárias. Essa política será definida pela nova direção da Petrobrás.

Portanto, quando isso ocorrer, qual deverá ser o posicionamento e o comportamento da FUP e seus Sindicatos filiados? Negociar com o novo RH-Corporativo? Cobrar apenas o cumprimento do atual Acordo Coletivo? Não negociará qualquer outra questão, mesmo que seja do interesse do trabalhador?

Esse é um dilema que as direções sindicais deverão enfrentar e discutir com a categoria. Se por um lado negociar com um governo golpista e com seus representantes na Petrobrás / Subsidiárias é legitimar um governo golpista e ilegal, por outro lado, não negociar impedir qualquer possível avanço para os trabalhadores do Sistema Petrobrás, incluindo seus aposentados e pensionistas.

Entendemos que durante a continuidade desse governo golpista não haverá possibilidade de qualquer avanço nas conquistas dos trabalhadores, mas, somente, retrocesso e supressão de direitos, além do risco de demissões, portanto, o momento é de resistência.

Desta forma, entendemos que a FUP e seus Sindicatos filiados não devem negociar com a Petrobrás e suas Subisidiárias, mas, apenas, cobrar o cumprimento do atual Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2017. Por isso propomos:

- Não participar de qualquer negociação com os representantes da Petrobrás do governo golpista de Michel Temer, até a conclusão do processo de Impeachment da presidente Dilma Rousseff.
- A direção da FUP deverá estar presente somente nas reuniões das Comissões previstas no atual ACT, para não caracterizar judicialmente o seu descumprimento pelas entidades sindicais e seus representados;
- Com relação ao aditivo do atual ACT, prevista no próprio Acordo, para esse ano, exclusivamente, nas cláusulas econômicas, a FUP deverá protocolar a pauta de reivindicações aprovada no Plenafup e exigir o seu cumprimento, afirmar que em relação

a essa pauta não caberá negociação e sim apenas a sua implementação e estabelecer prazo para a resposta da empresa e suas subsidiárias.

- Havendo resposta da empresa e suas Subsidiárias, negando o atendimento a uma ou mais das propostas da pauta ou, não havendo resposta, dentro do prazo estabelecido, indicar a organização de Greve, cuja, data, forma da greve e outras questões inerentes a sua realização serão definidas pela direção da FUP ou pelo seu Conselho Deliberativo;
- Havendo resposta positiva, o que será muito improvável, assinar o Aditivo e manter apenas as reuniões das Comissões previstas no ACT.
- Havendo ou não a assinatura do Aditivo do atual ACT, continuar cobrando nas Comissões as cláusulas do atual ACT que não foram cumpridas (Volta do Convênio Petrobrás X INSS, Serviço passado da defasagem na implantação do BPO e do PP-2, pagamento dos níveis dos aposentados e pensionistas do Plano Petros que perderam suas ações judiciais, pagamento correto da dobradinha, etc).

Entendemos que o papel principal do Sindicato é defender os direitos, conquistas e interesses dos seus representados e que devemos lutar para atender as suas reivindicações históricas e imediatas, mas temos clareza que a continuidade desse governo golpista será, num futuro bem próximo, o fim da organização sindical. Já "vimos esse filme antes". Sabemos o nosso papel estratégico e histórico para o nosso país e seu povo. Por isso, não temos dúvida que devemos priorizar a luta para derrubar o governo golpista e retornarmos a normalidade democrática no nosso país, para o bem dessa e das futuras gerações de brasileiros.

Por isso não temos dúvida: negociar com governo golpista é reconhecer um governo ilegítimo e ilegal. É colaborar para o fim da democracia, das instituições democráticas, do movimento sindical.

Moção de apoio ao Movimento dos Estudantes

As trabalhadoras presentes no 4º Encontro de Mulheres Petroleiras FUP, realizado em Macaé(RJ), nos dos 20 a 22 de maio de 2016, na sede do Sindipetro NF vimos através desta Moção, expressar todo apoio ao movimento dos estudantes das escolas publicas em todo Brasil. Os estudantes sempre estiveram presentes nos momentos decisivos da nossa história. Na campanha "O petróleo é Nosso", os estudantes foram às ruas fortalecendo o movimento puxado pelo então presidente Getúlio Vargas que culminou na criação da nossa Petrobras. O Coletivo de Mulheres Petroleiras FUP prestou sua solidariedade ao movimento e esteve presente junto aos estudantes que ocupavam a Escola Luiz Reid - em Macaé/RJ. E o movimento estudantil segue reivindicando que os investimentos na Educação sejam ampliados, exige uma boa Escola, acesso ao ensino superior e mais todos os direitos inerentes a um Estabelecimento de Ensino de qualidade.

Essa também é a nossa bandeira, pois sabemos as dificuldades e problemas que nossas redes de ensino enfrentam sejam no âmbito municipal, estadual ou federal.

Moção de Repúdio à Violência contra a Mulher

As trabalhadoras presentes no 4º Encontro de Petroleiras FUP , realizado em Macaé(RJ), nos dias 20 a 22 de Maio de 2016, na sede do Sindipetro NF vimos através desta repudiar a violência sofrida por todas as Mulheres, seja ela de qualquer tipo: Psicológica, emocional, sexual, física, moral e etc. De acordo com as estatísticas a cada 15 segundos, no Brasil, uma mulher é vitima de algum tipo de violência: moral, física e assasinato. Uma em cada três mulheres sofre agressões e esta violência não está restrita a um certo meio, não escolhe raça, idade ou condição social. Praticada por pessoas próximas, na sua maioria homens, que no ato de descontrole tentam resolver alguma situação, por que eles acham que a mulher tem culpa. Repudiamos a cultura do estupro. Prestamos nossa solidariedade a todas as mulheres, jovens, filhas, irmãs, mães, idosas, negras, brancas, violentadas em cada lar, em cada bairro, em cada comunidade. Citamos o caso da jovem indiana estuprada em 2012 por uma gangue de homens-psicopatas em Nova Deli e agora, o caso recente da jovem de 16 anos estuprada em 2016 por trinta e três, trinta e três, trinta e três no Rio de Janeiro. São homens-psicopatascovardes, monstros que atraíram sua vitima para um matadouro.Revolta, indignação, nojo, asco é o nosso sentimento para com esses atos desumanos, degradantes e bestiais. Nós mulheres, como todo ser humano, exigimos respeito. Esperamos que a lei prevaleça na punição dos responsáveis e dissemos: -Não a violência contra a mulher! -Não a cultura do Estupro!

Moção de Repúdio ao governo golpista

As trabalhadores presente no 4° Encontro de Mulheres Petroleiras FUP, realizado em Macaé - RJ, nos dias 20 a 22 de Maio de 2016, na sede do Sindipetro NF vimos através desta, repudiar o governo golpista ilegítimo do vice presidente peemedebista Michel Temer. A figura de Judas se projetou sobre o vice presidente, escolhido inicialmente para harmonizar as relações do governo com o congresso. Sob o comando dos senhores: Cunha, Gilmar Mendes, Moro e Mídia os golpistas pensaram no caminho mais curto para voltar a aplicar o projeto neoliberal de dominação da nossa economia — destituíndo a presidenta eleita - Dilma Rousseff — com 54 milhões de votos. Motivo: A Presidenta teria cometido as chamadas pedaladas fiscais, artificio contábil, que seu governo, seu vice, mais 24 governadores e todos os ex-presidentes dos últimos trinta anos utilizaram. Portanto não se trata de nenhum crime. Nem a propriação de dinheiro público. Repudiamos o golpe institucional cuja intenção é entregar a economia nos trilhos do grande capital internacional e do capital financeiro local com o programa "Ponte para o Futuro" um compêndio ultraneoliberal que nega independência e soberania ao País,

ataca as ações dos governos petistas, ameaça direitos de décadas, como os garantidos na CLT, programas sociais, um programa de retirada de direitos, privatizações, retrocessos e ataques aos direitos da mulheres e da população LGBT.

O golpe é uma VERGONHA MUNDIAL. O golpe é uma grande ruptura no processo de democratização. O momento é urgente e delicado, todos devemos saber o que é política de extermínio, luta de classe, criminalização da pobreza e tantas outras falcatruas que estão por trás do golpe. Vamos à Luta! Reforma Politica Já!

MOÇÃO DE REPÚDIO

De: Marise Costa Sansão

- · Presidente da Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos FEASAPEB
- · Associada do Sindipetro
- · Membro do Conselho deliberativo da ASTAPE-BA
- I Moção de repúdio em face das perdas da ordem de 86,4 % nos benefícios previdenciários dos aposentados e pensionistas;
- II Repúdio à extinção da Previdência Social Pública, órgão criado em 1923, com o objetivo de dar ampla proteção social a seus segurados. Nesse governo foi fatiada, repartida em duas: Uma parte, a Dataprev foi para o Ministério da Fazenda. Nós, os aposentados, pensionistas e demais beneficiários (a parte frágil, fraca, "ruim") para o Ministério do Desenvolvimento Social Agrário.

Nós aposentados e pensionistas repudiamos esse ato do dia 03 de junho de 2016, que representa um verdadeiro golpe na população brasileira, carente do sistema da Previdência Social.

Sindipetro Caxias

Resoluções do Congresso dos Petroleiros de Duque de Caxias

Bandeiras de Luta

- O Congresso do Sindipetro Caxias aprovou as seguintes bandeiras de luta para esta campanha salarial:
- 1. Contra a privatização da Petrobrás: Pré-Sal, Transpetro, TAG, Gaspetro, FAFENs, UTEs, Campos Terrestre, BR Distribuidora e Refinarias;
- 2. Em defesa da Lei da Partilha, do Fundo Soberano e da Petrobrás como exploradora única do Pré-Sal:
- 3. Não reconhecimento do governo golpista e corrupto de Michel Temer;
- 4. Contra as mudanças nas Aposentadorias que prejudicará milhões de trabalhadores;
- 5. Não reconhecer o Pedro Parente como presidente da Petrobrás;

Proposta de Acordo Coletivo de Trabalho

- Cláusula 1ª – REAJUSTE SALARIAL;

Proposta: Índice do DIEESE

- Cláusula 2ª – AUMENTO REAL;

Proposta: 10% sobre o salário básico.

- Cláusula 3ª – PISO SALARIAL;

Proposta: Aplicar o índice do DIEESE mais o aumento real;

- Cláusula 4ª – AUXÍLIO ALMOÇO;

Propostas:

- Implantação do Auxílio Almoço para o Regime Administrativo das Refinarias;
- Criação do cartão alimentação para todos os empregados;
- Corrigir pelo índice do DIEESE de alimentação fora de casa;
- Cláusula 5ª GRATIFICAÇÃO DE CAMPO TERRESTRE DE PRODUÇÃO; (Não discutido)
- Cláusula 6ª ADICIONAL DE PERMANÊNCIA NO ESTADO DO AMAZONAS; (Não discutido)
- Cláusula 7ª BENEFÍCIOS EDUCACIONAIS E PROGRAMA JOVEM UNIVERSITÁRIO;
- Incluir os empregados da ativa no programa jovem universitário;
- Benefício educacional, reajustar em janeiro pelo índice dado pelas escolas;

- Cláusula 8ª CONTRIBUIÇÃO GRANDE RISCO DA AMS E BENEFÍCIO FARMÁCIA;
- Aplicar a correção do mesmo índice aplicado no reajuste do salário;
- Cláusula 13 ADICIONAL DE GASODUTO, (Acordo Coletivo Transpetro);
- A Transpetro reajustará o Adicional de 25% do salário base para 35% do salário base.

Pendências do ACT:

- 1. Benefício Farmácia:
- 2. Mudança no cálculo do feriado de turno;
- 3. Anistia: A Petrobras não está envidando esforço para a contratação dos trabalhadores que já foram anistiados pela CEI;
- 4. Implantação do ACT na FAFEN Paraná;
- 5. Acordo Parada Manutenção;
- 6. Acordo de Atividade Especial no H.A;

Proposta do CNAP e o Encontro das Mulheres

Foram aprovadas as propostas que vieram do Conselho do CNAP e do Encontro das Mulheres.

Sindipetro CE/PI

RESOLUÇÕES DO CONGRESSO PARA PROPOSTA DE PAUTA

Propostas e Moções deliberadas no XXXI Congresso do Sindicato dos Petroleiros do Ceará/Piauí no dia 11 de Junho de 2016.

PROPOSTAS APRESENTADAS EM GRUPOS:

- Cobrar o cumprimento do ACT (Benefício Farmácia).
- Mudança no estatuto do Sindipetro e da FUP, para que os dirigentes sindicais ao serem convidados a algum cargo de gestão na Petrobrás submetam a sua nomeação a aprovação da categoria.
- Cobrar da Petrobrás explicações em relação ao PIDV.
- Criação da Secretaria da Mulher petroleira na FUP.

MOÇÕES

- 1 Moção de repudio á nomeação de Pedro Parente como presidente da Petrobras
- 2 Moção de repudio ao desmonte da Petrobras no nordeste.
- 3 Moção de repúdio ao processo de demissão do companheiro da Transpetro Cláudio Nunes.
- 4 Moções do 4º Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras:
- 1) As trabalhadoras presentes no 4° Encontro de Mulheres Petroleiras da FUP, realizado em Macaé(RJ), nos dias 20 a 22 de maio de 2016, na sede do Sindipetro NF. Vem através deste, repudiar o governo golpista ilegítimo do vice presidente peemedebista Michel Temer.
- 2) As trabalhadoras, vem através deste, expressar o seu apoio ao movimento reivindicatório dos estudantes das escolas públicas em todo o Brasil.
- 3) As trabalhadoras, vem através deste repudiar a violência sofrida por todas as mulheres, seja ela de qualquer tipo: Psicológica, emocional, sexual, física, entre outras.

Sindipetro ES

RESOLUÇÕES APROVADAS NO XXV CONGRESSO DE PETROLEIROS DO ESPIRITO SANTO

- 1 Garantia do pagamento do adicional de campo terrestres nas bases de Gás & Energia, tendo em vista a alteração da clausula 34 do ACT da Petrobras.
- 2 Propor um reajuste salarial pelo ICV-Dieese mais 1% de ganho real sobre a tabela da RMNR.
- 3 Propor reajuste equivalente ao IPCA em todos os benefícios econômicos.
- 4 Encaminhamento das propostas aprovadas no CNAP.
- 5 Encaminhamento das propostas aprovadas no Encontro de Mulheres Petroleiras, com ênfase no início dos trabalhos da comissão de revisão estatutária para implementação da Secretaria da Mulheres.
- 6 Adotar para o reajuste no benefício farmácia a mesma metodologia do Grande Risco da AMS.

Moções - SINDIPETRO/ES

Assédio Moral nas Unidades do Sistema Petrobras

No último ano, as denúncias de assédio moral tiveram uma crescente, onde os sindicatos atuaram incisivamente no sentido de minimizar os danos causados pelos superiores hierárquicos aos trabalhadores que sofreram e sofrem na pele as marcas e cicatrizes artificialmente deixadas por esse vilão que age escamoteadamente e sorrateiramente por agentes covardes.

Muitos gestores chegam a justificar que é meramente normal um certo tipo de pressão. Esse "câncer maligno" que se alastra por todo sistema Petrobras, tanto na holding quanto nas suas subsidiárias e contratadas, tem sido como rastilho de pólvora para certos acidentes de trabalho e afastamentos médicos, em decorrência das consequências físicas e psíquicas.

Atualmente, dentro do Sistema Petrobras, o assédio moral é feito de diversas formas. Porém, a mais endêmica é a praticada pelos superiores hierárquicos aos que questionam/ denunciam irregularidades dentro da Empresa, comumente recusando-se a realizar atividades que põem em risco sua integridade física, e das instalações, a segurança operacional e até o meio ambiente. Tornando o direito de recusa proibido.

Estes trabalhadores passam a ser tratados com falta de cordialidade, sofrendo perseguições, retaliações e punições que vão desde advertências verbais até ameaças de demissões. No pós greve, até remarcações de férias para retaliar os grevistas foram feitas pelos gestores. Os trabalhadores são, inclusive, rotulados e humilhados frente a outros

trabalhadores, e de forma mais incisiva, não são promovidos com o avanço de nível (GD e SAD passam a ser instrumentos de punição e processos assediantes pelos gestores), pois suas avaliações são feitas pelos próprios gerentes assediadores, que após a greve de novembro de 2015 passaram a descontar pontuação do GD daqueles que fizeram uso de um dos direitos constitucionais, que é o Direito de Greve.

O Sindipetro-ES repudia todo e qualquer gestor e chefia hierárquica com essas posturas assediantes e pautadas sem a ética necessária para ocupar tais cargos que perpassam pelo exemplo à forca de trabalho.

Dessa forma, exigimos a aplicação do código de ética de forma isonômica para os diretores, gestores, coordenadores e supervisores do Sistema Petrobras. Exigimos ética por parte das chefias e não apenas ao operário e trabalhador subordinado.

Um basta ao assédio moral e sexual na Petrobras!!!

Política de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde

Um dos assuntos mais preocupantes para os sindicatos e a classe trabalhadora é a segurança dos trabalhadores no labor das suas atividades.

No último ano, aqui no Estado do Espirito Santo, vários acidentes ocasionaram uma sensação de insegurança no sistema Petrobras. Vale destaque os nove óbitos ocorridos na plataforma FPSO Cidade de São Mateus, unidade afretada pela Petrobras. O pior acidente ocorrido em solo espírito-santense, onde, conforme investigações preliminares, apurouse que a falta de segurança já havia sido denunciada várias vezes pelos trabalhadores e pela CIPA.

Após esse acidente que deixou não somente o Estado, mas também o Brasil chocado, mais dois trabalhadores sofrem um acidente fatal desnecessário em uma montagem de andaimes sobre o mar em Barra do Riacho (ES). Os gestores de SMS estão jogando com a vida do trabalhador. Negociando a vida, que é o maior valor, em detrimento da produção incessante do lucro, não mais só com o suor da força de trabalho, mas agora com o próprio sangue e vidas. Nesta nova ordem incorporada pelos gestores, não basta vestir a camisa, tem que dar a alma, o sopro da vida pela ideologia do capitalismo voraz.

Além dessas 11 vidas, mais um acidente fatal na Subsidiária da Petrobras, a BRD, no Parque de Tubarão. Mais duas vidas foram ceifadas pela ganância do capital na sua personificação dos gestores de SMS. Numa manutenção de uma caldeira de vapor que veio a explodir, pois a Empresa age com descaso com a segurança dos trabalhadores e das instalações.

Foram dezenas de acidentes fatais nestes últimos na Companhia. Só aqui no Espirito Santo foram 13 acidentes dentro da área de atuação da Petrobras. Ressalta-se que todos os acidentes foram com trabalhadores terceirizados.

Além disso, a terceirização desenfreada e indiscriminada de trabalhadores no setor de petróleo e nos postos de segurança do trabalho dentro das plataformas vem causando preocupação dentre os trabalhadores, já que estes trabalhadores são assediados constantemente para "ceder" em relação à segurança, no intuito de serem atingidas metas de trabalho.

Não podemos deixar estes que passam incólumes, estes que são os principais responsáveis por inúmeras mutilações no físico e no emocional e centenas de óbitos. Estes que recebem elogios e gratificações batendo metas de produção e recordes sobre recordes às custas da vida do trabalhador.

Exigimos por parte da Petrobras o cumprimento das diretrizes de SMS, das cláusulas do acordo coletivo de trabalho que tratam da gestão de SMS, da recomposição do efetivo, repudiando não o PIDV em si, mas a não recomposição do efetivo. Já saíram já aproximadamente 8 mil trabalhadores e há a perspectiva de saída de mais 20 mil, sendo que entraram nos últimos concursos apenas 700 petroleiros, fato que comprometerá o efetivo dimensionado de acordo com a NR-20 e acarretará risco a integridade física dos trabalhadores em número subdimensionado.

Repudiamos a gestão de SMS e politicas de sucateamento da Empresa.

Repúdio ao PL4330 e à Terceirização da Atividade Fim

A terceirização do trabalho irá trazer graves consequências dentro do Sistema Petrobras, já que os trabalhadores terceirizados não possuem estabilidade, sendo facilmente manipulados pelos gerentes, inclusive no que diz respeito às normas de segurança. Além disso, verifica-se que haverá uma diminuição de postos de trabalhos, pois, a "pejotização" do trabalho irá aumentar, trazendo consequências diretas, principalmente no que diz respeito à garantia de direitos trabalhistas (FGTS, férias, 13° salário, entre outras).

Por isso, apresentamos a presente Moção de Repúdio aos itens supracitados para ampliarmos a luta e combates desses malefícios à classe trabalhadora.

Há denuncias por parte dos trabalhadores petroleiros do CPT e IPERF de que há trabalhadores contratados desempenhando atividades de área fim nos campos produção e exploração na Região Norte Capixaba. Paralelamente há trabalhadores "primeirizados" desimplantamos e assediados, tirados das áreas operacionais e alocados no administrativo, totalmente ociosos pela Empresa.

Repudiamos a terceirização indiscriminada e da terceirização da atividade fim.

E vamos à luta contra a aprovação da lei da terceirização – PL 4330!

Moção de apoio ao Movimento dos Estudantes - Coletivo das Mulheres

As trabalhadoras presentes no 4º Encontro de Mulheres Petroleiras FUP, realizado em

Macaé (RJ), de 20 a 22 de maio de 2016, na sede do Sindipetro NF, vêm através desta moção, expressar todo o apoio ao movimento dos estudantes das escolas públicas no Brasil.

Os estudantes sempre estiveram presentes nos momentos decisivos da nossa história. Na campanha "O Petróleo é Nosso", os estudantes foram às ruas, fortalecendo o movimento puxado pelo então presidente Getúlio Vargas, que culminou na criação da nossa Petrobras.

O Coletivo de Mulheres Petroleiras FUP prestou sua solidariedade ao movimento e esteve presente junto aos estudantes que ocupavam a Escola Luiz Reid, em Macaé (RJ).

E o movimento estudantil segue reivindicando que os investimentos na Educação sejam ampliados, exige uma boa escola, acesso ao ensino superior e mais todos os direitos inerentes a um estabelecimento de ensino de qualidade. Essa também é a nossa bandeira, pois sabemos as dificuldades e os problemas que nossas redes de ensino enfrentam, sejam no âmbito municipal, estadual ou federal.

Moção de Repudio ou governo golpista - Coletivo das Mulheres Petroleiras

As trabalhadoras presentes no 4º Encontro de Mulheres Petroleiras FUP, realizado em Macaé (RJ), de 20 a 22 de maio de 2016, na sede do Sindipetro NF, vêm através deste, repudiar o governo ilegítimo do vice-presidente peemedebista Michel Temer.

A figura de Judas se projetou sobre o vice-presidente, escolhido, inicialmente, para harmonizar as relações do governo com o Congresso.

Sob o comando do presidente afastado da Câmara dos Deputados Federais, Eduardo Cunha; o Ministro do Supremo, Gilmar Mendes e o Juiz Federal da Primeira Instância de Curitiba, Sergio Moro, os golpistas pensaram o caminho mais curto para voltar a aplicar o projeto neoliberal de dominação da nossa economia: destituindo a presidenta Dilma Rousseff eleita ligitimamente por 54 milhões de votos. Motivo: teria cometido as chamadas "pedaladas fiscais", artificio contábil, que seu governo, seu vice e mais 24 governadores e todos os ex-presidentes dos últimos 30 anos utilizaram. Portanto, não se trata de nenhum crime. Nem apropriação de dinheiro público.

Repudiamos o golpe institucional cuja intenção é recolocar a economia nos trilhos sob interesse do grande capital internacional e do capital financeiro local com o programa "Ponte para o Futuro" um compêndio ultraneoliberal que nega independência e soberania ao País, ataca as ações dos governos petistas, ameaça direitos de décadas, como os garantidos na CLT, e programas sociais. Um programa de retirada de direitos, privatizações e retrocessos e ataques aos direitos das mulheres, do povo mais pobre, da classe trabalhadora e das minorias deste país. O golpe é uma vergonha mundial. O golpe é uma grande ruptura no processo de democratização.

O momento é urgente e delicado, todos precisam saber o que é política de extermínio,

luta de classe, criminalização da pobreza e tantas outras coisas que está por trás do golpe.

Vamos à Luta. Reforma Politica Já!

Moção de Repúdio à Violência contra a Mulher

As trabalhadoras presentes no 4º Encontro de Petroleiras FUP, realizado em Macaé (RJ), nos dias 20 a 22 de maio de 2016, na sede do Sindipetro NF, vêm através deste, repudiar a violência sofrida por todas as mulheres, seja de qualquer tipo: psicológica, emocional, sexual, física etc.

De acordo com as estatísticas, a cada 15 segundos no Brasil, uma mulher é vitima de algum tipo de violência: moral, física ou assassinato. Uma em cada três mulheres sofre agressões, e esta violência não está restrita a um certo meio, não escolhendo raça, idade ou condição social. Praticada por pessoas próximas, na sua maioria homens, que no ato de descontrole tentam resolver alguma situação, da qual acham que a mulher tem culpa.

Repudiamos a cultura do estupro!

E prestamos nossa solidariedade a todas as mulheres, jovens, filhas, irmãs, mães, idosas, negras, brancas, violentadas em cada lar, em cada bairro, em cada comunidade.

Citamos o caso da jovem indiana estuprada em 2012 por uma gangue de homenspsicopatas em Nova Déli e o caso da jovem de 16 anos estuprada em 2016 por trinta e três, trinta e três, trinta e três homens-psicopatas ou melhor dizer, covardes, monstros que atraíram suas vitimas como para um matadouro.

Revolta, indignação, nojo, asco é o nosso sentimento para com esses atos desumanos, degradantes e bestiais.

Nós, mulheres, como todo ser humano, precisamos e exigimos respeito.

Esperamos que a lei prevaleça na punição dos responsáveis e dissemos:

Não à violência contra a mulher! Não à cultura do Estupro!

PELO FIM DE TODA E QUALQUER VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES!

Moção de Repudio e Solidariedade (Claudio Nunes/Transpetro)

O Sindipetro Espirito Santo repudia veementemente as políticas de RH e práticas antissindicais dessa "nova diretoria", as mesmas práticas que datam da greve de novembro de 2015.

E repudiam também os descumprimentos das cláusulas pactuadas em mesa de negociação, formalizadas ou não. Nessa linha, não cumpriu o acordado com os diretores de RH e o ex-presidente Aldemir Bendine, naquele ensejo, na suspensão da última greve, na qual os sindicatos a suspenderam, sendo uma das condicionantes o mesmo tratamento

do acordo de 2013 para eventuais punições aos grevistas de 2015.

Dessa forma, de igual modo, o Sindipetro-ES manifesta o mais amplo apoio e solidariedade ao companheiro Claudio Nunes – Dirigente Sindical do Sindipetro N.F. e da Federação Única dos Petroleiros –, que teve o seu contrato de trabalho suspenso, ou seja, demitido arbitrariamente pela Diretoria da Transpetro, descumprindo o acordado na suspensão da greve passada. Mostrando como o retrocesso e o autoritarismo está retornando ao Sistema Petrobras.

Enfatizamos a luta incansável do companheiro Claudio Nunes em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da Transpetro e de todo o Sistema Petrobras, sendo este o principal mote de atitudes persecutórias por parte das gerências de Cabiúnas e diretorias da Transpetro.

O companheiro Claudio Nunes sempre lutou e resistiu por nós petroleiros e petroleiras de todo o Brasil. Sendo que sua luta também é nossa luta. Sua demissão é um balde de água fria nos dirigentes sindicais, da federação e de toda classe trabalhadora, dando o recado de que a "governança autoritária" impera agora nesta nova diretoria da Companhia. Manda um recado que não se pode fazer a luta de classes.

A empresa o usa como "bode expiatório" para recuarmos. A sua demissão é a derrocada da classe petroleira. Não iremos recuar e prestaremos todo e qualquer apoio ao companheiro e na reversão desse desmando e vergonhosa atitude da direção da Transpetro com o respaldo da Controladora, Petrobras.

Nosso mais irrestrito apoio! Somos todos Claudio Nunes!

Vitória-ES, 11 de junho de 2016.

25° Congresso Estadual dos Petroleiros do ES

Comissão Organizadora

Sindipetro MG

RESOLUÇÕES DO CONGRESSO PARA PROPOSTA DE PAUTA

PAUTA DO SISTEMA PETROBRÁS

TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2015-2017, REAJUSTANDO CLÁUSULAS E CONDIÇÕES PARA VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE SETEMBRO DE 2016.

CLÁUSULA 1ª - REAJUSTE SALARIAL: (ICV DIEESE)

CLÁUSULA 2ª - AUMENTO REAL: 5% + R\$500 no salário base

CLÁUSULA 3ª - PISO SALARIAL: (ICV DIEESE mais reajustes da tabela salarial – R\$500 + 5%)

CLÁUSULA 4ª – AUXILÍO-ALMOCO: Alimentação fora de casa – ICV DIEESE

CLÁUSULA 5ª – GRATIFICAÇÃO DE CAMPO TERRESTRE DE PRODUÇÃO: ICV DIEESE

CLÁUSULA 6ª - ADICIONAL DE PERMANÊNCIA NO ESTADO DO AMAZONAS: ICV DIEESE

CLÁUSULA 7ª - BENEFÍCIOS EDUCACIONAIS E PROGRAMA JOVEM UNIVERSITÁRIO : Correção pelo ICV DIEESE e extenção do beneficio para os empregados.

CLÁUSULA 8ª - CONTRIBUIÇÃO GRANDE RISCO DA AMS E BENEFÍCIO FARMÁCIA: Aplica-se o menor índice usado para reajustar as tabelas do plano Petros e Petros 2.

Belo Horizonte, o1 de junho de 2016.

Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais

Sindipetro NF

RESOLUÇÕES DO CONGRESSO PARA PROPOSTA DE PAUTA

PAUTA DO SISTEMA PETROBRÁS

TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2015-2017, REAJUSTANDO CLÁUSULAS E CONDIÇÕES PARA VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE SETEMBRO DE 2016.

CLÁUSULA 1ª - REAJUSTE SALARIAL

Em 1° de setembro de 2016, as Companhias reajustarão os salários de seus empregados no percentual correspondente a 100% do ICV-DIEESE acumulado entre 1° de setembro de 2015 e 31 de agosto de 2016.

Parágrafo 1º - As Companhias praticarão os salários constantes das Tabelas Salariais, conforme restarem reajustadas pelas disposições dessa cláusula e da seguinte.

Parágrafo 2º - As tabelas praticadas na Petrobrás até 31/12/06, serão mantidas para fins de correção das suplementações dos aposentados e pensionistas que não aderiram à repactuação do Regulamento Plano Petros do Sistema Petrobras.

Parágrafo3 ° - O reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas, assistidos do Plano Petros, que não aderiram à repactuação do Regulamento do Plano Petros, se dará de acordo com o reajuste aplicado nas Tabelas Salariais, da Petrobrás e suas Subsidiárias, empresas patrocinadoras do Plano Petros.

Parágrafo 4º – O reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas (assistidos) que aderiram à repactuação do Regulamento do Plano Petros e dos assistidos do Plano Petros 2, se dará de acordo com o indexador econômico de cada Plano.

CLÁUSULA 2ª - AUMENTO REAL

Sobre os salários corrigidos na forma da Cláusula 1ª, as Companhias garantem a incidência do percentual de 5% a título de aumento real.

Parágrafo único – A Petrobrás compromete-se a não praticar percentuais maiores de reajustes para diretores e conselheiros em relação ao dos empregados, e da mesma forma entre empregados de nível médio e superior.

CLÁUSULA 3° - PISO SALARIAL

As Companhias se comprometem a praticar, como Piso Salarial da Categoria, o valor do salário mínimo necessário, vigente a partir de 1º de Setembro de 2016, calculado pelo DIEESE.

Parágrafo 1º - As Companhias praticarão um só piso salarial para todas as carreiras de nível médio e superior.

Parágrafo 2º - Mediante os respectivos contratos de prestação de serviços, as Companhias garantirão a aplicação da regra mencionada acima também em favor do reajuste salarial dos trabalhadores empregados em atividades terceirizadas.

CLÁUSULA 4ª - AUXILÍO-ALMOCO

As Companhias concederão o Auxílio-Almoço, observadas as condições vigentes nas respectivas normas de gestão de pessoal.

Parágrafo 1º - As companhias atualizarão e praticarão o valor mensal do Auxílio-Almoço, acrescentando ao praticado em 31 de Agosto de 2016 o percentual equivalente à variação do subitem "alimentação fora de casa", integrante do cálculo do ICV-DIEESE, apurado entre 1º de Setembro de 2015 e 31 de Agosto de 2016.

Parágrafo 2º - Por decisão individual, o empregado poderá optar, nos locais onde as Companhias forneçam alimentação, por receber o Auxílio-Almoço, ou ainda, em todos os casos onde seja prestado o Auxílio-Almoço, optar por receber Vale Refeição, em substituição. A opção deve ser exercida por meio de um Termo de Adesão ao recebimento do Vale Refeição, devidamente preenchido e assinado até 30/12/2016.

Parágrafo 3º - O empregado poderá rever a sua opção por meio de preenchimento e assinatura de novo Termo de Adesão a qualquer tempo, com vigência a partir do mês subseqüente.

Parágrafo 4° - Fica garantido aos empregados que optarem pelo Vale Refeição que as Companhias integrarão o valor do Auxílio-Almoço no cálculo da remuneração mensal, para todos os efeitos devidos.

Parágrafo 5° - Fica garantido aos empregados que optarem pelo Vale Refeição que parte do valor poderá ser convertida para a alimentação, respeitando-se os limites legais.

CLÁUSULA5ª – GRATIFICAÇÃO DE CAMPO TERRESTRE DE PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE GÁS

A Companhia concederá a Gratificação de Campo Terrestre de Produção e Processamento de Gás, para os empregados do regime administrativo que desempenham suas atividades em bases ou áreas remotas do sistema Petrobrás e regulamentada em norma interna, no valor de R\$xxxxx (xxxxx) a partir de 1º/09/16, que vigorará até 31/08/17.

Parágrafo único – A gratificação de que trata o caput, que visa incentivar a alocação e permanência de empregados nas citadas bases ou áreas, não será aplicada àqueles que recebam o Adicional Regional de Confinamento (ARC) ou Adicional Regional e/ou Auxílio Almoço.

CLÁUSULA 6ª - ADICIONAL DE PERMANÊNCIA NO ESTADO DO AMAZONAS

As Companhias manterão o pagamento do Adicional de Permanência no Estado do Amazonas, condicionado à permanência nas Unidades, e enquanto estiverem efetivamente lotados e trabalhando naquele Estado da Federação.

Parágrafo único – As Companhias reajustarão os valores, que estão definidos em tabelas das companhias, relativos ao estabelecido no caput desta cláusula, conforme a cláusula 1ª a partir de 1º/09/2016 e que vigorará até 31/08/2017.

CLÁUSULA 7ª - BENEFÍCIOS EDUCACIONAIS E PROGRAMA JOVEM UNIVERSITÁRIO

As Companhias reajustarão, a partir de 1º/09/16, e com vigência até 31/08/17, as tabelas do Auxílio-Creche/Acompanhante, do Auxílio Ensino (Assistência Pré-Escolar, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Ensino Médio) e do Programa Jovem Universitário, no percentual equivalente à variação do subitem "Educação", integrante do cálculo do ICV-DIEESE, apurado entre 1º de Setembro de 2015 e 31 de Agosto de 2016.

Parágrafo Único - As companhias aplicarão o maior valor vigente, nacionalmente, para todos os benefícios, independentemente da região.

CLÁUSULA 8º - CONTRIBUIÇÃO GRANDE RISCO E BENEFÍCIO FARMÁCIA - AMS

A participação de empregados, aposentados, bem como de pensionistas a eles vinculados, no custeio dos procedimentos classificados como de Grande Risco e do Benefício Farmácia no Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde AMS será efetuada com uma contribuição mensal fixa que vigorará até 31/08/17.

Parágrafo 1º - Todos os empregados, aposentados e pensionistas serão considerados titulares, tanto para os procedimentos de Pequeno Risco quanto para os procedimentos de Grande Risco, devendo participar individualmente para o custeio do Grande Risco e do Benefício Farmácia, por meio de contribuição mensal.

Parágrafo 2º - As Companhias reajustarão a Tabela do Grande Risco e do Benefício Farmácia do Programa da AMS, de acordo com o menor reajuste aplicado nos benefícios dos assistidos do Plano Petros e do Plano Petros 2.

Parágrafo 3° - Para fins de incidência de desconto do Grande Risco e do Benefício Farmácia não será computado como salário o Auxílio-Almoço recebido, por ocasião da concessão das férias.

CLÁUSULA 9a - REGISTRO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO –MTE

As Companhias efetuarão os respectivos depósitos deste Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho vigente, no Ministério do Trabalho e Emprego, em conformidade com os prazos estabelecidos no artigo 614 da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT.

CLÁUSULA 10a- APLICAÇÃO

As condições aqui pactuadas integram-se aos Acordos Coletivos de Trabalho vigentes.

CLÁUSULA 11a - VIGÊNCIA

O presente Instrumento vigorará a partir de 1° de setembro de 2016 até 31 de agosto de 2017, ratificando-se as demais disposições constantes do Acordo Coletivo de Trabalho firmado em 2015.

Sindipetro PE/PI

RESOLUÇÕES PLENÁRIA REGIONAL SINDIPETRO PE/PB

- Correção de 100% da inflação através do ICV/DIEESE, no salario básico.
- Ganho real de 1%
- Aplicação do ICV/DIEESE e ganho real nas clausulas econômicas

MOÇÃO DE REPUDIO AO GOVERNO INTERINO MICHEL TEMER

Nós, participantes do XII Congresso dos Petroleiros – **SINDIPETRO-PE/PB**, realizado no dia 21/05/2016, no Park Hotel, localizado na Rua dos Navegantes, nº 9, Boa Viagem, Recife-PE, vimos por unanimidade em nossa plenária, **REPUDIAR** com veemência a conduta do Sr. **Michel Miguel Elias Temer Lulia** e como governo interino, tende a acentuar a política de retirada de direitos sociais (como a previdência), de entrega da riqueza nacional para o capital internacional (como o petróleo). Mas, certamente, irá intensificar o processo de privatização/terceirização dos serviços públicos, além de aprofundar a implantação de reformas gerenciais para racionalizar gastos com a educação, a saúde e a assistência social. No âmbito do trabalho, preveem-se ações desmobilizadoras dos trabalhadores e do processo de criminalização das manifestações populares.

Assim considerando, **REPUDIAMOS** o processo que levou ao poder o atual presidente interino, seu caráter ilegítimo e autocrático, bem como seu inaceitável programa de governo.

Recife, 21/05/2016

Sindipetro PR/SC e Sindiquímica PR

Resoluções aprovadas no 3° Congresso Regional Unificado dos Petroleiros e Petroquímicos do Paraná e Santa Catarina, realizado nos dias 03 e 04 de junho de 2016.

I – Aditivo de ACT – ACORTO COLETIVO DE TRABALHO - PROPOSTAS APROVADA CLAUSULAS ECONOMICAS:

Clausula 1ª - Índice do ICV – Índice Custo de Vida, a aplicado ao salário básico. Deve também ser este o parâmetro para os demais reajustes econômicos (educacionais, alimentação, nossa participação na AMS, e outros);

Clausula 2ª - Abono, reposição das perdas inflacionárias acumuladas desde a última correção, conforme cálculo elaborado pelo DIEESE;

Clausula 3ª - Suspensão do desconto de 6% relativo ao vale transporte. Considerando que uma grande parcela de funcionários recebem vale transporte da empresa para se deslocar ao trabalho, estamos sujeitos a falhas no sistema, atrasos, greves, veículos caindo aos pedaços e ainda temos de pagar 6% do salário base. Em contrapartida quem tem o transporte contratado pela empresa, além de ter um ótimo padrão, conforto e regras, não paga.

Clausula 4 ª - Qualificar os registros de frequência de forma que não haja penalizações salariais automáticas aos funcionários que por ventura não tiverem sua frequência corretamente registrada.

Clausula 5ª - Regularização imediata do Benefício Farmácia e quitação das despesas de farmácia dos funcionários conforme ACT vigente.

Clausula 6ª – Para o reajuste, deve considerar dois cenários:

9.1 - cisão do PPSP (Plano de Previdência Sistema Petrobras) já implantada. Os repactuados sempre receberão o índice do IPCA, já para os não-repactuados o CNAP indica que se deve pleitear o índice de aumento igual aos da ativa.

9.2 – cisão do PPSP ainda não implantada. O indicativo do CNAP é para o pleito do índice do IPCA, para o repactuados e para os não-repactuados.

Clausula 7ª – Pagamento de Horas Extras em Viagens

Em viagens a Serviços da Companhia fora de jornada normal de trabalho – Atualmente o pagamento é de apenas de 4 horas, independente do tempo total despendido com a viagem. Existe clausula do ACT atual, que deve ser revista para que se deve interpretação correta e sejam pagas todas as horas extras em viagem a serviços da Petrobras.

II – BANDEIRAS DE LUTAS

- Não à Privatização;
- Nenhum Direito a Menos;
- Reposição de Efetivo;
- Combate à corrupção em todos os níveis hierárquicos do Sistema Petrobrás;
- Cumprimento dos compromissos acordados entre companhia e os (as) representantes dos trabalhadores(as);
- Não reconhecimento diretoria ilegítima do Petrobras.

III - PLANO DE AÇÃO

- Campanhas pela continuidade das investigações de toda e qualquer denúncia de corrupção no Sistema Petrobrás de forma ampla e irrestrita com punições exemplares aos envolvidos e aos que tentam interferir nas investigações, além do ressarcimento à empresa dos valores desviados;
- Defesa do Relatório do GT Pauta Pelo Brasil como documento orientador para a construção das diretrizes de atuação da empresa;
- Mobilizações nacionais em toda categoria caso a direção do Sistema Petrobras afronte os direitos dos petroleiros.

IV – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA FUP

a. Da Diretoria e de seus Suplentes

A Direção Executiva da FUP será exercida por um colegiado, composto de 16 (dezesseis) membros titulares. A estes corresponderá igual número de diretores suplentes, os quais atuarão na medida e eventualidade dos impedimentos e/ou afastamentos dos titulares. Parágrafo Único: A Direção se reunirá ordinariamente a cada 3 (três) meses, ou extraordinariamente quando devidamente convocada.

b. Composição das Secretarias

A Direção Executiva da FUP será composta das seguintes secretarias:

- a) Secretaria de **Coordenação Geral** um membro;
- b) Secretaria de Administração e Finanças dois membros;
- c) Secretaria de Imprensa e Comunicação dois membros;
- d) Secretaria de **Política Sindical e** Formação dois membros;
- e) Secretaria de **Seguridade**, **Aposentados e Políticas Sociais** um membro;

- f) Secretaria de **Saúde, Segurança, Tecnologia e Meio Ambiente** dois membros;
- g) Secretaria de **Assuntos Jurídicos**, **Institucionais e Terceirizados** dois membros;
- h) Secretaria da Mulher Trabalhadora do setor petróleo dois membros;
- i) Secretaria de **Relações Internacionais e do Setor Pr**ivado dois membros.
- § 1° A Secretaria de Seguridade, Aposentados e Políticas Sociais terá, obrigatoriamente, entre seus membros, 01(um) petroleiro aposentado;
- § 2° A Secretaria da Mulher trabalhadora do setor petróleo será, obrigatoriamente, ocupada por trabalhadoras petroleiras.
- a) Da Secretaria da Mulher Trabalhadora do setor petróleo:
- I Pugnar em todos os ambientes pela efetiva emancipação da mulher na sociedade brasileira;
- II Elaborar e executar o plano de ação da FUP pela organização política e emancipação das mulheres do setor petróleo;
- III Manter permanente e efetiva integração com organismos e entidades, sindicais ou não, onde a luta e defesa dos direitos da mulher estejam presentes;
- IV Coordenar e acompanhar o funcionamento do coletivo de Mulheres Petroleiras da FUP;
- V coordenar e/ou acompanhar o conjunto de ações comuns de solidariedade e intercâmbio com as trabalhadoras do setor petróleo de outros países.

Relatório aprovado no 3º Congresso Regional Unificado dos Petroleiros e Petroquímicos do Paraná e Santa Catarina

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO CNAP

Nos dias o7 e o8 de abril de 2016 os representantes do Conselho Nacional dos aposentados e Pensionistas da FUP se reuniram em Recife. Representaram o Sindipetro-PRSC os conselheiros, Antônio Carlos da Silva, Dagoberto Hertzog e Manoel Mendes.

No dia 07 foram duas palestras sobre o Plano Petros Sistema Petrobrás (PPSP) e Plano Petros II (PP2). Uma proferida pelo Conselheiro Eleito para o CD da Petros, Paulo Cesar C. Martin (PC) e a outra pelo assessor para assuntos previdenciários da FUP, Rodarte Nogueira (Rodarte).

No dia 08 foi proferida uma palestra pelo presidente da Petros, Henrique Jäger.

1 DA CISÃO

O conselheiro PC tratou da cisão de plano (separação de massas). Apontou que a cisão já foi aprovada por todas as instâncias da Petros e da Petrobrás e está na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para aprovação final. A expectativa é que a Previc aprove até final de junho de 2016. Tendo assim a Petros até final de julho de 2016 para consolidar tal cisão.

Consolidado a segregação do PPSP, os planos passarão a ser denominados Plano Petros Sistema Petrobrás Repactuados (PPSP-R) e Plano Petros Sistema Petrobrás Não Repactuados (PPSP-NR) e a composição dos ativos ficarão conforme tabela abaixo, elaborada conforme a data base da cisão em 31/12/14

Balanço Atuarial	Total	Repactuados	%	Não Repactuados	%
Patrimônio de Cobertura	59.383.095.410,50	44.786.523.793,32	75,42%	14.596.571.617,18	24,58%
Provisões Matemáticas	65.576.224.800,48	49.457.360.415,46	75,42%	16.118.864.385,02	24,58%
Benefícios Concedidos	36.590.863.731,92	25.366.915.234,37	69,33%	11.223.948.497,55	30,67%
Benefícios a Conceder	28.985.361.068,56	24.090.445.181,09	83,11%	4.894.915.887,47	16,89%
Déficit Técnico	- 6.193.129.389,98	- 4.670.836.622,14	75,42%	- 1.522.292.767,84	24,58%

Essa tabela será corrigida para a "Data Efetiva da Cisão" que será estabelecida pelo Conselho Deliberativo. Tal data deverá ser posterior à data de aprovação da operação pela PREVIC. E, a "Data de Vigência" será o dia seguinte da Data Efetiva da Cisão.

O assessor Rodarte discorreu sobre a situação financeira da Petros e as razões do déficit técnico. Conforme tabela abaixo, o PPSP apresenta situação econômico-financeira com o déficit de aproximadamente R\$ 18,6 bi, ou seja, 200% superior ao registrado em 2014.

Balanço Atuarial	31/12/2014	31/12/2015	
Patrimônio de Cobertura	59.383.095.410,50	60.635.237.900,38	
Provisões Matemáticas	65.576.224.800,48	79.240.275.486,31	
Benefícios Concedidos	36.590.863.731,92	50.190.181.055,07	
Benefícios a Conceder	28.985.361.068,56	29.050.094.431,24	
Déficit Técnico	- 6.193.129.389,98	- 18.605.037.585,93	

2 DO DÉFICIT

Rodarte apontou como fatores relevantes para o resultado deficitário do exercício de 2014, o baixo retorno dos investimentos no exercício. Pois, a rentabilidade do Plano foi de 4,43% para uma meta atuarial de 12,26%. Além disso, também foi criado um Fundo Previdencial com o objetivo de provisionar o impacto atuarial da revisão dos benefícios para garantir a concessão dos níveis de 2004, 2005 e 2006 no valor de R\$ 2,9 bi.

Já, para o resultado deficitário de 2015, apontou como fator relevante o baixo retorno dos investimentos. Pois, a rentabilidade do Plano foi de -2,68% e a meta atuarial era de 16,89%.

Com os dados de dez/2015, Rodarte concluiu afirmando que conforme a Resolução CNPC nº 22/2015, o PPSP deverá equacionar o montante de R\$ 12,4 bi em, no máximo, 17,69 anos. Desses R\$ 12,4 bi, R\$ 6,2 bi serão aportados pela patrocinadora Petrobrás e R\$ 6,2 bi deverão ser aportados pelos 75.000 beneficiários. Não foi falado em percentuais para os participantes.

O Presidente da Petros Henrique também abordou a questão do déficit e, além dos fatores apontados por Rodarte, também apontou como fatores que contribuíram para o déficit a questão da família real¹, antes, para o balanço atuarial, era considerada a família padrão², a inflação anual e os níveis de 2004, 05 e 06, cujo valor, segundo o presidente, não é de R\$ 2,9, mas de R\$ 3,1 bi.

O presidente Henrique também apontou as mudanças na administração da Petros com a criação do Comitê de Avaliação e Monitoramento de Risco de Investimento, Revisão estrutura Comitê de Investimento, contratação das agências de avaliações internacionais Fitch, Standard & Poor's e Moody's, adoção do modelo de três linhas de defesa para inimizar os riscos para os investimentos da Petros, criação de mais 11 comitês gestores, contratação de uma das big four para auditoria externa, reforma no estatuto (em andamento) e criação de comissões internas para apurar investimentos. Segundo ele, com essas medidas, além de diminuir os riscos nos investimento, aumentará transparência administrativa da Petros.

Henrique conclui dizendo que, por força de lei, a recomposição do déficit iniciar-se-á em março de 2017. Porém, segundo ele, tal recomposição será amplamente debatida com o beneficiários e patrocinadoras durante o ano de 2016.

3 DA PAUTA

Após essas exposições e considerando que esse ano a negociação com a Petrobrás será somente a parte econômica, o CNAP discutiu e aprovou o seguinte indicativo de pauta para a VI Plenafup de 2016:

3.1 Reajuste

Para o reajuste deve-se considerar dois cenários:

3.1.1 Cisão já implantada.

Os repactuados sempre receberão o índice do IPCA. Já para os não-repactuados o CNAP

¹ Família real: Considera a família cadastrada de cada beneficiário antes da aposentadoria.

²Família padrão: Considera o beneficiário como casado com um pessoa 10 anos mais nova e com 2 filhos

indica que deve-se pleitear o índice do Dieese e mais 5% de aumento real.

3.1.2 Cisão ainda não implantada.

O indicativo do CNAP é para pleito do índice do IPCA para repactuados e não-repactuados.

3.2 AMS

O pleito é de aumentar o valor do Grande Risco e do Benefício Farmácia, no máximo, pelo índice do IPCA.

Foi aventado a possibilidade de a Petrobrás querer rediscutir a forma de sustentação do Benefício Farmácia. Se isso ocorrer, o indicativo do CNAP é transformar o Benefício Farmácia nos moldes da AMS. Sendo que os remédios de alto custo, acima de R\$ 300,00 a unidade, os remédios oncológicos, de AIDS e os de uso contínuos sejam colocados nos moldes do Grande Risco e os demais nos moldes de Pequeno Risco. Essa seria uma saída para não perdermos o maior e melhor benefício já conquistado pelos sindicatos da FUP.

3.3 DÉFICIT DO PPSP

Para o equacionamento existem três possibilidades que deverão serem debatidas pelas bases para serem levadas a VI Plenafup.

3.3.1 Por aumento da contribuição normal.

Essa proposta foi a menos aceita pelos participantes. Pois, a contribuição normal deixa de fora os aposentados por invalidez, as pensionistas e os que optaram pelo BPO e ainda não se aposentaram. Isso implica em um percentual maior para a recomposição do déficit. E, contribuição normal só poderá ser reduzida se ocorrer um superavit acima de 25% das Reservas Matemáticas, o que dificilmente ocorrerá.

3.3.2 Por contribuição extraordinária.

Essa parece ser a mais atrativa. Pois, poderá ser suspensa quando for superado a situação de déficit e, como é extraordinária, os aposentados por invalidez, as pensionistas e os que optaram pelo BPO e ainda não se aposentaram também contribuirão. Portanto, isso faz reduzir o percentual para a recomposição do déficit.

3.3.3 Por composição de contribuição normal e extraordinária

A defesa dessa composição é que o déficit da Petros parte é de origem estrutural, isso é, por falha no regramento do fundo, por exemplo, a família padrão versus família real. Outro exemplo de falha estrutural é o "topado" que contribui com 90% do teto e se aposenta pelo teto. Outra parte do déficit é conjuntural, quer dizer, é fruto do momento político-econômico. Então, a proposta é separar e no que é estrutural aplicar uma contribuição normal e no que é conjuntural aplicar uma contribuição extraordinária.

4 PENDÊNCIAS DO ACT 2015-17

Embora a pauta seja apenas econômica, porém foi apontada a questão do não cumprimento de parte do ACT 2015-17, como, por exemplo, o Benefício Farmácia e a retomada do convênio Petrobrás-INSS. O indicativo do CNAP é pela exigência do cumprimento de tais cláusulas.

Moções do 3° Congresso Regional Unificado dos Petroleiros e Petroquímicos do Paraná e Santa Catarina

Carta de Laguna

Nós, petroleiros e petroleiras, ativos e aposentados (as), reunidos (as) na cidade de Laguna, em Santa Catarina, nos dias 31 de maio e 1º de junho, no 2º Encontro da Região Sul, externamos nossas preocupações com os rumos que o Brasil, a Petrobrás e a Petros podem tomar nesta conjuntura conturbada que o país atravessa.

Neste cenário de crise política e econômica, no qual ocorre um golpe de Estado arquitetado por setores retrógrados da sociedade, está evidente a aplicação de uma agenda liberal de ataques aos direitos sociais e trabalhistas, projeto político rejeitado pela sociedade brasileira nas urnas.

Tramitam no Congresso Nacional 55 projetos de lei que acabam, reduzem ou modificam para pior os direitos históricos dos trabalhadores, conquistados pelo movimento sindical brasileiro na árdua luta de classes. Incluem-se ainda na brusca mudança antidemocrática dos caminhos da política nacional os riscos que correm a Petrobrás, empresa estatal indutora do desenvolvimento do país, e o pré-sal, a maior descoberta mundial de reservas de petróleo deste século. A política de gestão de desinvestimentos e venda de ativos, aliada à nomeação à presidência da empresa de um privatista, de caráter ideológico ultraliberal e entreguista, representam o desmanche da Petrobrás. Com relação ao pré-sal, o Projeto de Lei 4567/2016 retira da estatal o direito de ser operadora exclusiva nas novas reservas, com participação mínima de 30%, e permite que essa riqueza seja explorada por empresas estrangeiras. Tal projeto acaba com o Regime de Partilha na exploração de petróleo, que garante, através do fundo soberano, os investimentos que podem solucionar os problemas sociais brasileiros.

No que tange a previdência, causa-nos preocupação o déficit acumulado pelo Plano Petros Sistema Petrobrás (PPSP) que, por força de lei, deve ser pago pelos participantes e patrocinadora na proporção de 50% para cada uma das partes. Queremos um amplo debate sobre as variáveis que influenciaram os resultados da Petros e a transparência nas contas dos investimentos do fundo de pensão para que possamos construir um plano de equacionamento que solucione os problemas que agora se apresentam. Propomos ainda que qualquer equacionamento seja feito com a participação de ativos, aposentados e pensionistas, e que, no caso de constatação de déficit, o problema seja resolvido por

todos os participantes e patrocinadora do Plano através de contribuição extraordinária.

Não aceitamos o golpe e sua agenda política de retrocesso, assim como nenhum direito social ou trabalhista a menos! Para combater o liberalismo excludente, reafirmamos nossas alianças com outras categorias de trabalhadores e movimentos sociais aglutinados na Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. Não hesitaremos na tarefa de construir a mobilização da luta por um país democrático e mais justo para todos.

Laguna-SC, 1° de junho de 2016

Apoio a Campanha do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra a mulher

A "Campanha do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra a mulher" vem a ser uma das campanhas oficiais do calendário brasileiro no combate a violência contra as mulheres. Tendo em vista os altos índices de violência no Brasil e categoria petroleira é majoritariamente masculina, encaminhamos a FUP o pedido de apoio e participação ativa nesta importante campanha, para que assim colabore diretamente na conscientização sobre o tema e por consequência contribua para a igualdade de gênero.

A campanha surgiu no Canada, após um bárbaro crime de misoginia acontecido no dia 6 de dezembro de 1989, quando um homem de 25 anos entrou armado na Escola Politécnica de Montreal, no Canadá. Em uma sala de aula, ele ordenou que os homens (aproximadamente 50) se retirassem. Assassinou 14 mulheres e depois saiu atirando pelos corredores e outras dependências da escola, gritando "Eu odeio as feministas". Desta forma, ele matou 14 estudantes, todas mulheres. Feriu ainda 14 pessoas, das quais 10 eram mulheres. Depois suicidou-se. Com ele, foi encontrada uma carta que continha uma lista com nomes de 19 feministas canadenses que ele também desejava matar e na qual ele explicitava a motivação de suas ações. O crime, que ficou conhecido como o "Massacre de Montreal", mobilizou a opinião pública daquele país, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse desequilíbrio social. Assim, um grupo de homens canadenses decidiu organizar-se para dizer que existem homens que cometem a violência contra a mulher. Lançaram, assim, a primeira Campanha do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra a mulher. Durante o primeiro ano da Campanha, foram distribuídos cerca de 100 mil laços entre os homens canadenses.

O dia 6 de dezembro foi escolhido mundialmente via os diversos órgãos das Nações Unidas, particularmente o UNIFEM e em parceria com organizações de mulheres, a Campanha do Laço Branco hoje está presente em todos os continentes e em mais de 55 países, sendo apontada pela ONU como a maior iniciativa mundial voltada para o envolvimento dos homens com a temática da violência contra a mulher. No Brasil, algumas iniciativas pontuais começaram a ser delineadas em 1999, por meio de atividades dirigidas a essa temática. Desde então diversos movimentos foram realizados nacional e internacionalmente em

alusão a esse triste momento que exemplifica a misoginia presente nas sociedades. Em 2007, como reconhecimento da importância do tema e da campanha, o governo brasileiro instituiu o dia 6 de dezembro como o "Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres" (Lei 11.489/07). Estima-se que a Campanha do Laço Branco aconteça durante todo o ano, contudo, seu principal período de atividade concentra-se entre o dia 25 de novembro e 10 de dezembro, período que compreende a "Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher".

Repúdio à Violência contra a Mulher

As trabalhadoras presentes no 4º Encontro de Petroleiras FUP, realizado em Macaé (RJ), nos dias 20 a 22 de Maio de 2016, na sede do Sindipetro NF vimos através desta repudiar a violência sofrida por todas as Mulheres, seja ela de qualquer tipo: Psicológica, emocional, sexual, física, moral e etc.

De acordo com as estatísticas a cada 15 segundos, no Brasil, uma mulher é vitima de algum tipo de violência: moral, física e assassinato. Uma em cada três mulheres sofre agressões e esta violência não está restrita a um certo meio, não escolhe raça, idade ou condição social. Praticada por pessoas próximas, na sua maioria homens, que no ato de descontrole tentam resolver alguma situação, por que eles acham que a mulher tem culpa.

Repudiamos a cultura do estupro!

Prestamos nossa solidariedade a todas as mulheres, jovens, filhas, irmãs, mães, idosas, negras, brancas, violentadas em cada lar, em cada bairro, em cada comunidade.

Citamos o caso da jovem indiana estuprada em 2012 por uma gangue de homenspsicopatas em Nova Deli e agora, o caso recente da jovem de 16 anos estuprada em 2016 por trinta e três, trinta e três no Rio de Janeiro.

São homens-psicopatas- covardes, monstros que atraíram sua vitima para um matadouro.

Revolta, indignação, nojo, asco é o nosso sentimento para com esses atos desumanos, degradantes e bestiais.

Nós mulheres, como todo ser humano, exigimos respeito.

Esperamos que a lei prevaleça na punição dos responsáveis e dissemos:

-Não a violência contra a mulher! -Não a cultura do Estupro!

Apoio ao Movimento dos Estudantes

As trabalhadoras presentes no 4º Encontro de Mulheres Petroleiras FUP, realizado em Macaé (RJ), nos dos 20 a 22 de maio de 2016, na sede do Sindipetro NF vimos através desta Moção, expressar todo apoio ao movimento dos estudantes das escolas publicas em todo Brasil.

Os estudantes sempre estiveram presentes nos momentos decisivos da nossa história. Na campanha "O petróleo é Nosso", os estudantes foram às ruas fortalecendo o movimento puxado pelo então presidente Getúlio Vargas que culminou na criação da nossa Petrobras.

O Coletivo de Mulheres Petroleiras FUP prestou sua solidariedade ao movimento e esteve presente junto aos estudantes que ocupavam a Escola Luiz Reid - em Macaé/RJ.

E o movimento estudantil segue reivindicando que os investimentos na Educação sejam ampliados, exige uma boa Escola, acesso ao ensino superior e mais todos os direitos inerentes a um Estabelecimento de Ensino de qualidade.

Essa também é a nossa bandeira, pois sabemos as dificuldades e problemas que nossas redes de ensino enfrentam sejam no âmbito municipal, estadual ou federal.

Repúdio ao governo golpista emitido

As trabalhadores presente no 4° Encontro de Mulheres Petroleiras FUP, realizado em Macaé - RJ, nos dias 20 a 22 de Maio de 2016, na sede do Sindipetro NF vimos através desta, repudiar o governo golpista ilegítimo do vice presidente peemedebista Michel Temer.

A figura de Judas se projetou sobre o vice presidente, escolhido inicialmente para harmonizar as relações do governo com o congresso.

Sob o comando dos senhores: Cunha, Gilmar Mendes, Moro e Mídia os golpistas pensaram no caminho mais curto para voltar a aplicar o projeto neoliberal de dominação da nossa economia – destituíndo a presidenta eleita - Dilma Rousseff – com 54 milhões de votos. Motivo: A Presidenta teria cometido as chamadas pedaladas fiscais, artificio contábil, que seu governo, seu vice, mais 24 governadores e todos os ex-presidentes dos últimos trinta anos utilizaram. Portanto não se trata de nenhum crime. Nem apropriação de dinheiro público.

Repudiamos o golpe institucional cuja intenção é entregar a economia nos trilhos do grande capital internacional e do capital financeiro local com o programa "Ponte para o Futuro" um compêndio ultra neoliberal que nega independência e soberania ao País, ataca as ações dos governos petistas, ameaça direitos de décadas, como os garantidos na CLT, programas sociais, um programa de retirada de direitos, privatizações, retrocessos e ataques aos direitos da mulheres e da população LGBT .

O golpe é uma VERGONHA MUNDIAL!

O golpe é uma grande ruptura no processo de democratização.

O momento é urgente e delicado, todos devemos saber o que é política de extermínio, luta de classe, criminalização da pobreza e tantas outras falcatruas que estão por trás do golpe.

Vamos à Luta! Reforma Politica Já!

Repudio A Araucária Nitrogenada e Petrobras

Pelo não cumprimento dos acordos e cartas de compromissos.

Pelo assedio moral coletivo aos Petroquímicos(as) pela não equalização do ACT vigente.

Repudio ao Golpista Temer e a Diretoria llegítima da Petrobras e seu Conselho de Administração

Sindipetro RN

RESOLUÇÕES DO XXXI CONGRESSO ESTADUAL DOS PETROLEIROS

E PETROLEIRAS DO RIO GRANDE DO NORTE

XXXI CEPETRO-RN

RESOLUÇÕES

Reunidos em 11 de junho de 2016, no Parque da Cidade "Dom Nivaldo Monte", em Natal-RN, os delegados e delegadas presentes ao 31º Congresso Estadual dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Norte (CEPETRO-RN) apreciaram e aprovaram um conjunto de análises e proposições, que deverá ser encaminhado à VI Plenária Nacional da Federação Única dos Petroleiros – Plenafup.

Na esfera política, o Projeto de Resolução busca interpretar a conjuntura nacional e contribuir com o debate sobre a linha política de atuação do movimento sindical petroleiro nos próximos meses. Na área organizativa, as proposições visam alterar os Estatutos da FUP, de forma a aperfeiçoar a atuação da entidade, no que diz respeito à sua capacidade de representar / mobilizar a mulher petroleira. Já, no terreno sindical, as sugestões têm em vista compor as Pautas de Reivindicações relativas à renovação dos Acordos Coletivos de Trabalho.

Por último, as moções aprovadas pelo XXXI CEPETRO-RN visam manifestar o ponto de vista da categoria petroleira norte-rio-grandense sobre fatos considerados relevantes, especialmente quando relacionados à defesa da soberania nacional e às lutas da classe trabalhadora, no Brasil e no mundo.

I. Resolução Política

- 1. As primeiras iniciativas do governo interino e ilegítimo presidido por Michel Temer revelam o seu caráter reacionário e confirmam as denúncias do movimento sindical petroleiro de que o golpe, travestido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, visa o retrocesso neoliberal em todas as esferas e constitui séria ameaça à democracia, aos direitos trabalhistas e à soberania nacional;
- 2. Sob a cínica e falsa bandeira da austeridade fiscal os golpistas extinguiram os ministérios do Desenvolvimento Agrário, das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, dos Portos e da Cultura, sendo que este último foi recriado recentemente em função do protesto popular. Claramente, o objetivo dessas medidas é reduzir os espaços e fechar canais de participação dos trabalhadores e movimentos sociais nos processos de elaboração e acompanhamento da execução das políticas sociais;
- 3. Ao mesmo tempo, demonstrando que o discurso sobre a necessidade de equilíbrio das contas públicas não passa de balela, o governo ilegítimo de Michel Temer

ampliou significativamente o tamanho da previsão de rombo no orçamento da União para este ano (R\$ 170 bilhões), encaminhando ao Congresso e fazendo aprovar a nova meta fiscal:

- 4. Apoiado pelo Parlamento mais conservador da história do país, o governo interino ampliou a Desvinculação de Receitas da União (DRU) para 30%, reduzindo recursos que, por força da Constituição, deveriam ser destinados à Saúde (SUS), Educação, Previdência e Seguridade Social. Além disso, cortou verbas de programas sociais como "Minha Casa, Minha Vida"; instalou no comando da secretaria de Políticas para as Mulheres uma ex-deputada acusada de desvio de recursos públicos, e que é contrária à legalização do aborto, inclusive em casos de estupro; colocou a Previdência Social sob o controle do Ministério da Fazenda e anunciou uma reforma que estabelece idade mínima de 65 anos para aposentadoria, desvinculando o reajuste dos benefícios e pensões do aumento do salário mínimo;
- 5. Comandados por Temer, os golpistas apoiados pela FIESP também querem uma reforma trabalhista fundada no primado da negociação sobre a Lei, o que pode significar o fim da CLT e de direitos como férias, 13° salario, licença-maternidade, descanso semanal remunerado, jornada regulada, entre outros direitos. Almejam, ainda, reeditar a política de privatizações da era FHC, e atacam a educação pública e os segmentos mais esclarecidos do magistério, pretendendo amordaçá-los com a proposta esdrúxula, alienante e antidemocrática da "Escola sem Partido";
- 6. No âmbito das relações internacionais, com o Itamaraty nas mãos do tucano José Serra (um político comprovadamente comprometido com os interesses de multinacionais dos EUA), os usurpadores estão restaurando uma política subalterna ao imperialismo e dando as costas à integração latino-americana e caribenha. Contam com o apoio de Washington, que agiu nos bastidores para derrubar Dilma, inclusive recorrendo à espionagem contra ela e a Petrobrás. As mudanças de regras na exploração do pré-sal, anunciadas como prioridade do governo, vão na contramão da soberania nacional para satisfazer o apetite do capital estrangeiro. A dimensão geopolítica dos acontecimentos em curso no Brasil, apesar de mascarada pela mídia golpista, não deve ser subestimada. Instituições como o Mercosul, Unasul, Celac e o próprio Brics (hoje o maior desafio à hegemonia dos EUA), tendem a ser enfraquecidas;
- 7. Tentando surfar na maré entreguista, o deputado federal Beto Rosado (PP-RN) apresentou, recentemente, o Projeto de Lei nº 4663/16, que obriga a Petrobrás a devolver à União os direitos de exploração sobre campos de petróleo com reserva inferior a 50 milhões de barris e produção inferior a 15 mil barris/dia, que ele diz serem improdutivos. No RN, não sobraria um campo sequer. Buscando aproveitar a "ocasião favorável", o deputado pretende aprovar a proposta de forma conclusiva nas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Minas e Energia; de Finanças e Tributação

e de Constituição e Justiça e Cidadania, para que seja sancionada pelo interino golpista de maneira que os campos de petróleo sejam privatizados a toque de caixa, em leilão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

- 8. A hostilidade frente aos interesses populares transparece na própria face da administração golpista, integrada pela burguesia branca, sem a presença de mulheres, negros ou (sequer um) representante da classe trabalhadora no primeiro escalão. O seu perfil de classe é nítido e explica o forte respaldo econômico e social que goza junto ao empresariado. O golpe foi dado para levar a cabo o projeto dos grandes proprietários rurais, dos banqueiros e especuladores, do grosso do patronato e das transnacionais, ou seja, para impor o retrocesso neoliberal reiteradas vezes repudiado pelo povo e derrotado nas urnas e, além disto, delimitar e abafar a Operação Lava-Jato, restringindo-a ao papel sujo de desestabilizar o governo Dilma e desmoralizar Lula;
- 9. Coerentes com os valores democráticos que sempre defenderam, os petroleiros e petroleiras norte-rio-grandenses não reconhecem legitimidade no governo Temer. Por isso, defendem que o movimento sindical petroleiro recuse qualquer negociação com seus prepostos e, inclusive, com a nova direção da Petrobrás, encabeçada pelo ex-chefe da Casa Civil do governo FHC, Pedro Parente. Réu em ações populares que cobram ressarcimento à Petrobrás por prejuízos causados em diversas operações, Parente nem deveria ter sido indicado ao cargo. No entanto, num gesto de escancarada subserviência, ignorando inclusive os Estatutos da Companhia, teve seu nome referendado pelo Conselho de Administração da Petrobrás, contando, inclusive, com o voto favorável da conselheira que ganhou a representação dos trabalhadores com o apoio das gerências;
- 10. Apesar da celeridade com que vem tentando impor a ortodoxia neoliberal, o golpe parlamentar-jurídico-midiático não deve ser dado por consumado. Embora Dilma Rousseff tenha sido afastada provisoriamente, o desfecho ainda depende do julgamento final do processo de impeachment pelo Senado e o resultado ainda não está definido. Apesar do cenário adverso, a pressão popular sobre os senadores indecisos pode frustrar o objetivo dos conspiradores, principalmente porque suas primeiras iniciativas, assim como os escândalos que estouram quase diariamente, despertam ampla indignação nas camadas mais conscientes da sociedade, nos movimentos sociais e na classe trabalhadora;
- 11. É forte também o repúdio ao golpe no exterior, inclusive por parte significativa da mídia internacional, que tem contribuído para desmascará-lo, enquanto a mídia burguesa nativa, golpista por natureza, recorre a toda sorte de manipulações para falsificar a realidade e blindar Temer. O governo tem uma longa ficha suja, com muitos ministros atolados na corrupção e duas quedas (dos ex-ministros Jucá, Planejamento, e Fabiano Silveira, da transparência) nos primeiros 15 dias, por consequência dos escândalos. Por decisão do STF, foi também constrangido a reconduzir o jornalista Ricardo Melo à presidência da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), da qual fora afastado ilegalmente;

- 12. Sob nenhuma hipótese, a categoria petroleira deve transigir com o golpe e o projeto de retrocesso neoliberal em curso. Nesse sentido, o XXXI CEPETRO-RN entende que as entidades que compõem o movimento sindical petroleiro devem estabelecer uma plataforma de ação comum e empreender uma luta sem tréguas contra o governo ilegítimo, forjando uma aliança com a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo e com outros setores da sociedade;
- 13. A base para a constituição dessa ampla frente de atuação política é a defesa da democracia, da soberania e da valorização do trabalho; das estatais ameaçadas pelo PL 4918; do sistema de partilha na exploração do pré-sal; do funcionalismo, na luta contra o PL 257; do fortalecimento do SUS e da educação pública contra a mercantilização da saúde e da educação; e pela recriação do Ministério da Previdência;
- 14. Com base nessa plataforma, o XXXI CEPETRO-RN conclama os petroleiros e petroleiras norte-rio-grandenses, bem como, os dos demais estados, a não medirmos esforços em torno da construção e concretização de uma agenda unitária dos movimentos sociais contra o golpe, da qual, neste momento, se destacam: a greve nacional dos portuários, no dia 13; o ato em defesa da Petrobrás e do pré-sal, no dia 14, na Câmara dos Deputados, em Brasília; e o ato em defesa da democracia, da Previdência Social e pelo retorno do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no dia 16;
- 15. Por fim, diante do impasse a que a situação do país poderá chegar, os petroleiros e petroleiras reunidos no XXXI CEPETRO-RN defendem, ainda, a convocação de um plebiscito para que a população brasileira delibere livremente sobre a necessidade de antecipação das eleições presidenciais para este ano. O Plebiscito está inscrito na Constituição e a soberania do voto popular é o alicerce no qual está erguida a Carta Magna. A realização de eleições é o caminho para que possamos enterrar o golpe e construirmos uma nova alternativa política no país.

II. Resolução Organizativa

Reunidos nos XXXI CEPETRO-RN, os petroleiros e petroleiras norte-rio-grandenses endossam a proposta de alteração dos Estatutos da Federação Única dos Petroleiros – FUP, nos termos aprovados no IV Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras (ENMP-FUP), a fim de que seja criada a Secretaria da Mulher Trabalhadora do Setor Petróleo, no âmbito de sua Direção Executiva. Dessa forma, os artigos 19 e 21 dos Estatutos teriam nova redação, sendo, ainda, acrescentado novo artigo (29), conforme descrito a seguir:

CAPÍTULO VI – Da Diretoria e de seus Suplentes

Artigo 19 - A Direção Executiva da FUP será exercida por um colegiado, composto de 16 (dezesseis) membros titulares. estes corresponderá Α igual número de diretores suplentes, os quais atuarão na medida e impedimentos eventualidade dos e/ou afastamentos dos titulares.

Parágrafo Único: A Direção se reunirá ordinariamente a cada 3 (três) meses, ou extraordinariamente quando devidamente convocada.

(...)

Artigo 21 – A Direção Executiva da FUP será composta das seguintes secretarias:

- a) Secretaria de **Coordenação Geral** um membro;
- b) Secretaria de Administração e Finanças dois membros;
- c) Secretaria de Imprensa e Comunicação dois membros;
- d) Secretaria de Política Sindical e Formação dois membros;
- e) Secretaria de **Seguridade**, **Aposentados e Políticas Sociais** um membro;
- f) Secretaria de Saúde, Segurança, Tecnologia e Meio Ambiente dois membros;
- g) Secretaria de **Assuntos Jurídicos, Institucionais e Terceirizados** dois membros;
- h) Secretaria da Mulher Trabalhadora do setor petróleo dois membros;
- i) Secretaria de **Relações Internacionais e do Setor Privado** dois membros.
- § 1° A Secretaria de Seguridade, Aposentados e Políticas Sociais terá, obrigatoriamente, entre seus membros, o1(um) petroleiro aposentado;
- § 2° A Secretaria da Mulher trabalhadora do setor petróleo será, obrigatoriamente, ocupada por trabalhadoras petroleiras.

(...)

Artigo 29 – À Secretaria da Mulher Trabalhadora do Setor Petróleo compete:

- I Pugnar em todos os ambientes pela efetiva emancipação da mulher na sociedade brasileira;
- II Elaborar e executar o plano de ação da FUP pela organização política e emancipação das mulheres do setor petróleo;
- III Manter permanente e efetiva integração com organismos e entidades, sindicais ou não, onde a luta e defesa dos direitos da mulher estejam presentes;
- IV Coordenar e acompanhar o funcionamento do coletivo de Mulheres Petroleiras da FUP:
- V coordenar e/ou acompanhar o conjunto de ações comuns de solidariedade e intercâmbio com as trabalhadoras do setor petróleo de outros países.
- III. Propostas para a Pauta de Reivindicações

- 1. Pela exclusão da tabela congelada (uma aberração jurídica, ato inconstitucional), principalmente por retroagir ao ano de 2006, parágrafo único do ACT realizado no ano de 2010:
- 2. Que a Petrobrás faça repasse financeiro para a PETROS a fim de que a mesma possa efetuar o pagamento referente aos níveis DE 2004/2005/2006, e a respectiva incorporação aos aposentados e pensionistas, que ajuizaram as ações e não obtiveram êxito, pois este repasse é de responsabilidade da patrocinadora, e os devidos pagamentos já foram aprovados em ACORDOS COLETIVOS;
- 3. Pelo pagamento da dívida paritária da patrocinadora Petrobrás para com o fundo de pensão PETROS, que vem ocasionando um déficit técnico de aproximadamente R\$ 27 bilhões. A FUP já havia autorizado uma ação entre 2000 e 2002, cobrando da patrocinadora Petrobrás, e simplesmente por determinação política o processo foi arquivado;
- 4. Que as federações (FUP e FNP) trabalhem com vistas à criação de um comitê anticorrupção para exterminar corruptos e corruptores para que possamos salvar a Petrobrás e torna-la 100% estatal. Só assim, todo o petróleo produzido no Brasil será 100% brasileiro.
- 5. Que as federações (FUP e FNP) encampem a luta comum para que o custeio da AMS seja integral e de total responsabilidade da Petrobrás, em todos os procedimentos;
- 6. Que as cotas do Programa de Assistência ao Aposentado (PASA) sejam aumentadas para que haja uma cobertura maior nos procedimentos;
- 7. Que o serviço social e o setor médico da Petrobrás intensifiquem os cuidados com o Programa de Assistência ao Paciente Especial (PAE);
- 8. Que sejam feitas melhorias no Auxílio para Cuidador de Idosos, de forma que o atendimento aos assistidos seja aprimorado e mais qualificado;
- 9. Que a Petrobrás implemente o Benefício farmácia e que assuma a condição de gestora do Plano (Art. 79 do ACT 2013);
- o Que seja ampliado o número de farmácias credenciadas para melhor assistir aos usuários e beneficiários:
- o Que seja criado um Grupo de Trabalho gestor desse benefício composto por funcionários comprometidos com a ética e que respeitem as normas vigentes na legislação da gestão da empresa para evitar fraudes;
- o Que sejam liberados todos os medicamentos possíveis, para que as farmácias credenciadas possam atender às demandas dos assistidos e que todas as liberações passem por uma criteriosa análise do setor responsável;

- Que a Petrobrás assuma o custeio de todos os procedimentos odontológicos em sua totalidade;
- 10. Que a Petrobrás repasse para a PETROS os valores referentes ao passivo dos níveis de 2004/05/06;
- 11. Que a PETROS incorpore os níveis aos benefícios dos aposentados e pensionistas (que tiveram sentença improcedente);
- 12. Que a PETROS reponha as perdas salariais a partir de 2006;
- 13. Que a PETROS possa aplicar um desconto extra para todos os participantes com a finalidade de cobrar o déficit de R\$ 18 bilhões (ativos, aposentados e pensionistas);
- 14. Que a Petrobrás faça o reembolso do Benefício Farmácia, independentemente de contratação de nova operadora;
- 15. Que a Petrobrás seja a gestora do BF (Art. 79 do ACT 2013)
- IV. Moções

Moção de Solidariedade à classe trabalhadora e ao povo francês

Reunidos no XXXI CEPETRO-RN, realizado em Natal (RN), no dia 11 de junho de 2016, os petroleiros e petroleiras norte-rio-grandenses manifestam sua mais ampla solidariedade à luta da classe trabalhadora e do povo francês contra a tentativa de reforma da legislação trabalhista empreendida pelo governo de François Hollande.

O projeto mexe em conquistas adquiridas, subtraindo ou restringindo direitos, além de passar por cima dos sindicatos nas negociações coletivas, permitindo aos patrões negociarem diretamente com os trabalhadores de sua fábrica ou empresa, até mesmo o rebaixamento de salários.

Com diversos setores econômicos em greve e massivas manifestações de rua, a classe operária e os trabalhadores franceses haverão de resistir à repressão e impedir a tentativa de assalto que visa descarregar o ônus da crise capitalista sobre seus ombros, salvaguardando a burguesia.

Moção de Repúdio ao PL 4663/16, de autoria do dep. federal Beto Rosado (PP-RN)

Os petroleiros e petroleiras norte-rio-grandenses, reunidos no XXXI CEPETRO-RN, realizado em Natal (RN), no dia 11 de junho de 2016, manifestam o seu mais veemente repúdio ao Projeto de Lei 4663/16, de autoria do deputado federal Beto Rosado (PP-RN). O PL obriga a Petrobrás a devolver à União os direitos de exploração sobre os campos de petróleo com reserva inferior a 50 milhões de barris e produção inferior a 15 mil barris/dia.

A ideia do deputado é aprovar a proposta de forma conclusiva nas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Minas e Energia; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e Cidadania, da Câmara Federal, para que seja rapidamente sancionada pelo "presidente" interino, a fim de que os campos de petróleo sejam privatizados a toque de caixa, em leilão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Caso a proposta seja aprovada, a quase totalidade dos campos petrolíferos brasileiros passará às mãos da iniciativa privada, gerando enormes prejuízos para a economia do Rio Grande do Norte e de outros Estados produtores. A categoria petroleira norte-riograndense já está mobilizada e reagirá de forma firme e decidida, a fim de evitar este assalto ao patrimônio público, que coloca em risco o futuro dos trabalhadores e de suas famílias.

Moção de Solidariedade ao companheiro Cláudio Nunes

Reunida no XXXI CEPETRO-RN, realizado em Natal (RN), no dia 11 de junho de 2016, a categoria petroleira norte-rio-grandense vem a público manifestar sua solidariedade com o diretor do SINDIPETRO-NF e da FUP, Claudio Nunes. De forma criminosa e autoritária, o companheiro teve o contrato de trabalho suspenso pela Gerência do Terminal da Transpetro em Cabiúnas (Macaé-RJ), sob a alegação de "apuração de falta grave".

A atitude injustificada e dolosa, agravada por ter como alvo um representante dos trabalhadores, configura prática antissindical e revela a face cruel de uma concepção gerencial anacrônica, que tenta se impor por meio de intimidação e constrangimento. O gesto, porém, apenas fortalece a convicção de que não devemos nos curvar diante de atitudes covardes, merecendo total repúdio da categoria petroleira norte-rio-grandense.

V. Anexos

NOVAS REGRAS PARA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Cálculo leva em conta a soma da idade e tempo de contribuição da pessoa

A nova regra de cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição foi estabelecida pela Lei 13.183, publicada no Diário Oficial da União. Agora, o cálculo levará em consideração o número de pontos alcançados somando a idade e o tempo de contribuição do segurado – a chamada Regra 85/95 Progressiva. Alcançados os pontos necessários, será possível receber o benefício integral, sem aplicar o fator previdenciário.

Até 30 de dezembro 2018, para se aposentar por tempo de contribuição, sem incidência do fator, o segurado terá de somar 85 pontos, se mulher, e 95 pontos, se homem. A partir de 31 de dezembro de 2018, para afastar o uso do fator previdenciário, a soma da idade e do tempo de contribuição terá de ser 86, se mulher, e 96, se homem. A lei limita esse escalonamento até 2026, quando a soma para as mulheres deverá ser de 90 pontos e para os homens, 100 – conforme a tabela abaixo:

	Mulher	Homem
Até 30 de dezembro de 2018	85	95
De 31 de dez/18 a 30 de dez/20	86	96
De 31 de dez/20 a 30 de dez/22	87	97
De 31 de dez/22 a 30 de dez/24	88	98
De 31 de dez/24 a 30 de dez/26	89	99
De 31 de dez/26 em diante	90	100

Com a nova regra, os trabalhadores vão se aposentar com 85 e 95 anos?

Não! 85 e 95 é o número de PONTOS que eles deverão atingir para se aposentarem integralmente. O número de pontos é igual à idade da pessoa mais o tempo de contribuição com o INSS. (Exemplo: uma mulher de 53 anos que tiver trabalhado por 32 anos já pode receber aposentadoria integral. O mesmo vale para um homem de 59 que tiver trabalhado por 36 anos). Esses números serão gradualmente aumentados até 2026, quando chegarão a 90 pontos para as mulheres e 100 para os homens.

Então agora só se aposenta por tempo de contribuição quem atingir os 85 ou 95 pontos?

Não. Para ter direito à aposentadoria por tempo de contribuição, os segurados da Previdência Social precisam ter 30 anos de contribuição, no caso das mulheres, e 35 anos, no caso dos homens. A nova regra é uma opção de cálculo, que permite afastar a aplicação do Fator Previdenciário. Caso a pessoa deseje se aposentar antes de completar a soma de pontos necessários, ela poderá se aposentar, mas vai haver aplicação do fator previdenciário e, portanto, potencial redução no valor do benefício.

Qual a idade mínima para se aposentar pela Regra 85/95?

Pelas regras de hoje, NÃO existe idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição no INSS. O que é exigido para esse tipo de aposentadoria é o tempo mínimo de contribuição, de 30 anos para mulheres e de 35 para homens. A regra 85/95 não muda em nada o requisito de acesso ao benefício. A nova regra traz uma nova forma de cálculo do valor do benefício, permitindo que não se aplique o Fator Previdenciário para quem atingir os pontos.

Esta regra acaba com o Fator Previdenciário?

Não, ele continua em vigor. A nova regra é uma opção. Caso a pessoa deseje se aposentar antes de completar a soma de pontos necessários, ela poderá se aposentar, mas vai haver aplicação do fator previdenciário e, portanto, potencial redução no valor do benefício.

TCU E DEST: UMA INTERPRETAÇÃO PREOCUPA

Equívoco ao interpretar o art. 202, parágrafo 3°, da Constituição Federal, pode ter graves consequências, conforme o alerta de 4 especialistas ouvidos pelo Diário. O participante tem que ser compreendido como o gênero, sendo o assistido a espécie - em cujo conceito está claramente incluído o pensionista-, enfatiza o advogado Adacir Reis, do escritório Reis, Tôrres, Florêncio, Corrêa e Oliveira Advocacia.

Uma interpretação equivocada, tanto do ponto de vista jurídico quanto atuarial, tem gerado preocupação dos especialistas em assuntos jurídicos dos fundos de pensão, por conta da decisão do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão do Ministério do Planejamento, que determina às empresas estatais federais, patrocinadoras de planos de benefícios, não fazerem aportes de recursos de forma paritária no caso de pensionistas. O entendimento, baseado em posição do Tribunal de Contas da União (TCU), considera apenas os participantes ativos e os assistidos como figuras válidas para fins de aportes paritários. "O posicionamento do TCU, que foi incorporado pelo DEST, é absolutamente equivocado e está fundado em um equívoco conceitual que inspira preocupação pela delicadeza do momento que se vive, podendo ter graves consequências", analisa o advogado Flávio Rodrigues, do escritório Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados.

O equívoco está baseado na interpretação do art. 202, parágrafo 3º, da Constituição Federal, segundo o qual a paridade obedeceria apenas às contribuições dos segurados: § 3° É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998). De acordo com a interpretação que está sendo dada a esse comando legal, explica Rodrigues, o pensionista não seria um segurado porque ele recebe um seguro que alguém pagou por ele, mas, no regime de capitalização da previdência complementar privada, a reserva deve estar totalmente constituída e, portanto, quando ela não está totalmente constituída, cabe ao pensionista continuar fazendo as contribuições". O que tende a gerar uma interpretação restritiva para planos de benefícios que foram contratados da mesma forma há décadas, e que irá certamente produzir questionamentos. O equívoco, acredita Rodrigues, "foi consequência do ambiente criado em torno dos fundos de pensão estatais e ao pressuposto de que haveria má gestão dos recursos desses planos, levando à adoção de uma visão equivocada da lei".

Os planos de benefícios da previdência complementar têm como objetivo estruturar a possibilidade de sustento do contribuinte e dos familiares pelos quais ele tem responsabilidade, uma premissa que integra os contratos feitos entre os participantes e os planos. "Essa garantia de sustento alcança não apenas o participante ativo mas também os aposentados e pensionistas, por meio da cobertura de riscos de longevidade ou de infortúnios de invalidez ou morte", lembra o advogado Roberto Messina. Contrariando essa realidade, a consultoria jurídica do DEST considera que há posições divergentes entre a Previc e o TCU porque a paridade não caberia aos pensionistas, com base no art. 202 da Constituição Federal. A interpretação dada a esse ponto da Constituição é reforçada ainda por outro equívoco, desta vez ligado à Lei Complementar 108.

Literalidade - "O entendimento do TCU e do Planejamento está em desarmonia conceitual coma Lei Complementar 108", reforça o advogado Maurício Tôrres, do escritório Reis, Tôrres, Florêncio, Corrêa e Oliveira Advocacia. "Tal entendimento está preso a uma literalidade de interpretação em relação a um comando específico da legislação, o do parágrafo primeiro do art. 6° da LC 108, relativo ao custeio dos planos de benefícios", afirma Torres. Diz o Art. 6°: O custeio dos planos de benefícios será responsabilidade do patrocinador e dos participantes, inclusive assistidos. Em seu parágrafo primeiro, entretanto, a lei determina: A contribuição normal do patrocinador para plano de benefícios, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no art. 50 da Emenda Constitucional no 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador. O problema é que o entendimento do TCU está restrito a esse parágrafo, ignorando o caput do próprio art. 6°, explicam os especialistas.

Dois pesos e duas medidas - O participante tem que ser compreendido como o gênero, sendo o assistido a espécie - em cujo conceito está claramente incluído o pensionista -, enfatiza o advogado Adacir Reis. Conforme, aliás, reforçam não só o caput do art. 6° da LC 108 mas também a LC 109 em seu art. 24°, relativo à divulgação de informações, e a mesma LC 109 em seu art. 8°, ao definir os termos participante e assistido, que inclui o seu beneficiário, observa Reis. Diz a LC 109 em seu art. 8°: Para efeito desta Lei Complementar, considera-se: I - participante, a pessoa física que aderir aos planos de benefícios; e II - assistido, o participante ou seu beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada.

Segundo o art. 24º da mesma lei, "A divulgação aos participantes, inclusive aos assistidos, das informações pertinentes aos planos de benefícios dar-se-á ao menos uma vez ao ano, na forma, nos prazos e pelos meios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador".

"Não pode haver dois pesos e duas medidas, é preciso que haja uma interpretação sistemática das leis complementares 108 e 109 e não que seja pinçado um parágrafo específico de um comando", afirma Reis. Nesse sentido, a interpretação literal dada pelo TCU a esse único comando legal não pode prosperar, entendem Adacir Reis e Maurício Torres.

Além do equívoco jurídico, há uma percepção atuarial equivocada de custo para a patrocinadora, argumenta Reis. "A questão ganha relevância porque leva em conta que o assistido vai continuar a contribuir mesmo em gozo de benefício, mas do ponto de vista da modelagem do plano, conforme foi destacado pela Previc em seu parecer, o custo atuarial seria o mesmo". A paridade nesse caso não adiciona custos para a patrocinadora porque haverá apenas uma subdivisão de custos entre assistidos e pensionistas, que será diluída no tempo, então não há razão para excluir o pensionista.

Relação contratual ignorada - Ao excluir o pensionista, essa interpretação esquece que o sistema é regulado pela LC 109, adverte Roberto Messina. " A LC 108 tem abrangência menor e específica para a realidade das empresas públicas, mas não altera conceitos, apenas traz características adicionais à 109". Não é, portanto, competência material da LC 108 regular o sistema. Messina também sublinha a importância do art. 8° da LC 109, que evidencia claramente a abrangência de cobertura para as três figuras previstas nos planos - participantes, assistidos e beneficiários. "O TCU não está enxergando, com esse posicionamento, qual é o caráter contratual dessa relação previdenciária, que está prevista na Constituição e nos regulamentos dos planos de custeio das Entidades Fechadas de Previdência Complementar", alerta Messina. Para o advogado, não é possível dar uma interpretação nova e sem base, ignorando o caráter contratual e o objetivo de proteção contido nessas relações, que é um direito adquirido. "Isso não pode ocorrer com as contribuições normais nem com as extraordinárias, deve ser observada a paridade contributiva; caso contrário isso significaria romper o contrato de proteção ao participante e seus pensionistas, numa rescisão unilateral", afirma Messina.

Além disso ele lembra que, para fazer frente à diferença dos recursos aportados, uma parcela da população do plano teria que contribuir em dobro. Essas pessoas poderão decidir não aceitar e questionar judicialmente a medida, fazendo com que os demais sejam obrigados a pagar a sua parte. "Isso provocaria um rearranjo não previsto do equilíbrio dessas relações, enquanto a União estaria abandonando os pensionistas finais à sua própria sorte, tudo isso num plano que é mutualista", pondera Messina.

Esforço de esclarecimento - As consequências desse entendimento equivocado, acredita Flávio Rodrigues, poderão ser graves e é preciso, portanto, que o sistema de fundos de pensão faça um esforço de esclarecimento e de informação junto ao TCU e à administração pública federal. Ao diminuir o parâmetro da paridade, essa decisão significa que irá faltar dinheiro para cobrir os compromissos com os pensionistas em contratos que foram celebrados dessa forma há dezenas de anos, até 50 anos atrás. "É fundamental que o sistema busque esclarecer institucionalmente o DEST e o TCU sobre o equívoco e o impacto que poderá advir disso", avalia Rodrigues.

Ao mesmo tempo que o DEST não autoriza a paridade para os pensionistas, a Previc acertadamente pensa diferente e defende a paridade, observa Messina. Ele lembra que

os planos não têm de onde tirar a diferença de recursos para cumprir seus compromissos e destaca que os princípios da especialidade, da legalidade e da segurança jurídica não admitem que a supervisão das patrocinadoras crie ou interprete livremente conceitos de previdência complementar que não são de sua área. Na avaliação de Messina, não é competência do DEST interferir nesse tipo de ação de supervisão e caberá à sociedade civil fazer um esforço para reverter a medida, "até porque isso fere de morte a credibilidade do sistema".

(Martha E. Corazza - Diário dos Fundos de Pensão – 30/05/2016)

FUNDO DE PENSÃO RENDE MAIS EM 2016

Na contramão da crise econômica do País, os fundos de pensão fechados no Brasil estão tendo em 2016 a melhor rentabilidade em mais de cinco anos, refletindo a combinação de juros altos e a disparada recente das ações brasileiras.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), a rentabilidade média do setor estimada no primeiro trimestre foi de 5,24%, o melhor desempenho trimestral desde o quarto trimestre de 2010.

Com patrimônio de cerca de R\$ 730 bilhões no fim de 2015 e com quase sete milhões de associados, as entidades do setor avaliam que, se o resultado não for revertido nos próximos meses, podem ter resultado acima da meta atuarial - valorização mínima necessária para o fundos conseguirem pagar os benefícios dos associados de forma sustentada no longo prazo - o que não acontece desde o exercício de 2013.

Fomos beneficiados com a melhora de expectativas de China e Estados Unidos, que repercutiram nos mercados, em simultâneo com o processo de impeachment [da hoje presidente afastada Dilma Rousseff] no Brasil, disse Jorge Simino, diretor de investimentos e patrimônio do Funcesp.

Maior fundo de pensão patrocinado por empresas privadas do País, com 15 patrocinadoras, o Funcesp teve rentabilidade de 10,7% de janeiro a abril, mais que o dobro da meta atuarial, de 5,2%.

Embora acompanhado com intensidades distintas no setor, o movimento é um alívio especialmente para fundos que nos últimos anos acumularam sucessivos déficits, quando o patrimônio de um plano fica menor do que os compromissos com pagamentos atuais e futuros. É o caso de fundos de funcionários de grandes estatais, como Petros (Petrobras), Funcef (Caixa Econômica Federal). Postalis (Correios) e Previ (Banco do Brasil).

De janeiro a março, a carteira do Petros teve rentabilidade de 5,09%, acima da meta atuarial de 4,05%. No principal fundo do Funcef, o retorno de ativos que respondem por cerca de 60% do total, ficou ao redor de 4,5%, ante meta de 4,34%. No Previ, a valorização foi de 5,75%, ante meta de 4,19%.

No Funcef, por exemplo, onde papéis da Vale, da Invepar e da Norte Energia representam cerca de um terço do portfólio da carteira principal, a valorização na Bolsa de Valores ajudou nos números. A gente espera superar meta atuarial de cerca de 13%, disse o diretor de investimento da Funcef, Mauricio Marcelini. A pressão nos passivos diminui um pouco, completou.

(Reuters-31/05/2016)

GOVERNO QUER ALTERAR IDADE PARA APOSENTADORIA EM 2016

Mais uma vez vamos enfrentar um gravíssimo problema. Estamos às voltas com uma nova Reforma da Previdência

Desde 1995, na era FHC, esse assunto foi apresentado e feito uma reforma na previdência que retiraram direitos. O Congresso Nacional aprovou em 1998 a emenda Constitucional 20, essa reforma atingiu particularmente, os trabalhadores da iniciativa privada (INSS). FHC, que chamou os aposentados de vagabundos, endureceu as condições de acesso aos benefícios e impôs maiores sacrifícios aos trabalhadores ativos. Dentro do saco de maldades daquela reforma, estava a substituição do tempo de serviço por tempo de contribuição, extinção das aposentadorias proporcionais, exigência de idade mínima (48 anos para mulheres e 53 anos para homens), além de introduzir um complicado fator previdenciário para baixar os valores dos benefícios. E mais, os salários de referência foram defasados em relação ao salário mínimo, reduzindo bruscamente o teto dos benefícios.

No início do governo Lula em 2002, os meios de comunicação alardeiam novamente a quebra da Previdência, mirando, dessa vez, os trabalhadores do setor público, acusados de privilegiados. A proposta enviada ao Congresso pelo governo Lula atingiu direitos dos servidores públicos com corte de benefícios e mudanças de regras. Entre elas, a cobrança dos inativos (acima de R\$ 1.058,00) em 11%, redução das futuras pensões que só poderão atingir até 70% de seu valor, aumento da idade mínima dos atuais servidores para 60 anos se homem e 55 anos se mulher para se aposentar.

É sempre a mesma cantilena, que não há "rombo" ou "déficit", como se repete insistentemente na mídia, nem no Regime Geral de Previdência Social (INSS), muito menos no Regime Próprio dos Servidores Públicos (RPSP). Os gastos com aposentadorias, pensões e outros benefícios dos trabalhadores com carteira assinada, somados a todas as despesas públicas com Saúde e Assistência Social, são cobertos com contribuições recolhidas sobre o faturamento e o lucro das empresas (COFINS, CSLL), a CPMF, loterias e as contribuições dos trabalhadores e da patronal, formando o orçamento da Seguridade Social, previsto na Constituição Federal. Nessa conta, entre receita e despesas, sobram R\$ 32 bilhões (2002), superávit que vai para o Tesouro Nacional.

Para uma previdência forte e sustentada, têm que ter crescimento econômico no país, atacando o desemprego e a informalidade no trabalho, aumentando a arrecadação da previdência, cobrando as dívidas das empresas e governos, estimadas em R\$153 bilhões à Previdência, precisa acabar com as isenções de entidades "filantrópicas" faculdades particulares, altamente lucrativas, clubes de futebol, por onde escoam R\$ 12 bilhões ao ano, se juntarmos o que o governo fez com a chamada desoneração da folha de pagamento.

Fica claro, assim, pela complexidade do tema, pelo impacto na vida pessoal de milhões de brasileiros e suas famílias e por influir na qualidade dos serviços públicos atingindo toda a população, que uma Reforma da Previdência não pode ser feita com pressa e açodamento. Mais do que isso, nosso governo não pode aceitar as pressões do capital financeiro e das multinacionais, por mais ajuste fiscal cortando direitos dos servidores e pela criação de Fundos de Pensão para os futuros servidores que representarão na prática aumento de transferência de recursos do Estado e dos servidores para o mercado financeiro, sem nenhuma garantia que a especulação financeira não devorará a aposentadoria dos futuros servidores públicos.

Não se pode aceitar, também, pressões que vem dos governadores que querem fazer Reforma Tributária via Reforma da Previdência. Enquanto isso grandes empresários, banqueiros e latifundiários, que exigem sacrifícios dos servidores e batem bumbo pela Reforma da Previdência, sonegam impostos e são beneficiados com isenções e renunciais fiscais. Daía importância de fazermos primeiro uma Reforma Tributária que taxe as grandes fortunas. A ANAPAR afirma o seu entendimento de que esta Reforma da Previdência não interessa ao povo brasileiro, só vai piorar a qualidade do atendimento. Ela não resolve o problema financeiro da Previdência, atende fundamentalmente aos interesses do capital financeiro que domina os meios de comunicação. A Reforma que interessa ao povo brasileiro não é para jogar pobres contra remediados ou trabalhadores do setor privado contra trabalhadores do setor público. Deve ser para unificar os trabalhadores contra os ganhos fabulosos dos bancos e do setor financeiro que inviabilizam o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a distribuição de renda.

O que é uma contribuição previdenciária? É um seguro que os trabalhadores pagam ao longo da vida pelo "risco" de sobreviverem após seu período no mercado de trabalho. O benefício deveria ser calculado levando-se em conta o desenvolvimento econômico do país e o volume de renda gerado durante o período em que o trabalhador esteve na ativa. É um conceito social. Mas, para o pensamento neoliberal, a contribuição previdenciária deve ser um conceito de mercado como se o trabalhador fosse um acionista de uma empresa.

A retomada do desenvolvimento é o ajuste que o Brasil precisa com plano emergencial voltar a crescer contempla a continuidade de investimentos em infraestrutura, a recuperação da nossa capacidade produtiva, geração emprego e renda, o redirecionamento da política econômica e o regime fiscal, a ANAPAR propõe mudança na política econômica

conservadora, redução dos juros, retomados dos investimentos públicos e privados, potencializar a produção industrial. E contra a propalada reforma da presidência.

Delegados do Pará

A TERCEIRIZAÇÃO E A PREVIDÊNCIA

O Projeto de Lei da terceirização aprovado pela Câmara dos Deputados, altera as relações trabalhistas e pode afetar cerca de 42 milhões de trabalhadores no Brasil. O polêmico PL 4330/2004, avançou na Câmara dos Deputados. O texto principal da proposta, aprovado quarta-feira, dia 7 de abril de 2014 permite que as empresas terceirizem qualquer atividade. Atualmente, apenas as atividades-meios, como nos casos da limpeza, segurança e transportes, podem ter trabalhadores terceirizados. Com a mudança, a atividade-fim, a exemplo da montagem de veículos, empresa química ou atividade também poderá ser terceirizada.

As consequências para a Previdência, com a aprovação do projeto será imediato, agravamento do chamado déficit das contas da Previdência Social. A terceirização da mão de obra no Brasil passa, a ser em qualquer local, nas empresas, é a definição do status jurídico do trabalhador muda, empregado ou terceirizado? Isso tem impacto direto na forma como será feita a contribuição para a Previdência. No caso de empregado, esse trabalhador será regido pela CLT e, consequentemente, terá condição de segurado obrigatório empregado. No caso do terceirizado prestador de serviços será considerado, para fins previdenciários, como segurado contribuinte individual, o que muda bastante, já que ele passa a ser o único responsável pelo recolhimento de suas próprias contribuições previdenciárias.

Se o contribuinte individual deixar de recolher as contribuições previdenciárias, por qualquer que seja o motivo, ele poderá até mesmo perder o direito aos benefícios. Porém a arrecadação previdenciária deverá diminuir imediatamente em função da inadimplência do contribuinte individual

Outra forma de perda de arrecadação da previdência vai ser a alta rotatividade, todos sabem, que as empresas terceiras pratica a chamada rotatividade de mão-de-obra, isso também é um fator prejudicial à previdência.

Quando existe um intermediário na relação de emprego, o valor do salário é bem menor, já que parte dele fica com o intermediário (empresa prestadora de serviço). Com isso, menores contribuições previdenciárias, incidentes sobre o salário e a folha de pagamento com redução de valores que são destinados ao custeio da Previdência Social.

O projeto também permite que a prestadora de serviços contrate outra empresa para execução das atividades contratada. Isso se chama quarteirização e apresenta ainda mais riscos aos direitos dos trabalhadores e a previdência, porque vai aumentar os acidentes

de trabalho. As condições precárias de trabalho vitimam os trabalhadores e resultam em gastos previdenciários e com saúde, toda a sociedade paga o preço.

O Tribunal Superior do Trabalho, criou súmula que impõe limites aos contratos de terceirização, especificando que apenas atividades-meio das empresas podem ser exercidas por funcionários terceirizados. O projeto de lei da terceirização regulamenta os contratos de trabalho terceirizados no setor privado, nas empresas públicas, de economia mista, suas subsidiárias e controladas na União. De acordo com o texto aprovado na Câmara, não se utilizará os termos atividade-fim ou atividade-meio, permitindo a terceirização em todos os setores de uma empresa.

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Sindipetro RS

Resoluções do XXXI Congresso Estadual dos Petroleiros e Petroleiras do Rio Grande do Sul

1 – Ratificação do resultado do 2º Encontro dos Petroleiros da Região Sul

Os participantes do XXXI Conesp-RS encaminham para a VI Plenária Nacional, da Federação Única dos Petroleiros-VI PlenaFUP, a Carta de Laguna, resultado de debates realizados pelos petroleiros e petroleiras do PR/SC e RS, em encontro realizado nos dias 31 de maio e 1º de junho em Laguna/SC.

Ressalvando a necessidade da Federação Única dos Petroleiros-FUP pautar a Fundação Petros de Seguridade Social-Petros que todos os valores apresentados como déficit, no balanço do ano de 2015, que ainda deve ser apresentado, mas que já é de conhecimento público, seja apresentado da forma mais clara possível para o entendimento da real situação do plano.

Abaixo, a íntegra da carta:

Carta de Laguna apresenta o resultado do 2º Encontro dos Petroleiros da Região Sul

Como resultado dos debates do 2º Encontro dos Petroleiros da Região Sul, realizado nos dias 31 de maio e 1º de junho, os participantes construíram a Carta de Laguna. O documento apresenta uma análise da conjuntura do país e traz o posicionamento dos representantes dos trabalhadores do setor petróleo diante deste cenário turbulento. Confira:

Carta de Laguna

Nós, petroleiros e petroleiras, ativos e aposentados (as), reunidos (as) na cidade de Laguna, em Santa Catarina, nos dias 31 de maio e 1º de junho, no 2º Encontro da Região Sul, externamos nossas preocupações com os rumos que o Brasil, a Petrobrás e a Petros podem tomar nesta conjuntura conturbada que o país atravessa.

Neste cenário de crise política e econômica, no qual ocorre um golpe de Estado arquitetado por setores retrógrados da sociedade, está evidente a aplicação de uma agenda liberal de ataques aos direitos sociais e trabalhistas, projeto político rejeitado pela sociedade brasileira nas urnas.

Tramitam no Congresso Nacional 55 projetos de lei que acabam, reduzem ou modificam para pior os direitos históricos dos trabalhadores, conquistados pelo movimento sindical brasileiro na árdua luta de classes. Incluem-se ainda na brusca mudança antidemocrática dos caminhos da política nacional os riscos que correm a Petrobrás, empresa estatal indutora do desenvolvimento do país, e o présal, a maior descoberta mundial de reservas de petróleo deste século. A política de gestão de desinvestimentos e venda de ativos, aliada à nomeação à presidência da empresa de um privatista, de caráter ideológico

ultraliberal e entreguista, representam o desmanche da Petrobrás. Com relação ao présal, o Projeto de Lei 4567/2016 retira da estatal o direito de ser operadora exclusiva nas novas reservas, com participação mínima de 30%, e permite que essa riqueza seja explorada por empresas estrangeiras. Tal projeto acaba com o Regime de Partilha na exploração de petróleo, que garante, através do fundo soberano, os investimentos que podem solucionar os problemas sociais brasileiros.

No que tange a previdência, causa-nos preocupação o déficit acumulado pelo Plano Petros Sistema Petrobrás (PPSP) que, por força de lei, deve ser pago pelos participantes e patrocinadora na proporção de 50% para cada uma das partes. Queremos um amplo debate sobre as variáveis que influenciaram os resultados da Petros e a transparência nas contas dos investimentos do fundo de pensão para que possamos construir um plano de equacionamento que solucione os problemas que agora se apresentam. Propomos ainda que qualquer equacionamento seja feito com a participação de ativos, aposentados e pensionistas, e que, no caso de constatação de déficit, o problema seja resolvido por todos os participantes e patrocinadora do Plano através de contribuição extraordinária.

Não aceitamos o golpe e sua agenda política de retrocesso, assim como nenhum direito social ou trabalhista a menos! Para combater o liberalismo excludente, reafirmamos nossas alianças com outras categorias de trabalhadores e movimentos sociais aglutinados na Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo. Não hesitaremos na tarefa de construir a mobilização da luta por um país democrático e mais justo para todos.

Laguna SC, 1º de junho de 2016

2- Resolução de Conjuntura:

Reafirmar o apoio à luta pela Democracia e contra o Golpe através da participação nas Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo.

Fortalecer a luta em defesa da Petrobrás e do pré-sal como instrumentos de desenvolvimento do Brasil.

3- Pauta reivindicatória:

Reajuste de 1,3 vezes o ICV-DIEESE.

Sindipetro Unificado SP

RESOLUÇÕES DO CONGRESSO PARA PROPOSTA DE PAUTA

PAUTA PARA O ACORDO COLETIVO (2016)

Cláusula 1ª - REAJUSTE SALARIAL

Reposição da Inflação calculada pelo ICV DIEESE

Cláusula 2ª – AUMENTO REAL

Aumento real de 5%

Cláusula 3ª – PISO SALARIAL

Reposição da Inflação calculada pelo ICV DIEESE

Cláusula 4ª – AUXÍLIO ALMOÇO

- Reposição da Inflação calculada pelo ICV Dieese subitem alimentação
- Lutar pela qualidade e manutenção dos restaurantes nas unidades

Cláusula 6ª - ADICIONAL DE PERMANÊNCIA NO ESTADO DO AMAZONAS

Reposição da Inflação calculada pelo ICV DIEESE

Cláusula 7ª – BENEFÍCIOS EDUCACIONAIS E PROGRAMA JOVEM

UNIVERSITÁRIO

Reposição da Inflação calculada pelo ICV DIEESE subitem educação

Cláusula 8º – CONTRIBUIÇÃO GRANDE RISCO DA AMS E BENEFÍCIO

FARMÁCIA

Reposição da Inflação calculada pelo ICV Dieese subitem saúde

CUMPRIMENTO DO ACT

- . Beneficio Farmácia
- Cumprimento integral do ACT vigente Beneficio Farmácia (volta do beneficio)
- Quitação imediata do passivo reajustado a inflação ICV Dieese subitem saúde.
- . Extra turno (pagamento como era feito anteriormente)

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- . Secretária das Mulheres na FUP
- . As deliberações do plenafup deverão ser aprovada em assembleias logo após a plenária.

TESE DO CONGRESSO DO ESTADO DE SP - UNIFICADO

Balanço e Desafios do Sindicalismo Petroleiro

A categoria petroleira foi uma das mais valorizadas nos últimos 13 anos. Mas, assim como grande parte da população brasileira, as pessoas atribuem as conquistas ao mérito individual ao invés das lutas coletivas. Uma das maiores dificuldades dos movimentos e dos nossos sindicatos é conseguir trazer o "povão" e os trabalhadores para a luta. Mesmo os grandes atos são predominantemente de militantes e intelectuais. A rejeição ao "governo" Temer é maior do que a da própria Dilma, mas a sensação de que fomos traídos pelo governo dificulta a participação da nossa base social na defesa da democracia. No caso da categoria petroleira a complexidade está em conseguir defender o "Fora Temer" sendo que foi na gestão da Dilma que o Bendine anunciou o desmonte da empresa e o próprio governo fez um acordo para tirar a obrigatoriedade da Petrobrás no Pré-sal, o que nós levou a fazer a maior greve desde 1995.

A relação da empresa perante o movimento sindical se acirrou no último ano. Durante a campanha reivindicatória a Petrobrás tentou ignorar a pauta apresentada pela FUP e negociar diretamente com a base através da Comunicação Institucional. No começo da campanha a categoria cobrava que os sindicatos apresentassem alternativas ao PNG antes de realizar a greve por tempo indeterminado. Acostumados à um período em que muitas coisas conseguíamos resolver nas mesas de negociação demorou para cair a ficha de que a empresa não estava disposta a dialogar sobre seu planejamento com os sindicatos. Muitos acreditavam que eram os sindicatos e não a empresa que estava fechando as portas para as negociações. Porém, a Petrobrás se negava a discutir a venda de ativos. Mesas de negociação foram chamadas pela empresa, inicialmente sem as subsidiárias e apenas para o ACT, o que levou a FUP negar a participação. Algumas informações sobre a situação concreta da empresa só foram obtidas pelo Deyvid, até então representante dos trabalhadores no CA. Foi apenas após a greve que foi instalado um grupo de trabalho sobre a situação da empresa, cujo relatório esta disponível no site da FUP.

A essência do debate das propostas de mudança da lei de Partilha e das vendas de ativo é a mesma: a condição financeira da Petrobrás. Com as informações disponibilizadas no GT foi possível a sistematização de propostas alternativas de financiamento da empresa, provando que não é necessária a venda de ativos tampouco a entrega do pré-sal.

Apesar da greve ter sido vitoriosa, a campanha do ano passado deixou suas marcas. A ausência de uma pauta coorporativa fortaleceu o discurso para fora e possibilitou a maior politização da campanha, porém deixou uma dúvida no ar por parte da categoria: se a FUP e os sindicatos tivessem entregado uma pauta de ACT teríamos tido algum avanço? Para a maioria é claro que a intenção da Petrobrás era a retirada de direitos, e que a manutenção do Acordo Coletivo conquistado no auge do preço do barril de petróleo é uma

vitória dos petroleiros. Porém o simples fato de haver espaço para esse questionamento está afastando alguns petroleiros dos sindicatos. A crítica de que os sindicatos só estão pensando em questões alheias a categoria está aumentando. Sensação agravada por mudanças unilaterais e não cumprimento do acordo coletivo como no caso do Beneficio Farmácia e do extra turno, além de não ter havido sequer uma reunião de apresentação dos resultados para comprovar que o regramento da PLR está de fato sendo cumprido e os inúmeros problemas locais e restruturações.

A Petrobrás tem disputado cada vez mais a base com os sindicatos, e tem apresentado propostas direto à categoria. A proposta de PLR já em 2015 foi apresentada primeiro para a mídia, fato que se repetiu em 2016. Durante a greve, a Petrobrás divulgava as propostas de ACT diretamente aos trabalhadores. Há vários indícios locais de consultas feitas pela empresa diretamente à força de trabalho, principalmente em relação ao turno de 12 horas e sobre haver restaurante nas unidades ou não. Comportamento que será agravado caso passe o projeto de lei de que negociações coletivas não precisam ser realizada através dos sindicatos.

Os ataques midiáticos aos movimentos sociais e sindicais somados às distorções feitas pela Comunicação Institucional e corpo gerencial da empresa estão contaminado a categoria petroleira. A aversão à politica e o discurso de que a Petrobrás tem que se comportar como um empresa privada, mesmo sendo estatal está sendo alimentado para mudar a concepção do papel da Petrobrás. A tese é de que a Petrobrás esta quebrando e que a ingerência política, que é inclusive defendida pelos sindicatos, é a culpada. Vimos a força desse discurso na eleição do CA onde a categoria elegeu uma candidata que se apresentou como independente, que defendia o enxugamento da empresa como medida para superar a crise e uma visão técnico empresarial e menos politica. Porém esse discurso facilita o desmonte da Petrobrás, tanto que um dos seus primeiros votos, aprovou a nomeação do Pedro Parente à presidência da Petrobrás.

Precisamos unir a categoria petroleira para fazer o enfrentamento à altura das ameaças que pairam sobre o Sistema Petrobrás e Pré-sal. Assim como as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo é necessário utilizarmos pautas que nos unifiquem e compreender que qualquer campanha é dinâmica. No primeiro pronunciamento o Temer declarou a necessidade da mudança do regime da Partilha e do Fundo Soberano e o Pedro Parente anunciou a continuidade e aceleração do Plano de desinvestimentos. As lutas "corporativas" são por direitos trabalhistas e se somam à resistência aos ataques à classe trabalhadora. Não se contrapõem de forma alguma às demais bandeiras. Em momentos de crise não podemos aceitar os cortes e ajustes fiscais que penalizam apenas a classe trabalhadora e assim como em 2008 é necessário aumentar o poder de compra para que a economia possa voltar a girar.

É perceptível a compreensão de que o plano de desinvestimento será acelerado por essa nova gestão e a rejeição ao Temer. Porém focar na luta contra a privatização da Petrobrás e do Pré-sal, pelo emprego, assim como pelos nossos direitos com a negociação de acordo coletivo é o que une os nesse momento. É o que possibilita fazermos a resistência e na luta ir politizando cada vez mais a categoria. Não reconhecemos o governo golpista, porém os trabalhadores não podem pagar a conta da crise tampouco do golpe.

As centrais sindicais progressistas não foram negociar a reforma da previdência devido a ilegitimidade do governo, mas continuaram participando de Fóruns de representação porque esses espaços em si são conquistas dos movimentos e não podemos abrir mão. Pautas classistas são negociadas com o governo, pautas coorporativas são negociadas com empresas. No caso de sindicatos representantes de trabalhadores de empresas estatais essa diferença pode se confundir. Porém o conceito permanece o mesmo. A própria existência de sindicatos é uma conquista histórica, assim como a negociação coletiva. Ao não negociar demandas da categoria, por considerar o governo ilegítimo, estamos penalizando os trabalhadores pelo golpe dado pela elite. Já passamos por outros momentos de crise institucional, como durante a ditadura militar. Os simples fato de fazer greve já era uma afronta ao regime e houveram várias campanhas de resistência, o que não impediam de haver negociação de acordos coletivos nas estatais. Isso não quer dizer que os sindicatos eram a favor da ditatura e reconheciam o governo. Neste ano a própria defesa da Petrobrás e do Pré-sal já é uma afronta aos golpistas que prometeram entregar nossas riquezas às multinacionais, principalmente a Shell, basta ver a primeira indicação de Nilson Silva por Pedro Parente.

Mais um vez o cenário do ano passado se repete e a previsão é de que está campanha seja difícil. A maioria das categorias estão conseguindo apenas a reposição da inflação. Porém cabe a Petrobrás o ônus do Não, não ao movimento sindical. A luta pelos direitos da classe trabalhadora é um dos principais componentes na luta de classes e da distribuição da riqueza gerada.

Este ano começa uma sequência de várias eleições sindicais que se estende ao ano que vem. Pelo comportamento que a Petrobrás teve nas últimas campanhas e na eleição do CA podemos prever que a disputa colocada não ser mais apenas FUP e FNP. A possibilidade do surgimento de uma terceira via "mágica" apresentada como independente mas que na verdade é sustentada pela própria empresa é grande e temos que estar preparados.

Precisamos conseguir superar a polarização "fla x flu" que está colocada na sociedade e que tem servido para afastar as pessoas não militantes da luta, inclusive nossa categoria. Através das pautas consensuais conseguiremos aumentar a resistência à ofensiva que já estamos passando à dois anos e que tem se intensificado cada vez mais. Conseguimos avançar na luta unitária entre as organizações de petroleiros FUP, FNP e Aepet, porém precisamos avançar na participação do(a) trabalhador(a). É necessário fazermos uma

reflexão sobre o distanciamento entre trabalhadores e sindicatos evidenciado no baixo envolvimento da base durante a greve, no final conturbado que a mesma teve, na eleição do CA da Petrobrás, na dificuldade de participação da base nos atos unitários das Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo e nos movimentos de maio e junho deste ano. Nossa luta não pode ser apenas de vanguarda, precisamos de novas estratégias para trazer os petroleiros e petroleiras para as campanhas junto com os sindicatos. Através da luta em defesa da Petrobrás, do Pré-Sal e de Direitos, contribuímos com as lutas mais gerais colocadas no Brasil e no mundo sem contrapor às demandas dos petroleiros e petroleiras às necessidades da sociedade brasileira e talvez conseguiremos trazer mais os trabalhadores e trabalhadoras.

Subsídios para Campanha de Renovação do Acordo Coletivo de Trabalho entre a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Petrobrás - 2016

Campos dos Goytacazes/RJ, o6 a 10 de julho de 2016 Subseção DIEESE no Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense Subseção do DIEESE na Federação Única dos Petroleiros

Apresentação

O presente estudo objetiva apoiar a Direção da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos filiados em sua renovação do acordo coletivo de trabalho com a Petrobrás. Neste ano, a renovação será apenas das cláusulas econômicas, visto que as outras cláusulas foram acordadas por dois anos, de 2015 a 2017. Tratase do levantamento e análise de um conjunto de informações socioeconômicas relativas, fundamentalmente, à área de atuação dos petroleiros da Petrobrás.

Neste sentido, o estudo está dividido em três partes. A primeira, mais geral, procura analisar a evolução da economia brasileira no ano de 2015 e algumas informações até primeiro semestre de 2016, destacando a situação do mercado de trabalho e das negociações coletivas. Na segunda parte são apresentadas informações sobre o desempenho da Petrobrás até esse momento, em especial os resultados financeiros e as dificuldades encontradas pela empresa, como seu volume de endividamento e a tentativa de aumentar sua produção de petróleo. Na última parte, são apresentadas e analisadas algumas informações existentes sobre os reajustes salariais e remuneratórios dos trabalhadores da Petrobrás.

Este material deve ser visto como mais um conjunto de informações a ser considerado, sendo indispensável a sua crítica bem como complementação por aqueles que mais conhecem a realidade setorial, isto é, os dirigentes e militantes que estão em permanente contato com os trabalhadores de base e a quem cabe a responsabilidade de realizar a campanha em curso.

É nosso propósito seguir pesquisando e buscando novas informações a fim de aprimorar a análise deste segmento de atividade. Assim que tivermos acesso a informações adicionais atualizaremos e complementaremos o estudo.

Com a elaboração deste material esperamos dar nossa contribuição para a luta desta entidade por melhores condições de vida e trabalho dos petroleiros em todo o país.

Boa sorte e boa campanha!

Destaques

Após um período de baixos crescimentos na economia brasileira, entre 2011 e 2014, o PIB nacional vem apresentando resultados bem menores, chegando no acumulado nos 12 meses encerrados em março de 2016 com redução 4,7%, quando comparado com o mesmo período em março de 2015;

O setor da indústria extrativa mineral, assim como o resto da economia brasileira, apresentou redução de 0,5% nos 12 meses acumulados até março de 2016;

A taxa de desemprego medida pelo IBGE apresenta-se crescimento, passando de 6,5% em 2014 para 11,2% em abril de 2016;

A inflação (INPC/IBGE) apresenta crescimento em 2015, fechando o ano em 11,28%. Há expectativa de redução em 2016, podendo fechar em 7,26%;

O Balanço das Negociações de Reajustes Salariais de 2015, divulgado pelo DIEESE, mostra que, apenas a metade dos processos negociais estudados, conquistaram ganhos reais de salário (acima do INPC/IBGE). Entre 2004 e 2014, este percentual estava acima dos 80%, na média;

A Petrobrás apresentou Prejuízo de R\$1,2 bilhões no 1T2016. Em 2015 também tinha terminado o ano com prejuízo de R\$34,8 bilhões. Um dos motivos para essa redução foram os *impairments* realizados em 2014 e 2015, seja por conta da Operação Lava-jato ou queda no preço do barril de petróleo;

Em dezembro de 2015, todo o Sistema Petrobrás empregava diretamente 78.470 trabalhadores, uma redução de 3%, em relação ao final de 2014. Após lançamento de 2 Planos de Demissões Voluntárias (PIDV) poderemos ter uma redução de quase 20 mil trabalhadores próprios;

Em relação aos terceirizados na Petrobrás, entre os anos de 2014 e 2015, ouve uma redução de 202 mil trabalhadores;

Os trabalhadores da Petrobrás estão, desde a implantação do novo Plano de Cargos e Salários de 2007, conseguindo reajustes salariais iguais à inflação acumulada no período (IPCA/IBGE). Os "ganhos reais" estão acontecendo via remuneração do trabalhador, mais especificamente na RMNR. O menor ganho sobre a RMNR acumulado de 2007 a 2013 foi de 21,09% e o maior ganho de 28,06%;

Por outro lado, o que vem crescendo dentro das rubricas da RMNR é o "complemento da RMNR", que em alguns casos chega a representar 71,32% do salário base desse trabalhador e quando foi criada, representava 4%. Isso para caso de trabalhadores que entraram na Petrobrás antes de 2007 e estão em regime de trabalho de turno 12 horas.

1. Alguns aspectos da economia brasileira: informações para os trabalhadores¹

Osindicadores mais gerais de desempenho apontam, em 2016, para a deterioração geral do mercado de trabalho, com aumento do desemprego e queda nos rendimentos reais dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse comportamento é resultante do processo recessivo em que se encontra a economia brasileira, também refletido no desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1º de junho.

O PIB teve variação negativa de 4,7% na comparação entre a taxa acumulada em quatro trimestre encerrados em março de 2016, quando comparado com o mesmo período encerrado em março de 2015, oitava retração seguida nesse tipo de comparação. Na comparação do primeiro trimestre de 2016 com os três meses iniciais de 2015, houve queda generalizada nos diversos setores da economia: a agropecuária teve retração de 3,7%; a indústria de transformação caiu 10,5%; a construção recuou 6,2%; a indústria extrativa mineral retraiu 9,6%; os serviços apresentaram contração de 3,7% e o comércio, de 10,7%.

GRÁFICO 1 - Taxa de Crescimento Real do PIB no Brasil – trimestral (1º tri2010 a 1º tri 2016) – em %



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE - Contas Nacionais

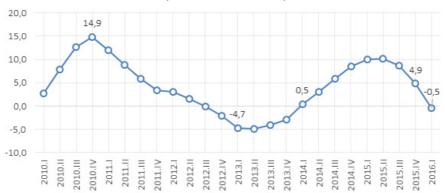
Elaboração: DIEESE

¹ Esta seção, em sua maior parte, tem como base o Boletim de Conjuntura, nº07, de junho de 2016, elaborado pelo Grupo de Conjuntura do DIEESE Disponível em http://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2016/boletimConjuntura007.pdf

Obs.: Taxa acumulada em quatro trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior)

O setor da indústria extrativa mineral, após apresentar forte crescimento no final de 2010 e passar a apresentar leve retração entre 2011 e 2013, retoma o crescimento até segundo semestre de 2015. Esse foi um período compreendido por um "boom" nos preços das commodities. No primeiro trimestre de 2016, a taxa acumulada nos 4 trimestres em comparação com o mesmo período de 2015, apresenta uma redução de -0,5%. Entre os motivos para essa redução, está a queda nos preços das commodities (principalmente petróleo e minério de ferro), além da redução dos investimentos das principais empresas desse setor (Petrobrás se Vale do Rio Doce).

GRÁFICO 2 - Taxa de Crescimento Real do PIB no Brasil – Setor da Industria Extrativa Mineral – trimestral (1º tri2010 a 1º tri 2016) – em %



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE – Contas Nacionais

Elaboração: DIEESE

Obs.: Taxa acumulada em quatro trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior)

Assim, a recessão econômica em curso no Brasil resulta de uma conjunção de fatores, de origem externa e interna.

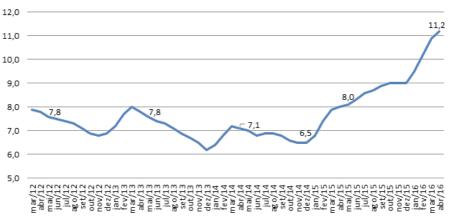
Externamente, podem ser destacados o fraco desempenho das economias europeias e japonesa e a desaceleração observada na China. Tais eventos repercutem diretamente sobre o nível de comércio mundial, reduzindo os mercados para os produtos de exportação e, consequentemente, provocando queda no preço das commodities (produtos de pequena diferenciação e pouco processamento industrial, negociados amplamente no mercado internacional). Isso atinge duramente países com alta dependência da exportação desses produtos, como é o caso do Brasil (com a soja, o minério de ferro, o petróleo bruto etc.).

Internamente, os principais fatores ainda são de ordem política e a opção por medidas econômicas de austeridade. A impossibilidade de o governo estabelecer base mínima necessária de apoio parlamentar levou a uma situação de crescente instabilidade e, a partir de certo momento, à incerteza inclusive quanto à própria sustentação do mandato. Por sua vez, a adoção de um conjunto de medidas econômicas visando ao reequilíbrio fiscal, principalmente pela via do corte de gastos públicos, e a dificuldade de aprovar no Congresso medidas de aumento de receitas resultaram, ao contrário, em crescente desequilíbrio, devido ao aprofundamento da retração da atividade econômica. Isso gerou um círculo vicioso de queda da atividade e da arrecadação e de aumento do déficit primário (receitas menores que despesas, exclusive o pagamento de juros da dívida). A situação foi agravada pela alta abrupta de precos administrados pelo governo federal e pela forte desvalorização cambial, o que fez a taxa de inflação atingir outro patamar.

Somado a isso, existe ainda um forte ambiente de incerteza na economia brasileira em razão, por um lado, da indefinição sobre os rumos da economia internacional uma vez que a crise financeira não está solucionada e, por outro, das baixas taxas de crescimento, bem como da política de retração dos investimentos.

Um exemplo dessa incerteza é o que está acontecendo com o emprego, essencial para potencializar o crescimento da demanda interna, e começa a apresentar forte queda. A taxa de desemprego aberto medido pelo IBGE vem sofrendo uma forte variação negativa, ao passar de 6,5%, em dezembro de 2014, para 11,2%, em abril de 2016.

GRÁFICO 3 – Evolução da Taxa de desemprego aberto – Brasil – 2012 a 2016 (média móvel trimestral em % da PEA)



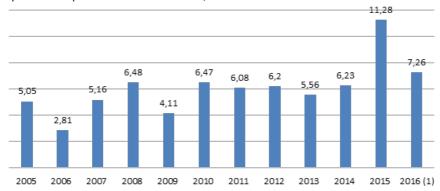
Fonte: IBGF, Pnad Contínua

Elaboração: DIEESE

Nota: a taxa de desocupação do IBGE corresponde ao desemprego aberto, conforme classificação da OIT.

Em relação à variação dos preços ao consumidor, no final de 2015 os índices apresentaram taxas acima das observadas até 2014. O INPC/IBGE acumulado até dezembro de 2015 ficou em 11,28%, frente os 6,23% apurado no final de 2014. Isto aconteceu por conta das altas dos preços administrados (telefonia, água, energia elétrica, transporte público e combustíveis), desvalorização cambial e por problemas climáticos, influenciando os produtos da alimentação. Para 2016, com fim dos choques provocados pela alta nos preços administrados e pela forte desvalorização cambial; e a aguda contração econômica - a mais recente projeção do Bacen aponta para nova queda do PIB em 2016, de 3,5%, espera-se uma projeção de 7,26% para o INPC, segundo o Banco Central do Brasil.

GRÁFICO 4 - Taxa de Inflação Anual (INPC-IBGE) Brasil – 2005 a 2015 e expectativas para dezembro de 2016, em %



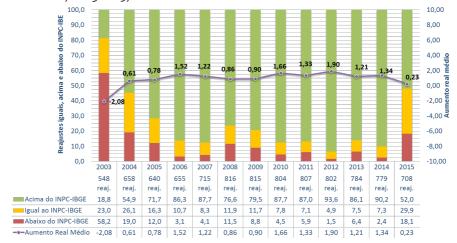
Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: DIEESE

Nota (1): estimativa do Banco Central; posição em 24.03.2016; considerou-se as estimativas de mercado agregadas, editados pelo Bacen/Gerin

Por fim, o desempenho apresentado nas negociações salariais no Brasil em 2015 foi bem pior, para a maioria dos trabalhadores, que os resultados apresentados nos últimos 10 anos. Dos resultados acompanhados em 2015, 52% alcançaram reajustes acima do INPC-IBGE. Tal percentual apresenta-se abaixo dos resultados encontrados no período entre 2005 e 2014.

GRÁFICO 5 - Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE Brasil, 2003-2015, em %



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

2. Conjuntura da Petrobrás e os desafios à negociação coletiva

A Petrobrás apresentar seus **resultados operacionais e financeiros em dezembro de 2015** com os seguintes destaques:

Destaques positivos:

- . Aumentou sua produção de petróleo e gás natural, no Brasil, em 6%, chegando ao recorde diário de produção no pré-sal de 1.173 mil boe em 14/12/2015;
- . Apresentou crescimento no Lucro Bruto de 23%, chegando ao resultado de R\$ 98,6 bilhões. Em 2014, tinha sido de R\$ 80,4 bilhões. Esse indicador mostra quanto a empresa ganha com suas atividades e mostra a diferença entre seu faturamento e despesas para fazer seus produtos;
- . Seu lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações (EBITDA) cresceu 25%, fechando em R\$ 73,8 bilhões. Em 2014 tinha apresentado o resultado de R\$ 59,1 bilhões. Isso se deveu a maiores preços de diesel e gasolina e redução dos gastos com participações governamentais (royalties e participações especiais). Esse indicador é muito utilizado para mostrar quanto uma empresa teve de geração operacional de caixa;
- . Terminou o ano com **saldo em caixa de R\$ 100 bilhões**, aumento de 46% frente ao ano anterior. Isso mostra que é uma empresa que consegue, mesmo pagando altos valores em dívida e investimentos, gerar caixa para o próximo ano;

. **Reduziu em 5% seu endividamento líquido**, em dólar, chegando a US\$ 100,4 bilhões (R\$ 391,9 bilhões) e aumentou o prazo médio da dívida de 6,1 anos no final de 2014, para 7,14 anos no final de 2015.

Por outro lado, outros indicadores não apresentaram bons resultados, como:

- . Redução em 6% a quantidade de petróleo refinado (carga processada) no país, chegando a uma média de 1,976 milhões barris/dia. Em 2014 essa média era de 2,106 milhões barris/dia. Isso foi proporcionado pela redução na demanda de derivados no mercado interno de 9%;
- . **Redu**ção **em 5**% **sua receita com vendas**, chegando a R\$ 321,6 bilhões. Em 2014 foi registrado R\$ 337,3 bilhões. Isso pode ser explicado tanto pela redução do consumo de derivados no mercado interno, quanto por menores preços nas exportações de petróleo e derivados;
- . Por fim, apresentou **prejuízo de R\$ 34,8 bilhões**. Em 2014 também havia apresentado prejuízo de R\$ 21,6 bilhões. Novamente a empresa realizou um *impairment* de ativos e investimentos, além de ter registrado despesas com juros e perdas cambiais.

Há ainda vários outros indicadores que poderiam ser listados aqui, mas cabe agora aprofundarmos o debate sobre 3 temas que estão na pauta de discussão do movimento sindical petroleiro e que interessam diretamente aos trabalhadores desta empresa: os motivos para o segundo ano consecutivo de prejuízos; a situação da dívida e a necessidade de venda de ativos; a redução do número de trabalhadores.

2.1 Por que a Petrobrás apresentou prejuízos pelo segundo ano consecutivo?

GRÁFICO 6 – Evolução do Resultado Líquido da Petrobrás por semestre, de 1T2014 a 1T2016, em R\$ bilhões



Fonte: Demonstrações Financeiras da Petrobrás – vários anos.

Elaboração: DIEESE

A partir de 2014, após as investigações da Operação Lava-jato chegarem a irregularidades cometidas por empreiteiras e fornecedores da Petrobrás, temos presenciado uma situação de perda de confiança da empresa frente a sociedade brasileira e internacional. Na tentativa de reverter esta situação, várias mudanças aconteceram, principalmente em relação a seu Conselho de Administração e sua Diretoria Executiva. Esta nova direção, envolvida pela pressão de seus acionistas e preocupada em retomar a confiança que a empresa perdeu frente ao "mercado", corre o risco de passar para a sociedade uma ideia que a empresa está quebrada, que não é lucrativa, quando na verdade sua situação é outra.

A Petrobrás realiza anualmente testes de recuperabilidade de seus ativos, avaliando-os principalmente quando não há indicativos de recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é conhecida no mercado como impairment e, para cada um dos ativos, pode apresentar perdas ou ganhos após esse processo.

Nos últimos anos, percebemos que o crescimento das perdas com os impairments, principalmente em 2014 e 2015, fez com que seus resultados operacional e líquido apresentaram grandes prejuízos.

TABELA 1 - Lucro bruto, impairment, lucro operacional e lucro líquido da Petrobrás entre 2010 e 2015, em R\$ bilhões

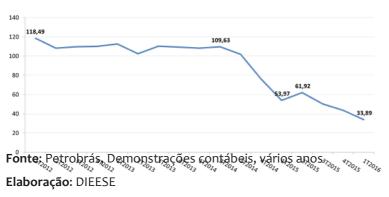
Ano	Lucro Bruto	Impairment	Lucro Operacional	Lucro Líquido	
2010	76,2	0,07	46,4	35,9	
2011	77,2	0,7	45,4	33,1	
2012	70,9	0,3	32,4	20,9	
2013	71,1	1,2	34,4	23,0	
2014	80,4	45,4	-21,3	-21,9	
2015	Fonte: Petr	obrás, 49.7 obrás, Demonstra	cões contábeis, vári	os anos ^{35,1}	

Elaboração: DIEESE

Em 2014, os principais motivos para a Petrobrás realizar um impairment de R\$ 45,4 bilhões e um prejuízo de R\$ 21,9 bilhões foram: as baixas contábeis nos projetos ainda em construção pela empresa, como o Comperj (R\$21,8 bilhões) e Abreu e Lima (R\$9,1 bilhões), por conta de postergações desses projetos por extenso período de tempo, motivadas por problemas na cadeia de fornecedores oriundos das investigações da Operação Lava Jato. Neste ano, a empresa teve dificuldades em publicar sua demonstração contábil do 3ª e 4ª trimestres, bem como sofria pressão para divulgar os "prejuízos" com a corrupção.

Em 2015, o tema da corrupção quase não aparece nas demonstrações contábeis. Mesmo assim, a empresa opta por reavaliar seus ativos de E&P influenciados pela redução do preço do barril de petróleo. Neste ano os principais motivos foram: as baixas nos campos de produção de petróleo e gás no Brasil (R\$33,7 bilhões); a redução do preço do barril de petróleo (redução de 47%); e revisão geológica do reservatório de Papa-Terra. É importante frisar, ainda, que a queda no preço do barril de petróleo inicia-se em fins de 2014 e seu ajuste no balanço da empresa aparece em 2015, ano que a média anual do preço (e não somente seu fechamento do ano) se retrai.

GRÁFICO 7 – Evolução do preço do barril de petróleo (tipo Brent), de 1T2012 a 1T2016 – média trimestral da Petrobrás – em US\$/barril



Vale ressaltar que, por outro lado, a queda no preço do barril de petróleo também traz resultados positivos para a Petrobrás. Como a empresa é responsável pelo abastecimento do mercado brasileiro de combustíveis, refinando praticamente 100% do total de derivados consumido no país, seu principal faturamento está na venda de combustíveis a este mercado. Para termos uma ideia desse efeito, o preço do barril de derivados básicos no mercado interno vendido pela Petrobrás ficou, em média, R\$ 228,18. Se considerarmos o valor médio do dólar em R\$ 3,34, o preço médio do barril vendido pela Petrobrás no mercado interno ficou em US\$ 68,32. Com um custo de exploração, em média, de US\$ 18,53 e de refino em US\$ 2,46, a empresa apresenta um lucro, em média por barril, de US\$ 47,33. Não é por acaso que o resultado operacional da área do abastecimento apresentou lucro de R\$ 25,4 bilhões em 2015, mesmo com uma redução de 9% na demanda nacional de derivados.

Neste sentido, não podemos afirmar que a Petrobrás é uma empresa "quebrada", olhando apenas para o prejuízo anunciado. Como mostramos, esse resultado foi influenciado pela escolha da empresa em realizar um *impairment* de seus ativos, utilizando para isso a queda do preço internacional do barril. Mas sua principal fonte de receita não está vinculada a este preço e sim a venda de derivados no mercado nacional. Trata-se assim de um prejuízo contábil, que impacta no

resultado final da empresa, mas não em seu caixa. Como mostraremos mais a frente, suas disponibilidades de caixa aumentaram em 121% em relação a 2014, e a empresa terminando o ano de 2015 com mais de R\$ 97 bilhões em caixa, que somados aos títulos públicos de mais de três meses de vencimento, perfazem um total de R\$ 100,9 bilhões.

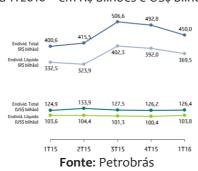
2.2 Por que vender ativos para reduzir seu endividamento?

Em poucos dias a Petrobrás irá apresentar seu Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2016/2020 e tudo indica que não mudará (pelo contrário, aprofundará) sua posição em relação às escolhas planejadas até aqui no PNG 2015/2019. O objetivo maior da empresa passou a ser a "disciplina de capital", "reforçar a gestão de desempenho" e "foco na geração de valor para seus acionistas". Com isso passa então a atuar na tentativa de reduzir seu endividamento, reduzir seus investimentos e realizar uma venda de ativos de cerca de US\$ 57 bilhões até 2019, sendo US\$14,4 bilhões somente em 2016. Mas, será que a empresa precisa realmente vender ativos para pagar sua dívida?

O endividamento total líquido da Petrobrás, valores em Reais, cresceu 39% entre dezembro de 2014 e dezembro de 2015, chegando a R\$ 392 bilhões, caindo para R\$ 370 bilhões no 1T2016. O montante total da dívida cresceu 40%, mas as disponibilidades, principalmente em geração de caixa, cresceram também em 46%. Vale ressaltar que, como 74% do total da dívida da Petrobrás está em dólar, qualquer desvalorização na taxa de câmbio tem forte influência sobre a capacidade de gerar receita em dólar para cobrir a dívida.

Mesmo assim, no final de 2015, percebe-se uma redução do endividamento líquido, em dólares, de 5%, chegando a US\$ 100,4 bilhões. Além disso, a empresa ainda anunciou um aumento do prazo médio da dívida, de 6,1 anos no final de 2014 para 7,14 anos no final de 2015.

GRÁFICO 8 – Evolução do endividamento total e líquido da Petrobrás, de 1T2015 a 1T2016 – em R\$ bilhões e US\$ bilhões



Por outro lado, a Petrobrás terminou 2015 com geração de caixa operacional de R\$ 86,4 bilhões, aumentando 39% frente ao ano anterior. Conseguiu R\$ 56,1 bilhões em novas captações e terminou o ano com saldo em caixa de R\$ 97,8 bilhões, montante 121% maior que o resultado de 2014. Vale ressaltar que ainda fez o pagamento de R\$ 70,6 bilhões de suas dívidas, sendo R\$ 49,7 de amortização do principal e R\$ 20,9 bilhões de juros.

Neste sentido, iniciando 2016 com cerca de R\$100 bilhões em caixa, considerando mais US\$ 10 bilhões (cerca de R\$ 36 bilhões) provenientes do Acordo de financiamento assinado com o China Development Bank (CDB), em fevereiro de 2016, e também, mais US\$ 7 bilhões (cerca de R\$25 bilhões) no processo de alongamento de sua dívida de curto para longo prazo em maio de 2016 (vale chamar atenção que havia demanda do mercado de US\$20,5 bilhões). A empresa já possui os recursos necessários para quitação de sua dívida referente aos próximos dois anos (2016 e 2017).

TABELA 2 – Distribuição dos volumes e período de vencimento da dívida da Petrobrás, em 31/03/2016, em US\$ bilhões

Vencimento	Principal	Juros	Total	%
2016	10.126	4.994	15.120	8.1%
2017	11.777	6.341	18.118	9,7%
2018	16.589	5.889	22.478	12.1%
2019	23.200	4.877	28.077	15.1%
2020 em diante	66.091	36.587	102.678	55,1%
Total	127.783	58.688	186.471	100.0%

Fonte: Petrobrás, Demonstrações contábeis, 1T2016

Elaboração: DIEESE

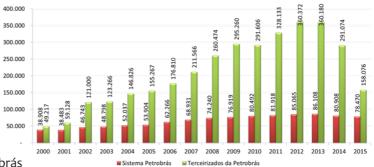
Uma empresa rentável como essa não teria necessidade de vender ativos para pagamento de sua dívida. Nestas condições, torna-se mais importante tomar decisões levando-se em conta o papel estratégico que vem desempenhando a Petrobrás para o país, avaliando sempre novas alternativas financeiras. Além disso, por conta das incertezas colocadas no mercado de petróleo, no Brasil e no mundo, não nos parece o momento ideal para negociação de venda de ativos, dado o momento desfavorável para a Petrobrás. Ela iria vender ativos com imenso valor econômico e social na "bacia das almas"?

2.3 Os trabalhadores próprios e terceirizados na Petrobrás

Todo o Sistema Petrobrás terminou o ano de 2015 com 78.470 trabalhadores próprios, apresentando uma redução de 3% em relação ao ano anterior. Em relação aos terceirizados, a redução foi de 46%, saindo de 291.074 trabalhadores no final de 2014 para 158.076 no final de 2015. A relação entre o número de trabalhadores próprios e terceirizados na empresa reduziu de 3,6 vezes para 2 vezes.

Se considerarmos um período um pouco mais longo, de janeiro de 2014 a dezembro de 2015, período que coincide com a operação Lava-Jato e a queda no preço do barril do petróleo, percebemos uma redução de cerca de 210 mil trabalhadores, próprios e terceiros, em todo o Sistema Petrobrás. Entre os próprios a redução foi de 7.638 trabalhadores (de 86.108 para 78.470) e entre os terceirizados foi de 202.104 (de 360.180 para 158.076), aqui incluindo trabalhadores na construção civil.

GRÁFICO 9 – Evolução do Efetivo Próprio e Terceirizado da Petrobrás – 2000 a 2015



Fonte: Petrobrás

Elaboração: DIEESE

Ainda nesse processo de "enxugamento" do número de trabalhadores, em abril de 2016, foi anunciado o segundo Plano de Incentivo e Demissão Voluntária (PIDV), somente para a Petrobrás controladora, ou seja, para seus 56.046 trabalhadores. No PIDV lançado em janeiro de 2014 foram desligados 6.254 trabalhadores e ainda sairão outros 1.055 trabalhadores, totalizando 7.309 trabalhadores desligados. Segundo a empresa, existem cerca de 12.000 trabalhadores em condições de se aposentar e possíveis interessados neste novo PIDV. Se todos aderirem, teremos assim, no curto prazo, uma redução de quase 20.000 trabalhadores próprios, o que poderá reduzir a qualidade das operações da empresa, bem como trazer consequências negativas nas áreas de saúde e segurança.

Além disto, a empresa perde o acúmulo de conhecimento dos seus profissionais mais experientes. No futuro, com a recuperação do mercado de petróleo, esse conhecimento será imprescindível para a capacidade da empresa de fazer novas descobertas e inovações tecnológicas, mantendo-se competitiva tecnicamente em parâmetros internacionais.

3. Os reajustes conquistados nas remunerações dos petroleiros da Petrobrás

Em julho de 2007, após longo processo de discussão entre a Petrobrás e a categoria petroleira, foi aprovado e implantado um novo Plano de Cargos e Salários para os trabalhadores da Petrobrás. Para estudarmos os reajustes

salariais destes trabalhadores, este fato passa a ser um marco importante, pois, em tese, os salários foram "adequados" a uma realizada comparada com as práticas de outras empresas (ou de mercado). No caso da Petrobrás, na implantação do PCAC, todas as funções sofreram reajustes nos seus salários e o menor deles com ganho de 3%.

Além de um novo PCAC, também foi implantada uma Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR). A RMNR representa a soma do salário básico (SB), da vantagem pessoal – Acordo Coletivo de Trabalho (VP-ACT - para quem recebe); da vantagem pessoal – Subsidiária (VP-SUB - para quem recebe); de todos os adicionais associadas ao regime de trabalho e do "Complemento da RMNR" (a diferença resultante entre a RMNM e esses adicionais). Na criação da RMNR foram concedidos aumentos de 2%, 3%, 4%, 32%, 33% e 34%, a depender da região que o trabalhador se encontrava. A única verba da remuneração do trabalhador que não é englobada pela RMNR é o anuênio a que o trabalhador faz jus. Esta foi concebida "levando em conta o conceito de remuneração regional, a partir do agrupamento de cidades onde a Petrobrás atua, considerando ainda, o conceito de microrregião geográfica utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE" (ACT 2007 da Petrobrás).

Assim, desde 2007 os trabalhadores da Petrobrás recebem reajustes no seu salário base igual a variação do IPCA/IBGE. Já a RMNR está tendo reajustes acima do IPCA/IBGE, mas esses ganhos não são distribuídos de forma igualitária aos trabalhadores, isso por conta das diferenciações de remuneração entre os trabalhadores. Os reajustes na Tabela Salarial e na RMNR ficaram assim:

TABELA 3 – Reajustes no salário base e na RMNR dos trabalhadores da Petrobrás – em % de 2007 a 2015

	Tabela Salarial					Remuneração (RMNR)			
Períodos de cálculo	Reajustes	IPCA/IBGE	Ganhos ou Perdas pelo IPCA	ICV/DIEESE	Perdas ou (Ganhos) pelo ICV	Reajuste	Menor ganho	Maior ganho	
De 1/9/2006 a 31/08/2007	4,18	4,18	0,00	4,41	-0,22	6,50	1,67	2,23	
De 1/9/2007 a 31/08/2008	6,17	6,17	0,00	6,97	-0,75	9,89	2,66	3,50	
De 1/9/2008 a 31/08/2009	4,36	4,36	0,00	3,75	0,58	7,81	2,50	3,31	
De 1/9/2009 a 31/08/2010	4,49	4,49	0,00	5,16	-0,64	9,36	3,71	4,66	
De 1/9/2010 a 31/08/2011	7,13	7,13	0,00	7,19	-0,06	10,71	2,50	3,34	
De 1/9/2011 a 31/08/2012	5,24	5,24	0,00	6,18	-0,89	8,16	2,16	2,77	
De 1/9/2012 a 31/08/2013	6,09	6,09	0,00	6,53	-0,41	8,56	1,82	2,33	
De 1/9/2013 a 31/08/2014	6,51	6,51	0,00	6,73	-0,21	9,71	2,36	3,00	
De 1/9/2014 a 31/08/2015	9,53	9,53	0,00	10,05	-0,47	9,53	0,00	0,00	
Acumulado	68,30	68,30	0,00	73,54	-3,04	115,54	21,09	28,06	
Média/Ano	5,97	5,97	0,00	6,33	-0,34	8,91	2,15	2,79	

Fonte: ACT's Petrobrás

Elaboração: DIEESE

Nesse período do tempo, a tabela acima mostra que os salários base não tiveram

ganhos reais comparados com o IPCA/IBGE, já a remuneração sim. Como os ganhos reais nas remunerações são diferenciados, o trabalhador que acumulou os menores ganhos, de 2007 a 2015, ficou com 21,09%. Para os trabalhadores com os maiores ganhos, neste mesmo período, representa 28,06% de ganho sobre o IPCA.

Por outro lado, essa política de reajustes acima da inflação apenas na RMNR tem proporcionado efeitos que precisam ser discutidos. Um deles é o crescimento da relação entre a rubrica "Complemento da RMNR" sobre o "salário base". Como todas as verbas que compõem a RMNR são referenciadas no salário base, e este não obteve ganho real, o "aumento real" foi registrado na rubrica "Complemento de RMNR". Esta rubrica em 2007 representava, no máximo, 34% do salário base do trabalhador, e em 2015 chegou a 71,32%, no caso dos empregados recém admitidos lotados nos setores administrativos. Para um trabalhador lotado na mesma região e em regime de trabalho de turno de 12 horas, iniciou em 4% e hoje está com 67,8%.

TABELA 4 – Relação entre "Complemento da RMNR" e o Salário Base – Trabalhador da Petrobrás na Região 1 (Rio de Janeiro) – referência inicial de 4% - de 2007 a 2015

Regime	set/07	set/08	set/09	set/10	set/11	set/12	set/13	set/14	set/15
Sobreaviso (4%)	8,14%							55,82%	55,82%
Administrativo (4%)	6,98%							41,33%	41,33%
Administrativo (34%)								71,33%	71,32%
Turno 8 Horas (4%)	8,43%							59,44%	59,44%
Turno 12 Horas (4%)	9,10%							67,80%	67,80%

Fonte: ACT's Petrobrás

Elaboração: DIEESE

Referências Bibliográficas

DIEESE (2016). **Balanço das Negociações dos reajustes salariais de 2015**. Estudos e Pesquisas, nº 80, abril de 2016. Disponível em

http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2016/estPesq8obalancoReajustes2015.pdf

DIEESE (2016). Boletim de Conjuntura, nº 7, junho de 2016. Disponível em

http://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2016/boletimConjuntura007.pdf

IBGE. Contas Nacionais. Vários anos. Disponível em

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaulttabelas.shtm

PETROBRÁS (2013). Relatórios Anuais de Administração e Demonstrações Financeiras de vários anos. Disponível em http://www.petrobras.com.br

PETROBRÁS (ACT´s). Acordo Coletivo de Trabalho assinado entre Petrobrás e FUP. Vários anos.